



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I Plano de Maneio



PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Produzido para:

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
Administração Nacional das Áreas de Conservação

Produzido por:

Impacto, Lda. – Projectos e Estudos Ambientais



CRÉDITOS TÉCNICOS

Coordenação e Supervisão por parte da ANAC

Raimundo V. Matusse, Gestor do Pro Fin

Andrew Rylance, Technical Adviser do Pro Fin

Armindo Araman, Ponto Focal

Coordenação Geral (Impacto Lda.)

Tânia Pereira

Yarina Martins Pereira

Coordenação Técnica (Impacto Lda.)

Roberto Zolho

Equipe Técnica das Áreas Temáticas (Impacto Lda.)

Meio Biofísico

Eduardo Videira

Roberto Zolho

Meio Socioeconómico

Yarina Martins Pereira

Joyce Maguivanhane

Ulcilia Cuco (assistente de campo)

Turismo

Luis Sarmento

Geoprocessamento

Lourenço Covane

Capa/Fotos/Imagem

Joyce Maguivanhane/Luis Sarmento/Lourenço Covane

AGRADECIMENTOS

A elaboração do presente relatório contou com a colaboração de diferentes instituições e pessoas, desde a fase de concepção metodológica, passando pela fase de pesquisa de campo e preparação de estudos temáticos e, finalmente, pela fase de planificação em si e definição da estratégia de gestão a qual compõe este Volume. Gostaríamos de agradecer, em particular, as contribuições em termos de fornecimento de informação, documentação e aconselhamento, dos seguintes:

Raimundo V. Matusse	ANAC (Gestor do Projecto ProFin)
Andrew Rylance	ProFin UNDP
Sansão Mabulambe	Administrador da Reserva Nacional de Pomene
Armindo Araman	ANAC (CDGRN)
Felismina Langa	ANAC (Directora de Serviços)
Lyzi Matos	ANAC (DSLP)
Rezia Cumbe	ANAC
Oraca Cuambe	ANAC
Julieta Sumbana	ANAC (DIDC)
Vasco Acha	ANAC (MozBio)
Valério Macandza	UEM - FAEF
Kenneth Tinley	Ex-ecologista dos Serviços Provinciais da Veterinária de Moçambique
Celestino Gonçalves	Ex-fiscal chefe dos Serviços Provinciais de Veterinária de Moçambique
Acácio Francisco Madeu Gogo	Secretário Permanente do Distrito de Massinga
Avene Eduardo Uetimane	Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas – Inhambane
João Valeriano João	Director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) – Massinga
Manuel Guente	Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) – Massinga
Ilídio Simão Wamusse	Técnico do SDAE – Massinga
Chadrique Pinto Jeremias	Membro do Conselho Técnico do SDPI – Massinga
Isabel Chichogui	Técnica de Planificação da Secretária Distrital - Massinga
Julião Balate	Técnico de Planificação da Secretária Distrital - Massinga
Justino Martinho Truzone	Chefe do Posto Administrativo de Pomene
Luis Judas	Membro do Comité Comunitário de Pomene

João F. Pacule	Residente do Comité de Co-gestão dos Recursos Naturais de Pomene
Edson Abdul Anzamia	Fiscal da Reserva Nacional de Pomene
Aquiles Fernando Nhangave	Fiscal da Reserva Nacional de Pomene
José Satane	Secretário do bairro Pomene
José Homu	Chefe de Localidade Guma
Ngumezulu	Curandeiro de Pomene
Clint Krauze	Pomene View Lodge
Conratt & Monique	Pomene Lodge

APRESENTAÇÃO

A manutenção de áreas naturais de conservação, através de estratégias e acções de gestão adequadas, permite não só a manutenção dos habitats naturais e fauna associada, mas também benefícios ecológicos, sociais e económicos para as comunidades no geral.

A recente Lei de Conservação da Biodiversidade (Lei nº 16/2014, de 20 de Junho) estabelece princípios e normas, O Artigo 43 é um documento técnico onde constam “actividades e outras medidas técnicas” estipulando que “as áreas de conservação devem ser geridas através de um plano de manejo enquanto documento técnico e mediante o qual, com fundamento nos objectivos gerais da área de conservação, se estabelece o ordenamento e as normas que devem presidir o uso e manejo dos recursos naturais, e à implantação das infra-estruturas necessárias à gestão da área”.

A Reserva Nacional de Pomene foi estabelecida através do Diploma Legislativo nº 109/72, de 16 de Novembro, originalmente como Reserva Parcial de Caça do Pomene, alargando as áreas de protecção da natureza, no então designado Distrito de Inhambane, de forma a envolver nelas zonas oferecendo a maior gama de características ecológicas possíveis. O Plano de Maneio da Reserva Nacional de Pomene foi elaborado em duas grandes etapas sequenciais e vinculadas entre si, nomeadamente os *Estudos Temáticos de Caracterização da Reserva e suas Zonas circunvizinhas* e o *Desenvolvimento do Plano de Maneio* com as estratégias e acções de gestão. O Plano de Maneio da Reserva Nacional de Pomene encontra-se organizado nos seguintes volumes:

VOLUME I – Plano de Maneio da Reserva Nacional de Pomene

- Delineamento estratégico e directrizes gerais e específicas, com acções e metas; identificação da problemática interna (forças e fraquezas) e externa da Reserva (oportunidades e ameaças), que conduziu às estratégias e acções de gestão propostas.

VOLUME II - Estudos de Caracterização da Reserva e Zonas Circunvizinhas

- Estudos temáticos realizados na Reserva e zonas circunvizinhas, nas componentes ecológicas, socioeconómica e de turismo. Abordagem metodológica e resultados são baseados nas lacunas de informação identificadas no recente estudo sobre a Reserva (Macandza et al., 2015).

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AC	Área de Conservação
AFs	Agregados Familiares
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
APAP	Área de Protecção Ambiental de Pomene
CC	Capacidade de carga
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CMS	Convenção para a Conservação de Espécies Migratórias
DANIDA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional
DNAC	Direcção Nacional de Áreas de Conservação
DPTUR	Direcção Provincial de Turismo
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
GEF	Fundo Global do Ambiente
GF	Grupo Focal
IBA	Áreas Importantes para Aves (<i>Important Bird Areas</i>)
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agronómica
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
LMA	Límite de mudança aceitável
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
PIA	Partes Interessadas e Afectadas
PIB	Produto Interno Bruto
RNP	Reserva Nacional de Pomene
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
UE	União Europeia
WCPA/IUCN	Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas da IUCN

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

%	Porcentagem
cm	Centímetros
Ex.	Por exemplo
ha	Hectares
Kg	Quilogramas
Km	Quilómetros
nº	Número

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	- 3 -
1.1	A Abordagem do Processo de Planificação	- 3 -
1.2	História do Desenvolvimento da Reserva	- 3 -
1.3	Estatuto Legal.....	- 6 -
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	- 12 -
2.1	Contextualização Regional	- 12 -
2.2	Ameaças e Desafios	- 13 -
2.3	Características Biofísicas.....	- 15 -
2.4	Características Socioeconómicas e Culturais	- 22 -
3	VISÃO	- 28 -
3.1	Versão Curta da Visão	- 28 -
3.2	Declaração de Visão.....	- 28 -
3.3	Objectivo de Gestão da Reserva	- 28 -
4	ZONEAMENTO	- 31 -
4.1	Objectivo do Zoneamento	- 31 -
4.2	Categorias do Zoneamento.....	- 31 -
5.	PROGRAMAS DE GESTÃO	- 42 -
5.1.	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES	- 42 -
5.2.	PROGRAMA DA GESTÃO DAS COMUNIDADES RESIDENTES E USO DE RECURSOS.....	- 51 -
5.3.	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO TURISMO	- 55 -
5.4.	PROGRAMA DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA DA RESERVA	- 57 -
5.5.	PROGRAMA DE PESQUISA.....	- 59 -
5.6.	PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA RESERVA.....	- 60 -
5.7.	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS ..	- 65 -
6.	MONITORIA DO PLANO DE MANEIO	- 68 -
6.1	Plano de Implementação e Orçamento	- 74 -
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	- 76 -

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proposta de Extensão dos Limites da Reserva	- 8 -
Figura 2: Resumo da análise SWOT/FOFA	- 13 -
Figura 3: Comportamento dos factores de força na Reserva de Pomene	- 13 -
Figura 4: Comportamento dos factores de fraqueza na Reserva de Pomene	- 13 -
Figura 5: Comportamento das oportunidades que se oferecem à Reserva	- 14 -
Figure 6: Factores ameaçadores ao desenvolvimento da Reserva	- 14 -
Figura 7: Zoneamento da Reserva Nacional de Pomene de acordo com os seus limites actuais - 37 -	
Figura 8: Zoneamento da Reserva Nacional de Pomene considerando o ajustamento dos seus limites actuais	- 40 -
Figura 9: Estrutura orgânica da Fiscalização da Reserva de Pomene	- 59 -
Figura 10: Proposta da Estrutura orgânica da Reserva de Pomene.....	- 61 -

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Uso dos recursos naturais pelas comunidades locais	- 26 -
Tabela 2: Relação e contribuição das zonas de gestão da Reserva Nacional de Pomene...	- 32 -
Tabela 3: Monitoria do programa de Conservação de Habitats e Espécies.....	- 68 -
Tabela 4: Monitoria do programa de comunidades residentes e uso dos recursos	- 69 -
Tabela 5: Monitoria do programa de Desenvolvimento e Gestão turística.....	- 70 -
Tabela 6: Monitoria do programa de protecção e segurança da Reserva.....	- 71 -
Tabela 7: Monitoria do programa de Pesquisa.....	- 71 -
Tabela 8: Monitoria de Administração de Finanças.....	- 72 -
Tabela 9: Monitoria de Desenvolvimento de Gestão de Infra-estruturas	- 73 -
Tabela 10: Resumo do Orçamento Proposto	- 74 -

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	Quadro 1: Plano de Implementação
ANEXO B	Quadro 2: Orçamento
ANEXO C	Proposta de Infra-estruturas para a Reserva de Pomene
ANEXO D	Quadro 3: Matriz de Análise SWOT/FOFA
ANEXO E	Quadro 4: Tabela de Actividades
ANEXO F	Actas dos encontros e apresentações realizadas a ANAC
ANEXO G	Relatório do Seminário de Planificação Participativa

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 1: INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 A Abordagem do Processo de Planificação

O processo de preparação do presente Plano de Maneio, e conforme o protocolo, foi participativo e envolveu as partes interessadas e afectadas (PIA), o contexto local, nacional e regional. O objectivo desta participação é que o Plano de Maneio possa ser considerado pelas Partes sua propriedade.

A fase de elaboração dos estudos de especialidade foi o culminar da primeira fase de interacção com as PIA na qual, foi possível recolher as sensibilidades e discutir os modelos de gestão da Reserva através de discussões estruturadas, entrevistas e observação directa das condições dos vários elementos biofísicos e socioculturais. Foram efectuados estudos de especialidade de ecologia, turismo e socioeconomia que, para além de um diagnóstico da área da Reserva e suas zonas circunvizinhas, propuseram um conjunto de medidas e acções para a gestão efectiva dos recursos naturais da Reserva. Para cada estudo de especialidade, uma metodologia específica foi seguida e é descrita no Volume II do Plano de Maneio.

Os encontros com as autoridades administrativas e governamentais do Distrito de Massinga facilitaram a contextualização e harmonização dos objectivos de maneio da Reserva com o Plano de Desenvolvimento do Distrito. Os encontros com os líderes e comunidades locais e a AMETRAMO facilitaram a compreensão do valor da área para a subsistência e aspectos socioculturais. Os operadores turísticos locais proporcionaram elementos para o desenvolvimento do sector incluindo as necessidades de protecção dos atractivos turísticos.

Foram realizadas apresentações dos rascunhos à Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) e outras PIA a nível central e um seminário de planificação participativa no Distrito de Massinga (ver actas e sumário dos encontros nos **Anexos F e G**).

A consulta interactiva com as partes interessadas deve continuar mesmo depois da aprovação deste Plano permitindo a sua participação e no desenvolvimento da Reserva.

1.2 História do Desenvolvimento da Reserva

As linhas que se seguem podem constituir uma das primeiras tentativas para descrever a história da Reserva de Pomene uma vez que há pouca bibliografia escrita e publicada.

Segundo Celestino Gonçalves (Fiscal de Caça aposentado), a criação da Reserva de Pomene deve-se aos irmãos Abreu e seu sócio Werner Alvensleben, proprietários do complexo turístico de Pomene, que insistiram nela apesar da pouca fauna peculiar ou biodiversidade representativa.

Conta o antigo fiscal que os irmãos Abreu e seu sócio, proprietários dos Hotéis Tivoli e Turismo na baixa de Lourenço Marques – ano de 1972 – eram concessionários das coutadas 4 e 5 do

Save, quando o turismo cinegético estava na sua maior pujança. Decidiram então construir o complexo turístico da Ponta da Barra Falsa de Pomene para receber turistas que pretendiam fazer caça e pesca. Concluída a construção pediram à então Direção dos Serviços Provinciais de Veterinária que criasse uma reserva abrangendo a faixa costeira periférica do complexo turístico, propondo-se a repovoar a mesma com animais trazidos das Coutadas 4 e 5, desde que lhes fosse dada a concessão de exploração.

Sob pressão e insistência dos donos do complexo do Pomene, foi publicado aos 16 de Novembro de 1972 o **Diploma Legislativo 109/72** que cria a Reserva Parcial de Caça de Pomene. Celestino Gonçalves considera que não havia justificação para a criação desta Reserva e além disso, os promotores da Reserva nunca fizeram as reintroduções de fauna.

Sendo a ultima área de conservação a ser criada pelo Governo Colonial Português em Moçambique, a escassos anos da independência nacional, a Reserva manteve-se desde 1972^a 2008) sem infraestruturas nem efectiva de gestão.

Oglethorpe et al. (1995), com fundos da União Europeia, realizaram o “levantamento da situação actual e recomendações para um futuro programa de manejo, conservação e desenvolvimento turístico” da Reserva de Pomene. Este foi utilizado como base para um programa de Emergência para apoiar a gestão e desenvolvimento da Reserva.

No mesmo ano, 1995, a União Europeia através da IUCN financiou o desenho e apoio ao primeiro programa de emergência com três componentes: Componente 1: o estabelecimento dum relacionamento tri-partido a) a gestão da Reserva, b) as comunidades locais e c) gestão do Hotel de Pomene; Componente 2 controlava as actividades não autorizadas no interior da Reserva; e a Componente 3 desenvolvia facilidades turísticas. Foi recrutado o primeiro Administrador da Reserva e três Fiscais, construído o acampamento principal e adquiridos equipamentos, viatura e barco.

A partir de 2005 foi implementado pelo Ministério do Turismo (MITUR) através da Direcção Nacional de Áreas de Conservação (DNAC) e de um projecto denominado *Western African Tourism Coastal Areas Management* patrocinado pela *United Nations Industrial Organization (UNIDO)* e coordenado pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), que abarcava a Reserva de Pomene e a praia do Tofo. Nessa altura a DNAC realizou uma visita de campo a esta Reserva e produziu um relatório que indicava a necessidade de estabelecer de novo uma administração para a reserva. Em 2008 foi nomeado o actual Administrador da Reserva e foi reforçado o numero de Fiscais.

Em 2014, no contexto do Programa de Apoio ao Sector Ambiental, a Litanga Travel & Services Lda, empresa de consultoria baseada na cidade de Inhambane, beneficiou de fundos da DANIDA através da Direcção Provincial do Turismo (DPTUR) de Inhambane e DNAC, elaborou o primeiro draft do Plano de Maneio da Reserva de Pomene. Este não chegou a ser aprovado pelas autoridades competentes, do Ministério do Turismo.

O presente trabalho é parte integrante do processo de formulação do Plano de Maneio da Reserva de Pomene financiado pelo Fundo Global do Ambiente (GEF) ao Governo de Moçambique, através da Administração de Áreas de Conservação (ANAC).

1.3 Estatuto Legal

1.3.1 Proclamação

As potencialidades da Baía de Pomene, incluindo a sua beleza paisagística e os seus recursos pesqueiros, constituíram atractivos para os proponentes da construção do primeiro complexo turístico em Pomene. Concluída a construção e, possivelmente para se manter uma zona tampão a volta do empreendimento, os proprietários avançaram com uma solicitação para a criação da Reserva. Depois, das avaliações feitas e mesmo sem uma justificação plausível, foi decretado através do Diploma Legislativo 109/72 de 16 de Novembro a criação da Reserva, com estatuto de Reserva Parcial de Caça de Pomene.

1.3.2 Limites Actuais

Os limites da Reserva de Pomene – Reserva Parcial de Caça de Pomene – foram estabelecidos pelo mesmo Diploma da sua criação. Lamentavelmente, não se conhecem as razões que levaram à não inclusão de importantes componentes de biodiversidade de Pomene (tais como o estuário, a totalidade das dunas frontais e os recifes de coral). Os actuais limites excluem a pista de aterragem e área circundante bem como as planícies de inundação na zona Sul da Reserva.

Mesmo com o reduzido tamanho da Reserva (50km²), será importante rever-se os actuais limites da Reserva de forma a incluir-se as componentes acima referidas.

1.3.3 Necessidades de Ajustamento dos Limites da Reserva de Pomene

A história do estabelecimento da Reserva de Pomene, demonstra que ela não seguiu os parâmetros aconselháveis de protecção de ecossistemas e espécies representativos do património natural do País. A Reserva não inclui os mais importantes ecossistemas que garantem a vida naquela região.

Todavia esta região constituía a área de extensão do habitat do Cocone (*Conechytus tarinus*) que se encontra há muito extinto da região, e possui condições ecológicas únicas que ainda não fazem parte dos ecossistemas protegidos em Moçambique – o sistema estuarino.

É urgente iniciar mecanismos de extensão dos actuais limites da Reserva incluindo ecossistemas tais como o estuário de Pomene e associada floresta de mangais, o sistema de dunas frontais, as pradarias arborizadas da costa, os recifes de corais e habitats de espécies como as tartarugas marinhas ou as raias de mantel. Assim, a revisão da área actual da Reserva passaria pela extensão dos limites terrestres (totalizando uma área de 5175 ha) e pela inclusão de um limite marinho que se estendesse por uma área de 9166 ha, conforme ilustra a figura que se segue. Deste modo, a Reserva cobriria uma área de 14341ha, descritos na **Tabela 2** abaixo (ver **Secção 4.2**).

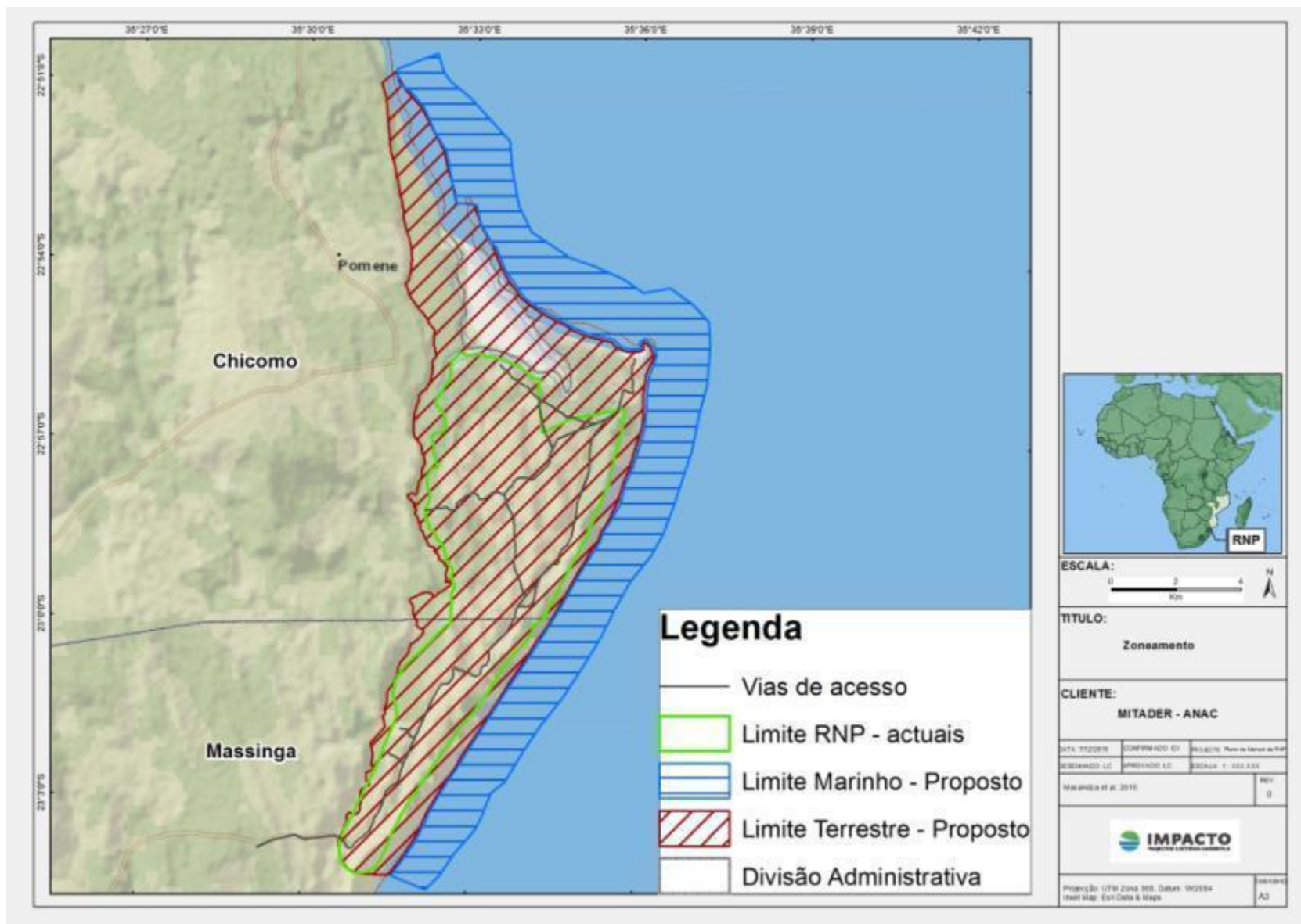


Figura 1: Proposta de Extensão dos Limites da Reserva

1.3.4 Enquadramento na Classificação de Áreas Protegidas e Estatuto Internacional

A actual designação da Reserva de Pomene como Reserva Nacional não possui enquadramento legal pelo facto de nenhum dos dispositivos legais posterior ao diploma legislativo que a estabelece fazer referência à permutação das designações, da categoria originalmente decretada com as categorias definidas na actual legislação sobre a matéria, nomeadamente a Lei 10/99 – Lei de Florestas e Fauna Bravia e a Lei 16/2014 de 20 de Junho – Lei das Áreas de Conservação.

Tanto a Lei de 1999 como a Lei de 2014 estabelecem novas categorias sem mencionar que se mudam as designações para as enquadrar nas novas categorias. Automaticamente, instituições e público em geral passam de uma para a outra sem atender que do ponto de vista legal não é correcto porque não existe “um dispositivo legal que expressamente altere a designação”.

Neste contexto, legalmente, a Reserva Parcial de Caça de Pomene mantém a designação correcta. Segundo o Diploma Legislativo No. 2496 de 04 de Junho de 1964 – Preceitos gerais sobre a Fauna Selvagem - designa-se por Reserva Parcial as áreas onde a caça é proibida salvo para fins científicos ou outros mediante uma licença especial emitida pela autoridade competente (Artigo 8 (3)) (Farinha,1977)¹.

No contexto nacional, tomando em consideração o objectivo desta Reserva ela se enquadra na categoria de “**Área de Protecção Ambiental** “ do grupo das Áreas de Conservação de Uso Sustentável (Artigo 18 (b) e 20 da Lei No. 16/2014 de 20 de Junho. Segundo este dispositivo legal, a “*Área de Protecção Ambiental é uma área de conservação de uso sustentável, de domínio público do Estado, delimitada, gerida de forma integrada, onde a interacção entre a actividade humana e a natureza modelam a paisagem com qualidades estéticas, ecológicas ou culturais específicas e excepcionais, produzindo serviços ecológicos importantes para os seus residentes e seus vizinhos*”.

A interacção da componente humana com o sistema natural da área, incluindo a dependência das comunidades locais dos recursos, pelos seus atributos estéticos, ecológicos e culturais especiais e excepcionais no sistema nacional de áreas de conservação, são requisitos suficientes para o seu enquadramento. Mas é imprescindível o dispositivo legal que aprova a designação de **Área de Protecção Ambiental de Pomene**.

No contexto do enquadramento nas categorias da União Mundial para a Conservação - IUCN (Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas da IUCN) da qual Moçambique faz parte, a Reserva Nacional de Pomene enquadra-se na **Categoria IV (Área de Gestão de Habitats/Espécies)**.

¹ Farinha, J.L. (1977). Caça -Legislação: Caça, Parque Nacionais, Coutadas, Reservas, Regimes de Vigilância e outras Disposições. Imprensa Nacional de Moçambique-L. Marques.

De referir que a WCPA/IUCN define área protegida como *um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, reservado e gerido através de instrumento legal ou outra forma efectiva para alcançar a longo termo a conservação da natureza com seus associados serviços ecossistémicos e valores culturais* (Dudley, 2008)². O objectivo de manejo da Reserva Nacional de Pomene entra nos critérios da Categoria IV. Segundo Dudley (2008)³, a categoria IV refere-se a áreas de conservação cujo objectivo primário é a manutenção, conservação e restauração de espécies e habitats. Outros objectivos destas categorias incluem i) Protecção do padrão de vegetação ou outros componentes através de métodos de gestão tradicional, ii) protecção de habitats fragmentados numa paisagem terrestre ou marinha, iii) desenvolver educação pública e observação das espécies e habitats conservados, iv) providenciar meios através dos quais os residentes urbanos possam obter contacto com a natureza regularmente.

² Dudley, N. (editor) (2008). Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. Gland, Switzerland: IUCN x+86pp

³ Dudley, N. (editor) (2008). Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. Gland, Switzerland: IUCN x+86pp

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 2: CONTEXTUALIZAÇÃO

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Contextualização Regional

O Plano Estratégico da Província de Inhambane para o período 2011-2020, estabelece como objectivo a “*manutenção do crescimento económico a uma taxa média do PIB de pelo menos 8% ao ano e a redução da incidência de pobreza para 40% em 2020*”. Este objectivo foi inspirado pelos sucessos alcançados nos últimos anos antes da aprovação deste Plano Estratégico.

Para o sucesso do referido Plano Estratégico, o Governo Provincial de Inhambane conta com a manutenção de *performance* de alguns factores de sucesso, tais como: o compromisso dos agentes de desenvolvimento, a melhoria do ambiente de negócios, o contínuo desenvolvimento do capital humano, a eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros e a planificação e gestão proactiva do uso de terra da Província.

O Plano Estratégico de Inhambane está assente em 4 pilares estratégicos - desenvolvimento humano e social, desenvolvimento económico, boa governação e assuntos transversais - a partir dos quais são orientadas as suas intervenções. No período entre 2001 e 2009, grandes sucessos foram alcançados na maioria destes pilares, com particular destaque nos pilares de desenvolvimento humano e social e o de desenvolvimento económico conseguindo a província reduzir o índice de pobreza em 22% e aumentar o PIB em 10% que corresponde a uma contribuição de 6% no PIB nacional (INE, 2009).

O turismo aliado a beleza paisagística e rica biodiversidade terrestre e marinha, é a grande aposta na indução do desenvolvimento económico sustentável na província. As cinco variáveis de análise - produção do sector, receitas arrecadadas, número de estabelecimentos turísticos, geração de emprego e investimento efectuado - têm mostrado tendências de crescimento.

A Reserva Nacional de Pomene (RNP) em particular, constitui uma das mais importantes áreas de desenvolvimento turístico por desenvolver na província de Inhambane. Localizada entre dois *clusters* turísticos bem desenvolvidos na província - Inhambane e Vilanculos - tem a oportunidade de beneficiar das lições de má e boa gestão conhecidas em Inhambane e Vilanculos podendo se tornar num exemplo único de boas práticas.

Para além dos resultados da análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA ou SWOT) apresentados na **Secção 2.2.1** abaixo, as vantagens comparativas da RNP incluem:

- Potencialidades naturais e estéticas: A RNP é a única AC que combina no mesmo espaço recursos naturais ímpares e oportunidades de lazer na província.
- Presença de recifes de corais e uma área estuarina com grande valor em termos de biodiversidade.

2.2 Ameaças e Desafios

As ameaças e desafios que a RNP enfrenta são aqui apresentados em forma da análise SWOT (ou análise FOFA) e uma breve descrição das principais ameaças que condicionam o pleno desenvolvimento da Reserva (ver também quadro da análise SWOT no **Anexo D**).

2.2.1 Analise SWOT

A análise SWOT revelou um cenário geral onde as fraquezas ainda são enormes e as forças, oportunidades e ameaças são relativamente equiparadas e mantendo-se bastante baixas (**Figura 2**). Isto significa que a Administração da Reserva e as partes interessadas deverão trabalhar interactivamente para superar estas fraquezas.

Figura 2: Resumo da análise SWOT/FOFA

Constata-se que os elementos de força com maior peso são as componentes biológicas da Reserva e arredores, com pontos fulcrais de atracção constituindo os pilares para a manutenção do estatuto desta AC. (**Figura 2**). O factor de menor relevância, nas forças, é o estatuto legal da reserva, como Reserva Parcial de Caça, (**Figura 3**).

Figura 3: Comportamento dos factores de força na Reserva de Pomene

Fraquezas identificadas são na maioria de grande peso (**Figura 4**): fraco relacionamento entre a gestão da Reserva, as comunidades residentes e os operadores turísticos, não inclusão de importantes ecossistemas dentro dos actuais limites podendo todos ser remediados.. s, a falta de infra-estruturas de gestão, são das fraquezas identificadas as que têm maior peso.

Figura 4: Comportamento dos factores de fraqueza na Reserva de Pomene

As oportunidades que se oferecem são factores ou situações que estão fora do alcance e controlo da gestão da Reserva mas que podem ser utilizados como alavancas impulsionadoras do seu desenvolvimento (**Figura 5**). Factores como a existência de um quadro legal favorável, de espécies de importância ecológica, de variados atractivos turísticos e a possibilidade de recuperação do potencial faunístico podem ser transformados em forças para beneficiar o desenvolvimento da Reserva.

Figura 5: Comportamento das oportunidades que se oferecem à Reserva

As ameaças ao funcionamento e desenvolvimento da Reserva estão na sua maioria relacionadas com ambiguidade do quadro jurídico e complacência com ilegalidades como a presença de comunidades humanas e suas actividades e a atribuição e ocupação desregulada de terra no seu interior. **(Figura 6)**

Figure 6: Factores ameaçadores ao desenvolvimento da Reserva

As principais ameaças à Reserva são antropogénicas e relacionadas com a utilização desregulada dos recursos:

- A. Presença humana e actividades de subsistência desreguladas no interior da Reserva;
- B. Falta de reconhecimento do valor de habitats críticos; e,
- C. Atribuição arbitrária de terra.

2.3 Características Biofísicas

2.3.1 Clima

O clima na região da RNP é tropical seco e húmido com precipitação média anual entre os 650 e 750 mm e temperatura média anual de 22,9 °C (Macandza et al., 2015). Esta região apresenta duas estações distintas (MICOA, 2013):

- **Estação quente e chuvosa** – De Novembro a Abril. Neste período ocorre cerca de 74% da precipitação anual e Janeiro é o mês mais quente do ano (cerca de 28,6 °C de média).
- **Estação fresca e seca** – De Maio a Outubro. Médias mensais de precipitação entre 30 mm (Agosto) e 56 mm (Junho), sendo Julho o mês mais frio do ano (cerca de 19,0 °C de média).

Os ventos predominantes são de Sudeste e de Sul durante a primeira metade do ano e de Norte e de Nordeste na segunda metade do ano, intercalado por um período com ventos de Sudoeste. A média anual da velocidade dos ventos nesta região é de cerca de 6,4 m/s (MICOA, 2013).

2.3.2 Topografia e Solos

A RNP é constituída por áreas baixas (maioritariamente entre os 0 e 25 m de altura). No geral, a topografia da reserva é caracterizada por apresentar maiores altitudes ao longo das dunas costeiras (máximo 125 m), que vai decrescendo em direcção a Oeste, à medida que nos aproximamos da baixa do Rio Muducha. De Sul para Norte também se nota um gradiente decrescente de altitude em direcção à Baía de Pomene.

A maior parte da RNP é composta por solos arenosos dunares ou pouco adequados para a agricultura porque têm baixo teor de matéria orgânica e baixa capacidade de retenção de água. Ao longo da baixa do Rio Muducha (até à Baía de Pomene) os solos são arenosos hidromórficos e ao longo das dunas o solo é típico de dunas costeiras amareladas. O primeiro é mais adequado para pastagens e o segundo é mais (INIA, 1995).

2.3.3 Drenagem e Hidrologia

Dois pequenos rios ocorrem junto à RNP, o Rio Muducha, que constitui o limite Oeste da reserva e o Rio das Pedras situado próximo ao limite Sudeste. O Rio Muducha desagua na baía de Pomene que constitui um estuário de grande importância em termos de biodiversidade e que possui extensas manchas de mangal. O Rio das Pedras percorre os seus últimos cerca de 4 km paralelo à costa, por detrás da duna primária, e desagua no oceano Índico junto ao limite Sudeste da RNP.

2.3.4 Vegetação e Habitats

De acordo com o mapeamento da vegetação da Flora Zambeziaca (Wild & Barbosa, 1967) a RNP é abrangida principalmente por brenhas costeiras e florestas de dunas recentes (unidade 14b). No entanto, fazendo o mapeamento a uma escala menor (escala de 1:100000), Macandza et al. (2015), no recente estudo das condições ecológicas e socioeconómicas da RNP, identificaram seis tipos principais de vegetação. As características destes tipos de vegetação são apresentados abaixo e a sua distribuição actual (baseada na interpretação de imagens do satélite Landsat 8 de Agosto de 2013) está representada nas figuras inseridas no Estudo Ecológico (ver Volume II do Plano de Maneio da Reserva Nacional de Pomene).

- A. Miombo (denso e aberto):** Este é o tipo de vegetação predominante na RNP com uma extensão actual de cerca de 1.937 hectares (cerca de 38% da reserva). O miombo não é muito alto (arbustos e árvores com altura máxima de 8 m) e com diâmetro máximo à altura do peito de 20 cm. Ocorrem extensas áreas em regeneração (floresta secundária) em áreas que foram desbravadas para agricultura de subsistência. A espécie dominante é messassa encarnado (*Julbernardia globiflora*), seguida por messassa (*Brachystegia speciformis*) e chanfuta (*Afzelia quanzensis*) (Macandza et al., 2015). O miombo denso (cerca de 50% de cobertura de copa) possui uma camada graminal pouco desenvolvida (biomassa média de 756 kg/ha) e o miombo aberto (cerca de 20% de cobertura), com árvores mais dispersas, possui uma camada graminal mais abundante (2550 kg/ha). O graminal cobre cerca de 30% do solo e é dominado por capim-lança (*Heteropogon contortus*) e capim-dedo-comum (*Digitaria eriantha*). Em locais próximo a fontes de água (lagoas sazonais) a gramínea dominante é capim-algodão (*Imperata cylindrica*).
- B. Pradaria arbustiva:** É o segundo tipo de vegetação predominante com uma extensão actual de cerca de 1.493 ha (29,5% da RNP). As espécies arbustivas dominantes são Umnhonsi (*Salacia cf. craussi*), palmeira-brava (*Hyphaene caribaea*) e mutumbi (*Garcinia livingstonei*). Este tipo de vegetação tem uma cobertura graminal de cerca de 40% e a média de biomassa é de 3.100 Kg/ha que é dominada pelas espécies descritas para o miombo. Nesta, não existem fontes de água.
- C. Vegetação das dunas:** Tem uma extensão de cerca de 856 ha (17% da RNP) praticamente natural, salvo em áreas pequenas onde se encontra o farol, casas de férias e acampamentos de pescadores. Este tipo de vegetação pode ser subdividido em três componentes distribuídas da seguinte forma da linha da costa para o interior (direcção Este-Oeste):
- Vegetação pioneira: Na praia, dominada por espécies como pé-de-cabra (*Ipomoea pes-caprae*), *Cyperos crassipes* e feijão de praia (*Canavalia rósea*);
 - Brenha costeira: Na duna frontal, é muito densa e a vegetação arbórea e arbustiva é dominada pelas seguintes espécies: persimmon (*Diospyros spp.*) e Mmupudu (*Mimusops caffra*). Ocorre cicada ferox (*Encephalartos ferox*), uma espécie endémica e quase-ameaçada do centro de endemismo de Maputaland; e,
 - Floresta de miombo: Cobre a duna posterior (na transição para a pradaria arbustiva), é dominada por messassa (*Brachystegia speciformis*) e chanfuta (*Afzelia quanzensis*).

Neste tipo de vegetação o estrato herbáceo é praticamente inexistente (ocorre apenas nas clareiras), ocorrem espécies exóticas como as casuarinas e não existem fontes de água.

- D. **Vegetação ribeirinha:** Ocorre ao longo dos cursos de água (Rio Muducha e lagoas) e é composta por gramíneas altas dominadas por caniço *Phragmites mauritianus* e *Coix lacryma*, seguido por várias espécies do género *Cyperus*. Para além destas espécies da família *Poaceae* também ocorre a espécie *Oldenlandia corymbosa* pertencete à família *Rubiaceae*.
- E. **Pradaria temporariamente inundada:** Localiza-se nas margens dos cursos de água. Para além do caniço e *Cyperus spp.*, são encontradas várias espécies de gramíneas tais como *Dichantium sp.* e *Imperata cilindrica*, com uma biomassa de cerca de 7.900 kg/ha. Nas margens do rio ocorrem árvores de grande porte (cerca de 20 m) principalmente *Syzigium guinens*) e *Ficus sp.*. O graminhal se mantém verde durante maior parte do ano e existe água permanente para o abeiberramento dos animais.
- F. **Mangal:** ocorre em cerca de 157 ha (3% da RNP) ao longo do rio Muducha e na Baía de Pomene. No entanto fora dos limites da Reserva é onde ocorre uma grande extensão deste habitat. Aqui ocorrem seis espécies de mangal, e as árvores têm 4-8 m de altura e diâmetro de cerca de 10 cm. A espécie dominante é o Mangal Encarnado (*Rhizophora mucronata*) seguida pelo Mangal Branco (*Avicennia marina*), Mangal branco (*Ceriops tagal*), Mangal encarnado (*Bruguiera gymnorhiza*) e Mangal Maçã (*Sonneratia alba*). O mangal está em boas condições, mesmo depois de ter sido seriamente afectado em 2000 pelo ciclone Elline, em 2004 já era notável a boa taxa de recuperação (Balidy et al., 2005).

2.3.5 Fauna

A diversidade e abundância de fauna na Reserva já era bastante reduzida na altura em que esta foi criada (Celestino Gonçalves, 2015 pers, com.), e agora, com o passar dos anos, esta tende a estar em pior estado. As principais causas para a reduzida diversidade e abundância faunística poderá estar associada ao facto da Reserva ser pequena, possuir pouca forragem, estar a ser progressivamente invadida por habitações, áreas agrícolas e para pastoreio do gado e às queimadas descontroladas (Macandza et al., 2015). Acrescenta-se a esta lista a não inclusão de componentes ecológicas importantes que sustentam a vida na Reserva.

A maior concentração de espécies de fauna foi observada na floresta de galeria no sopé da duna frontal e na floresta de miombo denso no topo da duna frontal e na encosta da duna secundária. Estes habitats para além de proporcionar melhores condições, eles encontram-se mais longe da presença humana e de suas actividades

2.3.5.1 Mamíferos terrestres

Segundo o Checklist e Atlas de mamíferos de Moçambique (Smithers & Tello, 1976) a distribuição de 24 espécies de mamíferos abrange a região da RNP, portanto poderão ocorrer nesta área. No entanto, Macandza et al. (2015) registaram a existência de apenas 17 espécies, essencialmente de pequeno porte.

Durante o trabalho de campo confirmou-se a presença de seis espécies: esquilo das árvores, macaco-cão, macaco-simango, macaco-de-cara-preta, cabrito cinzento e porco-bravo. E da entrevista com o proprietário do *Pomene view lodge* (Sr. Clint Krause), o qual tem profundo conhecimento da área (está estabelecido na área há mais de 15 anos), confirmou-se a ocorrência, para além das seis espécies observadas, de pelo menos mais oito espécies (jagra, geneta, manguço-listrado, manguço esguio, changane, manguço-de-água, lebres e ratos), das quais o manguço-de-água é uma adição à lista de Macandza et al. (2015).

Na Reserva não ocorrem espécies de mamíferos de preocupação internacional para a conservação (lista vermelha da IUCN, CITES). No entanto, ocorrem oito espécies protegidas por Lei em Moçambique (Decreto 12/2002 de 06 de Junho): macaco-simango, macaco-de-cara-preta, jagra, manguço listrado, manguço esguio, manguço de água, geneta e maritacaca. As espécies mais amplamente distribuídas pela Reserva são o cabrito cinzento, lebre-de-nuca-dourada, porco-bravo, macaco-cão e macaco-de-cara-preta (Macandza et al., 2015). De acordo com o Sr. Clint Krause as espécies mais abundantes são: jagra, esquilo das árvores e os manguços esguio e da água.

2.3.5.2 Aves

A Reserva é rica em avifauna, devido à interligação de uma grande diversidade de habitats que estão concentrados nesta área da RNP e arredores, tais como lagoas costeiras, pântanos, rios, estuários, praias e habitats costeiros e marinhos. Esta região é, inclusive, considerada uma das 15 IBAs (*Important Bird Areas*) de Moçambique, a IBA MZ 005 (Parker, 2001). Esta área é importante pela ocorrência de aves das florestas costeiras, que têm decrescido nesta região, e a Baía de Pomene é um habitat de inverno para grandes quantidades de aves costeiras migratórias. Adicionalmente, esta área cumpre com três critérios importantes (Parker, 2001) que definem a identificação das IBAs (A1, A2 e A3), devido à ocorrência de duas espécies ameaçadas globalmente (Atobá-do-Cabo - *Morus capensis* e Beijaflor-de-garganta-azul - *Anthreptes reichenowi*), de três espécies (das quatro que ocorrem em Moçambique) restritas ao bioma da costa Sudeste de África (Apalis de Rudd - *Apalis ruddi*, Canario-de-peito limão - *Serinus citrinipectus* e Pintadinho-de-peito-rosado - *Hypargos margaritatus*) e de 11 espécies (das 25 que ocorrem em Moçambique) restritas ao bioma da costa Este de África, nomeadamente, Pica-peixe-dos-Mangais (*Halcyon senegaloides*), Picanço-quadrícólor (*Telophorus quadricolor*), Picanço-de-testa-castanha (*Prionops scopifrons*), Apalis de Rudd (*Apalis ruddi*), Batis de Woodward (*Batis fratum*), Batis de Moçambique (*Batis soror*), Beijaflor-de-garganta-azul (*Anthreptes reichenowi*), Beijaflor cinzento (*Nectarinia veroxii*), Canario-de-peito-limão (*Serinus citrinipectus*), Pica-peixe Margarita (*Hypargos margaritatus*) e Estorninho-de-peito-preto (*Lamprotornis corruscus*). Ocorrem também duas espécies que são restritas ao bioma zambeziano, nomeadamente, Pisco-garganta-branca (*Cossypha humeralis*) e Beijaflor-de-barriga-branca (*Nectarinia talatala*).

Recentemente, Macandza et al. (2015) registaram a ocorrência de 115 espécies de aves (ver anexos do Volume II do Plano de Maneio da Reserva de Pomene). Durante o trabalho de campo observaram-se nos arredores da RNP algumas aves costeiras e marinhas como flamingos, corvos-marinhos e patos na baía e fregata-grande e maçarico-galego na costa Este.

De acordo com o Sr. Clint Krause (proprietário do Pomene View Lodge) o touraco-de-crista-violeta (*Tauraco porphyreolophus*) é comum nesta região e a águia-pesqueira-africana (*Haliaeetus vocifer*) visita a área na altura de reprodução (mas não é comum), esta última não foi registada por Macandza et al. (2015). O mesmo mencionou que espécies migratórias como flamingos, gaivinas e tarambola-caranguejeira são abundantes nos arredores da Reserva.

Das espécies registadas na RNP (e arredores) referidas acima, duas merecem especial atenção (*Morus capensis* e *Anthreptes reichenowi*) por estarem ameaçadas globalmente. Outros aspectos a realçar, é a ocorrência de duas espécies (*Haliaeetus vocifer* e *Tauraco porphyreolophus*) que estão listadas no apêndice II da CITES (o comércio deve ser controlado) e oito espécies (*Ardea purpurea*, *Ardeola rufiventris*, *Batis fratum*, *Batis soror*, *Ciconia ciconia*, *Dromas ardeola*, *Haliaeetus vocifer* e *Numenius phaeopus*) que estão listadas no apêndice II da CMS (espécies migratórias que requerem colaboração ao nível internacional com medidas de conservação da espécie e seu habitat). Em termos de estatuto de protecção em Moçambique, 25 espécies são protegidas por lei (Decreto 12/2002 de 06 de Junho) entre as quais incluem-se o flamingo-comum (*Phoenicopterus ruber*), bico-aberto (*Anastomus lamelligerus*), cegonha-episcopal (*Ciconia episcopus*) e o jabiru (*Ephippiorhynchus senegalensis*).

A Reserva Nacional de Pomene situa-se nas proximidades de outras duas IBAs (MZ004 – Arquipélago do Bazaruto e MZ003 Florestas de *Brachystegia* de Panda) e de outras áreas com grande diversidade de avifauna como o Cabo de São Sebastião onde ocorrem pelo menos 285 espécies de aves (Read et al., 2014), o que sugere que a diversidade da avifauna na RNP pode ser muito superior à documentada por Macandza et al. (2015) especialmente se considerarmos a área do estuário/baía e a zona costeira e marinha junto à Reserva.

2.3.5.3 Répteis, Anfíbios e Invertebrados

Não há registo das espécies de répteis e anfíbios e nem de Invertebrados (ex. insectos) que ocorrem na RNP. Durante o trabalho de campo não foi possível fazer-se o levantamento destas espécies, contudo da observação efectuada e das conversas mantidas com membros das comunidades residentes no interior da Reserva, acredita-se que ocorram uma grande variedade e abundância de espécies pertencentes a estes grupos da fauna terrestre. Estes grupos deverão ser abrangidos por estudos no futuro, pois são componentes com grande relevância ecológica e, portanto, bons indicadores da sanidade ambiental.

O proprietário do Pomene View Lodge mencionou a ocorrência de três espécies de répteis que são a jibóia (*Python sebae natalensis*), a mamba-negra (*Dendroaspis polylepis*) e o varano do Nilo (*Varanus niloticus niloticus*). As comunidades residentes referiram que usam um tipo de lagartixa para uso medicinal, pensa-se que seja uma espécie pertencente ao género *Trachylepis*. Broadley (2002) numa revisão do género *Psammophis* refere a ocorrência da Cobra-da-barriga-listrada (*Psammophis orientalis*) na região de Pomene.

Quanto aos insectos, há registos de algumas espécies que foram alvo de estudos específicos. Uma espécie de Maria café nova para a ciência (*Zinophora lobata*), em que o único registo existente é de Pomene, foi descrita por Redman et al (2015). Para além desta encontrou-se a

referência de ocorrência de duas espécies de Coleopteras, uma pertence a um novo gênero (*Monoleptoides trivialis*; Wagner, 2011) e a outra é *Sivacrypticus tanganyikanus* (Lillig, 2004).

A jibóia e o varano do Nilo estão listadas no apêndice II da CITES (o comércio deve ser controlado) e a jibóia é também protegida por lei em Moçambique (Decreto 12/2002 de 06 de Junho).

2.3.5.4 Fauna Marinha

A RNP não abrange nem a parte marinha (a Este) nem o estuário (a Norte), no entanto estes ecossistemas fazem parte da envolvente ecológica da Reserva e pela sua sensibilidade e importância de espécies para a conservação, de seguida apresenta-se uma breve descrição da fauna marinha com particular relevância para a conservação.

Tartarugas marinhas ocorrem nas águas costeiras de Pomene (em áreas de recifes e de ervas marinhas) e as praias junto à Reserva são lugares de nidificação. Não se conhecem ao certo as espécies que ali ocorrem e nidificam. Mas há grande probabilidade de as praias serem locais de nidificação de tartaruga cabeçuda (*Caretta caretta*) e de tartaruga coriácea (*Dermochelys coriácea*) que são as espécies que nidificam no Sul do país (Costa et al., 2007; Videira et al., 2008). Para além destas, podem ocorrer outras duas espécies comuns na nossa costa, a tartaruga verde (*Chelonia mydas*) e a tartaruga de bico de falcão (*Eretmochelys imbricata*), e pela proximidade ao Cabo de São Sebastião e Arquipélago de Bazaruto (onde estas nidificam; Costa et al., 2007; Videira et al., 2008; Kyle & van Wyk, 2014) estas poderão também nidificar em Pomene. Estas quatro espécies estão ameaçadas globalmente, são protegidas em Moçambique (Decreto 12/2002 de 06 de Junho) e constam do apêndice I da CITES e do apêndice I da CMS, portanto são de grande importância para conservação.

Os mamíferos marinhos como o dugongo (*Dugong dugon*), os golfinhos comum (*Delphinus delphis*), roaz-corvineiro (*Tursiops truncatus*), fiadeiro (*Stenella longirostris*) e corcunda (*Sousa plumbea*) e a baleia corcunda (*Megaptera novaeangliae*) poderão ser observados no mar e estuário nos arredores da Reserva (Macandza et al., 2015). Destes mamíferos, especial atenção deverá ser dada ao dugongo e golfinho corcunda que são espécies ameaçadas, o dugongo é também uma espécie protegida em Moçambique (Decreto 12/2002 de 06 de Junho). Para além disso todas estas espécies estão listadas nos apêndices da CITES e CMS.

Algumas espécies de peixes com especial importância para a conservação ocorrem nesta região. A jamanta-gigante (*Manta birostris*), a manta dos recifes (*Manta alfredi*) e o tubarão baleia (podem ocorrer nesta costa, pois já foram reportados em vários locais da costa de Inhambane (Marshall et al., 2009; Rohner et al., 2013; Rohner et al., 2014). Pomene é inclusive referido como o limite Norte de um dos “hotspot” mundiais de tubarões-baleia de Moçambique (Rohner et al., 2014). Estas três espécies são consideradas ameaçadas globalmente portanto, são de grande importância para a conservação. Importa realçar que foi recentemente descoberta uma espécie nova de peixe (*Bleekeria estuaria*) que foi encontrada no estuário de Pomene (Randall, 2014), realçando a importância deste estuário.

Entrevistas com os residentes e gestores dos Lodges locais indicaram que é frequente observarem golfinhos e tartarugas na costa de Pomene. O dugongo é raro e já não há registos há cerca de 7 anos, os golfinhos (ex. comum, roaz-corvineiro e fiadeiro) e a baleia corcunda são comuns no mar e o golfinho corcunda é comumente observado no estuário. Também informaram que existem recifes de coral ao longo da costa, alguns dos quais encontram-se em muito boas condições. Com base nas coordenadas fornecidas pelo proprietário do Pomene View Lodge efectuou-se o mapeamento de alguns destes recifes (ver Volume II do Plano de Maneio da RNP).

2.3.6 Ecossistemas Críticos e Importantes

2.3.6.1 Estuarino e Associada Floresta de Mangal

Estuário/Baía de Pomene: As características e importância ecológica da baía de Pomene foram até ao momento alvo de poucos estudos. No entanto, acredita-se que esta seja uma área de elevada importância ecológica servindo de área de reprodução e viveiro para várias espécies marinhas e costeiras, local de alimentação e refúgio para espécies de importância global (ex. dugongo, golfinho-corcunda e tartarugas marinhas) e área de grande importância para avifauna (ocorrência de grandes quantidades de aves migratórias costeiras no Verão; Parker, 2001). Esta área é revestida por extensas áreas de mangal, que no geral encontra-se em muito boas condições. Adicionalmente, é uma área de elevada importância socioeconómica pois providencia vários serviços ecossistémicos à população desta região (ex. recursos pesqueiros importantes como peixe e crustáceos e material de construção). Esta área tem também o potencial para ocorrerem espécies ainda não conhecidas pela ciência, como prova disso é a recente descoberta de uma espécie nova de peixe (*Bleekeria estuaria*) que foi encontrada neste estuário (Randall, 2014).

Mangal: A RNP abrange apenas uma pequena porção do mangal que reveste as margens do Rio Muducha e da Baía de Pomene. Este é um habitat crítico, de grande importância ecológica e socioeconómica e as espécies de mangal gozam de protecção legal em Moçambique (Decreto 45/2006 de 30 de Novembro), inclusive está prevista a punição com pena de prisão para quem abata estas espécies protegidas no Código Penal recentemente aprovado (Lei no. 35/2014 de 31 de Dezembro).

2.3.6.2 Sistema de Dunas

Vegetação das dunas costeiras: Apresentam uma grande diversidade de espécies vegetais (122 espécies), é rica em espécies endémicas de flora (ex. *Encephalartos ferox*), área maioritariamente natural e pouco perturbada e apresenta grande abundância e diversidade faunística. Adicionalmente, é de grande importância na estabilização das dunas e controlo da erosão. Deve prestar-se especial atenção à floresta de galeria. Pelas mesmas características enumeradas acima. Mas desta forma pode englobar-se todo o sistema de vegetação da duna, pois parte deste está fora da Reserva.

Praias: As praias adjacentes (a Norte e Este) da RNP constituem áreas de nidificação e habitat de espécies de importância global como tartarugas marinhas e aves migratórias costeiras.

2.3.6.3 Recifes de Coral

Recifes de coral: Os recifes de Pomene apesar de serem usados para fins turísticos (mergulho) há já alguns anos são muito pouco estudados. Os operadores turísticos da área afirmam que estes encontram-se em bom estado de conservação e constituem uma das atracções turísticas da região. Os recifes de coral são de elevada importância ecológica e gozam de protecção legal em Moçambique (decreto 45/2006 de 30 de Novembro). Estas áreas apresentam normalmente grande diversidade faunística e são local de alimentação e refúgio para espécies de importância global (como tartarugas marinhas e mantas). Nestes recifes há potencial para ocorrerem espécies ainda não conhecidas pela ciência, como prova disso é a recente descoberta de uma espécie nova de crustáceo (*Anysomysis neptuni*) que é encontrada em recifes de Pomene (Connell, 2009).

2.3.6.4 Espécies de Importância Global

Nos arredores da Reserva, no estuário e habitat costeiro e marinho, ocorrem várias espécies de importância global já referidas no estudo, tais como tartarugas marinhas (potencialmente quatro espécies das cinco que ocorrem na região Oriental do Oceano Indico), Dugongo, golfinho-corcunda, tubarão baleia (a região de Pomene é parte de um dos “hotspots” do mundo), mantas (possivelmente as duas espécies) e diversas espécies de aves migratórias costeiras e marinhas (com especial importância para o alcatraz do cabo). Esta área de conservação deve contribuir para a conservação destas espécies.

2.4 Características Socioeconómicas e Culturais

2.4.1 Breve História da População

Segundo informações colhidas na Localidade de Malamba, o nome Pomene é do antigo líder da área. A comunidade foi se formando quando a família Mangaze vinda de Morrumbene se fixa na área, juntando-se outras famílias à qual juntam-se outras famílias fundadoras da área de Pomene, nomeadamente Kheha e Nhassengo⁴

2.4.2 Demografia e Distribuição

Macandza et al. (2015), residiam dentro da área da Reserva até Novembro de 2014, cerca de 400 agregados familiares (AFs). A Administração da Reserva indica um total de 535 AFs, mas o levantamento de campo constatou um potencial decréscimo por se detectar um número de residentes actuais dentro da área, visto terem sido detectadas um conjunto de áreas actualmente abandonadas. Os restantes residentes na região Norte da Reserva (ver

⁴ Informação complementada com dados da entrevista feita ao Curandeiro de Pomene.

informação detalhada no **Volume II do Plano de Maneio**), sendo a região Sul mais usada para actividades económicas. Relativamente a divisão etária e por género, não existem dados específicos. A zona periférica da Reserva é ocupada por povoações que se encontram no seu limite.

O grupo etnolinguístico, no Distrito de Massinga e no interior da RNP, o grupo dominante é o *Xitswa* cuja língua é falada por toda a população, incluindo os “vientes”⁵ (Impacto, 2013 & GF Misto – Povoado de Pomene).

Praticam-se várias religiões no Distrito sendo a dominante a religião Sião/Zione (praticada por 42,1% da população), seguida da Católica (praticada por 25,8% da população) (INE, 2013). O Curandeiro de Pomene confirma que esta tendência é também observada a nível das populações residentes no interior e arredores da Reserva.

Segundo Macandza et al. (2015), até 1995 existiam apenas 3 famílias a residir dentro da RNP, ano em que iniciou a migração para dentro e para as áreas periféricas. O movimento foi impulsionado pela disponibilidade de recursos naturais e extensas áreas desocupadas, chegando aos 400 AFs reportados por Macandza et.al (2015) até Novembro de 2014 e 535 Afs reportados pela Administração da Reserva. A saída de AF em 1995 pode estar ligada à rigidez das regras dentro da área da Reserva. Os líderes citam também o facto de muitos homens migrarem para as várias cidades do País (principalmente Maputo) e para a África do Sul à procura de emprego.

Há ainda a migração temporária para colecta de recursos naturais como o caniço e a pesca. Esta fixação temporária dentro dos limites da RNP é dá-se entre os meses de Abril a Agosto para o corte de caniço, posteriormente vendido fora da área da Reserva pelos residentes do Povoado de Tevele.

A pesca é o principal atractivo de fixações temporárias na RNP. Residentes do Povoado de Tevele fixam-se na área durante os meses de Inverno e montam seus acampamentos pesqueiros junto à costa. Entre os meses de Abril a Julho e por vezes em Dezembro, pescadores do Zimbabué, Morrumbene, Morrungulo, Maxixe e África do Sul fixam-se na área impulsionados pela pesca desportiva e pela pesca para o consumo e revenda do produto. Este tipo de pescadores fixa seus acampamentos temporários dentro da área da Reserva atracando seus barcos de pesca junto à praia.

Conflitos ligados à pesca surgem por os pescadores locais não terem barcos para transporte para a zona de pesca permitindo que os de fora alcancem as melhores áreas. Se gue-se a chegada, diferenciando-os dos pescadores imigrantes que conseguem alcançar melhores áreas de pesca. Isto faz com que pouco pescado sobre para os pescadores residentes da RNP, complementando com o facto de que nesta altura também é frequente a vinda de pessoas de pessoas apenas para comprar e revender em diversos pontos do país. (GF Homens, Mulheres, Misto e Líderes).

Relacionado com fixação temporária de pessoas de fora está o uso abusivo das praias, incluindo viaturas 4 x 4, ameaçando a preservação das dunas costeiras e constituírem um

⁵ “Viente” é a denominação atribuída a pessoas provenientes de outros locais.

potencial para acidentes numa área remota sem meios de socorro nem unidade sanitária disponível.

Actividades Económicas

A agricultura praticada dentro da área de Pomene não difere da tendência nacional para a maioria das áreas rurais, sendo rudimentar e orientada para a subsistência do agregado familiar. Esta actividade, dentro da área da Reserva é praticada não só pelos residentes no seu interior mas também pelos AF residentes nos povoados das zonas circunvizinhas, uma vez que a escassez de terras fora da Reserva impulsiona a invasão das terras do seu interior. Segundo Macandza et al. (2015) trata-se de uma agricultura itinerante, de sequeiro, onde é adoptado um sistema de consociação de culturas maioritariamente baseado em culturas de resistência, o que corrobora os dados recolhidos na entrevista com o Director do SDAE.

Pela natureza dos solos de fraca fertilidade, dependência das chuvas e ausência de sistemas de irrigação, a população concentra-se em culturas como milho, feijão nhemba, amendoim e mandioca, escolhendo as terras altas como mais favoráveis. Utilizam as terras baixas na Região Norte da RNP para hortícolas, cana-de-açúcar, cajú e banana, nem sempre com suficiente rentabilidade devido a falta de chuva que não permite excedentes

A criação de animais dentro da Reserva é praticada em pequena escala, concentrando-se em aves, cabritos e porcos. Alguns AF possuem gado bovino, maioritariamente na região Sul da Reserva, usando nesta mesma região as áreas comunitárias de pastagem e áreas próximas às lagoas. Dados do SDAE indicam a existência de uma área de 100 ha para pastagem, para as quais não foi possível realizar o mapeamento preciso. A pecuária desenvolvida pelos AF do interior e zonas circunvizinhas da RNP é maioritariamente direccionada para a subsistência e composição da dieta alimentar familiar.

A pesca é a segunda actividade mais praticada, depois da agricultura. É praticada nas águas das bacias dentro da Reserva, ao longo do Rio Muducha, no estuário e ao longo da zona costeira da Península da Reserva. As artes de pesca mais usadas são a rede de emalhe, armadilhas e a linha, sendo o barco o transporte usado por alguns pescadores para a área de pesca. O produto da actividade pesqueira tem como destino o consumo familiar e a venda.

Faz-se processamento do pescado nos acampamentos de pesca e em alguns centros fixos fota dos limites da RNP, como Centro de Pesca de Malamba e o de Pomene como os mais usados pelas comunidades do interior e arredores da Reserva, mas não se exclui que haja outros dentro da área da RNP.

A actividade comercial é informal não existindo praticamente acesso a comércio formal. Produtos comercializados são os excedentes agrícolas e pesqueiros, produtos à base de recursos naturais como esteiras e peneiras, feitas à base de capim, bebidas caseiras à base de cana-de-açúcar e plantas locais, o mel produzido na região Norte da Reserva, e os próprios recursos sem processamento. Muitos AF em vez de bancas informais fazem-se vendedores ambulantes.

2.4.3 Lugares de Culto e Sagrados

2.4.3.1 Locais sagrados

Foram identificados pelas comunidades 3 locais sagrados dentro da Reserva que representam as famílias consideradas fundadoras do aglomerado existente dentro da área e onde são realizadas cerimónias religiosas e sagradas orientadas pela família representante de cada local. São eles:

1. Nhassengo, situado entre a Duna de Marrune e a Barra Falsa;
2. Kheha, localizada próximo à Barra Falsa;
3. Mangaze, localizada na Duna de Macuangua.

O Curandeiro de Pomene ajudou a identificar locais sagrados como a clareira no meio da floresta na Duna de Checuedene onde se realiza uma cerimónia religiosa e pontos da praia entre as Dunas de Checuedene e de Nhachamba, usados pelos praticantes da religião Zione

2.4.3.2 Locais Históricos

Hoje indicado como local turístico fora do limite da Reserva, no extremo Norte e na Ponta da Barra Falsa, está o Antigo Hotel e perto deste, a “Gruta” que já teve valor sagrado e histórico. Os locais dizem a gruta tinha uma porta antigamente sempre fechada donde saíam corredores e que havia muito dinheiro dentro da gruta. Quem lá fosse sem alguém que desconhecia a tradição não iltava a sair. A gruta encontra-se está agora disponível para visitas, tendo diminuído o valor sagrado do local.

2.4.3.3 Cerimónias e Cultos Sagrados

Algumas cerimónias são até hoje praticadas pelas comunidades residentes no interior e arredores da RNP, nomeadamente:

- Cerimónia de Pedido de Chuva, que é realizada num local denominado *Kolowene*. Estas cerimónias são lideradas pelo líder local que se faz acompanhar de *madodas* que são as pessoas escolhidas de cada zona e que conhecem as cerimónias.
- Cerimónias *Pahlar*, que corresponde a uma espécie de baptismo de bens destinado a dar sorte à família que adquiriu esse bem.
- Cerimónia de recepção de visitas para a qual chamam os *ngomas*⁶.
- Cerimónias de pedido de cura em caso de ferimentos por ataque de animais ou picadas de cobra sendo os membros da família Mangaze responsáveis pela sua realização.

⁶ *Ngomas* são os batuqueiros que participam das cerimónias tradicionais.

Todas as cerimónias têm locais específicos que teriam sido determinados pelos antepassados. Em algumas cerimónias o uso de sangue animal é requerido (por exemplo, cabrito).

2.4.3.4 Interdependência com os Recursos Naturais

Os recursos são utilizados maioritariamente para consumo e venda, como materiais de construção e de fabrico de artesanato como é o caso do capim usado para produção de esteiras e peneiras) e recurso para tratamento de doenças (ver especificação de uso para cada tipo de recurso na **Tabela 1** abaixo). Não foi possível obter dados quantitativos sobre o nível de extracção de cada um desses por parte das comunidades locais.

Tabela 1: Uso dos recursos naturais pelas comunidades locais

Recurso	Uso Atribuído ao Recurso			
	Homem	Mulher	Líderes	Curandeiro
Caníço	Venda		Construção e venda	
Capim		Produção	Produção, construção e venda	
Estacas/ Paus	Construção		Construção	
Lenha		Venda e uso familiar		
Árvore de Simbire			Construção	
Mel	Venda	Venda	Venda	
Peixe	Consumo e venda	Consumo e venda	Troca de produtos	
Mariscos		Consumo e venda		
Raízes		Medicinal	Medicinal	
Plantas tradicionais		Uso medicinal/produção		Uso medicinal
Jibóia				Medicinal
Lagarto/Varano				Medicinal
Folha de palmeira			Produção	

Fonte: Grupos focais nas Localidades de Guma e Malamba e Entrevista com o Curandeiro de Pomene

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 3: Visão

3 VISÃO

A visão reflecte o futuro desejável, o sonho de um futuro ideal para a Reserva Nacional de Pomene assente neste Plano de Maneio e na efectiva gestão da realidade externa para o alcance do futuro brilhante que se deseja.

3.1 Versão Curta da Visão

Que a Reserva de Pomene seja nos próximos 10 anos uma *“Área modelo de gestão participativa e integrada da biodiversidade terrestre e marinha constituindo um pólo de desenvolvimento socioeconómico baseado na natureza na Província de Inhambane”*.

3.2 Declaração de Visão

Em 10 anos a RNP será um exemplo na conservação da biodiversidade e desenvolvimento do potencial turístico, empregando residentes em novos postos de trabalho, servida por funcionários competentes, actualizados, orientados para servir os visitantes, e mantendo a ligação permanente com a comunidade. Será um grande destino turístico que beneficiará as gerações vindouras.

Nessa altura, a comunidade local estará sensibilizada e empoderada, participando activamente na conservação da biodiversidade e beneficiando das actividades económicas proporcionadas pelo desenvolvimento turístico na RNP. Os investidores responsáveis, atraídos pelo desafio de contribuir activamente para a preservação da biodiversidade e por um projecto de desenvolvimento turístico de luxo numa zona de alta beleza natural, trabalharão em estreita colaboração com a administração da RNP e promoverão iniciativas de diversificação de actividades turísticas.

O Governo, satisfeito com o desenvolvimento da RNP multiplicará os seus apoios através da melhoria do quadro legal e institucional e de uma monitoria transparente e participativa. A comunidade científica e académica será parte integrante da gestão da reserva e apoiará activamente com pesquisas contínuas orientadas para as áreas da vocação orientadas para uma melhor gestão e conservação dos recursos naturais da RNP e partilhará com amplamente os conhecimentos daí resultantes.

3.3 Objectivo de Gestão da Reserva

Conservar e manter a integridade ecológica dos ecossistemas estuarinos, marinhos e terrestre, representativos do património natural da zona costeira do Sul de Moçambique para proporcionar oportunidades de desenvolvimento sustentável de ecoturismo na Província de Inhambane.

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 4: ZONEAMENTO

4 ÂMBITO DO ZONEAMENTO

O zoneamento, exercício fundamental do ordenamento territorial, traça os limites de uso e desenvolvimento da área da Reserva integrando as prioridades de gestão e conservação, desta forma direccionando os programas da Reserva no sentido de proteger e desenvolver a AC e alcançar os objectivos da Visão.

O zoneamento pode ser mais elaborado ou simplificado conforme o nível de informação disponível sobre a área. Uma componente do zoneamento é o estabelecimento dos limites e normas de utilização de cada zona, o que implica a definição da Capacidade de Carga (CC) ou nível máximo de utilização que cada zona pode sustentar ou tolerar sem consequentes impactos negativos. A outra forma de se limitar os níveis de utilização de cada zona é o estabelecimento de Limites de Mudanças Aceitáveis (LMA). Esta é uma variante da CC e baseia-se no conhecimento da condição física, social e do ecossistema e monitoria contínua dos sinais de destruição e degradação ou mudanças, de forma a alcançar-se o nível de mudança aceitável de cada zona. Estes limites são estabelecidos pela equipa de planificação, utilizando a melhor informação disponível para o alcance dum equilíbrio entre a preservação e desenvolvimento do turismo sustentável.

4.1 Objectivo do Zoneamento

O objectivo central do zoneamento é separar os vários usos da terra, manter a conectividade dos habitats, providenciar experiências únicas aos visitantes, e providenciar um ambiente de investimento que seja socialmente e economicamente aceitável aos utentes da Reserva. Isto é, o estabelecimento de zonas de gestão RNP irá permitir um melhor entendimento das actividades que podem ocorrer nas diferentes partes da Reserva.

Este zoneamento focaliza-se na distribuição geográfica das componentes biofísicas e atractivos turísticos de forma a proporcionar por um lado, a conservação efectiva dos recursos naturais da Reserva e, por outro, proporcionar uma melhor experiência aos visitantes da Reserva. Consequentemente, este irá proporcionar uma melhor arrecadação de receitas com vista a garantir a sustentabilidade financeira da RNP. As medidas de gestão, estabelecidas para cada zona, irão orientar as acções do gestor da Reserva e seus colaboradores na manutenção e monitoria da integridade do zoneamento.

Neste primeiro Plano de Maneio da RNP não será possível estabelecerem-se as CC ou LMA por não haver a informação necessária para o efeito. Contudo, ao implementar-se este plano, o gestor da Reserva poderá começar sistematicamente a recolher a informação necessária.

4.2 Categorias do Zoneamento

Apresentam-se aqui duas situações para o zoneamento da RNP:

- Considerando os limites actuais (**Figura 7**); e,
- Considerando o ajustamento dos limites para integrar componentes não incluídas nos actuais (**Figura 8**).

Este zoneamento baseia-se nos seguintes critérios:

- Protecção de recursos naturais/ecossistemas de valor excepcional;
- Sensibilidade física e funcional dos ecossistemas;
- Necessidade de provimento de variada e apropriada experiência aos visitantes;
- Eliminação de actividades que podem danificar ou degradar os recursos naturais da Reserva;
- Permitir o controlo estrito para garantir um nível, tipo e localização apropriada do desenvolvimento da RNP.

Assim, a Reserva Nacional de Pomene comporta cinco zonas de gestão, que são descritas abaixo:

- Zona de Protecção Especial
- Zona de Gestão de Recursos
- Zona Comunitária e de Uso de Recursos
- Zona de Desenvolvimento Turístico
- Zona Tampão

As primeiras três zonas referem-se à situação em que os actuais limites se mantêm inalteráveis e a quarta e quinta zona, consideram o ajustamento dos actuais limites. As contribuições de cada zona em relação à superfície da RNP são apresentadas na **Tabela 2**.

Tabela 2: Relação e contribuição das zonas de gestão da Reserva Nacional de Pomene

Designação da Zona	Situação: Limites actuais da Reserva		Situação: Limites da Reserva ajustados	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Zona de Protecção Especial	1455.01	28.78	3180.86	22.18
Zona de Gestão de Recursos	2765.84	54.71	6643.78	46.33
Zona Comunitária e de Uso de Recursos	834.76	16.51	1168.35	8.15
Zona de Desenvolvimento Turístico	0	0	498.42	3.48
Zona Tampão	0	0	2849.88	19.87
TOTAL	5055.61	100	14341.30	100

4.2.1 Zona de Protecção Especial

4.2.1.1. Descrição

Esta zona é composta por habitats excepcionais e ecologicamente importantes para a manutenção de integridade da Reserva e representa aproximadamente 29% da área total actual da Reserva e inclui as seguintes componentes (**Figuras 7 e 8**):

- A mancha de floresta de Miombo denso;
- A parte da reserva que engloba o ecossistema estuarino e floresta de mangal na Baía de Pomene; e,
- O sistema de duna frontal incluindo a floresta de galeria do sopé traseiro da duna frontal.

A mancha de floresta de Miombo denso localiza-se no limite Oeste da Reserva, é composta por floresta típica da costa oriental de África e dominada pelas espécies *Brachystegia tori*, e *B. speciformis*. Esta constitui habitat preferido de pequenos ungulados e primatas, para além de várias espécies de aves. Adicionalmente, esta área é importante pela grande capacidade de retenção de águas pluviais que alimentam as áreas baixas adjacentes.

O ecossistema estuarino na baía de Pomene inclui extensas áreas de floresta de mangal e águas abertas que constitui a mais importante área de desova de vários organismos marinhos (peixe, crustáceos e moluscos). As suas águas pouco profunda constituem habitat de forragimento para os flamingos e outras espécies de avifauna marinha incluindo as espécies migratórias. O mangal para além de funcionar como um filtro, é habitat de várias espécies de caranguejo, avifauna e répteis.

A duna frontal com seus ecossistemas associados (floresta de duna e a floresta de galeria) constitui o maior reservatório de águas pluviais. A Floresta de galeria, apesar da sua reduzida extensão, constitui a área de floresta mais húmida da Reserva e refúgio de primatas, ungulados de pequeno porte e suídeos.

4.2.1.2. Objectivo de Maneio

- Protecção da integridade dos ecossistemas especiais da Reserva e a manutenção dos processos ecológicos (ciclo hidrológico e de nutrientes e purificação das águas).
- Preservação de ecossistemas de alto valor ecológico (estuário, mangal, sistema de duna frontal e floresta de galeria).

4.2.1.3. Orientação de Gestão

Nesta zona não são permitidas:

- Extracção ou exploração de recursos (corte de estacas e caniço, caça e extracção) com excepção da pesca e recolha de crustáceos e moluscos pelas comunidades residentes em área devidamente designadas;
- Condução de qualquer tipo de veículos nas dunas exceptuando em locais devidamente identificados e sinalizados;
- Desenvolvimento de infra-estruturas permanentes.

São permitidas actividades que têm impacto mínimo na vegetação e devidamente autorizadas:

- Actividades de turismo contemplativo;
- Extracção de plantas medicinais para consumo local mediante autorização escrita da administração da Reserva;
- A pesca artesanal no estuário de Pomene, que só será permitida com autorização da administração da Reserva;
- Actividades de investigação e monitoria, quando devidamente autorizadas pela Administração da Reserva;
- Acampar em locais devidamente sinalizados.

4.2.2. Zona de Gestão de Recursos

4.2.2.1. Descrição

A Zona de Gestão de Recursos é a zona com maior área no sistema de zoneamento da Reserva. Com cerca de 55% da actual área da Reserva, que ocupa a faixa central da duna secundária da Reserva (**Figuras 7 e 8**). A vegetação é composta essencialmente por savana arbustiva com duas variantes, a área Norte na qual a savana é dominada pela espécie *Garcinia sp.* e a área Sul dominada por *Phoenix sp.*. A savana arbustiva de *Garcinia sp.* ocorre em solos arenosos claros e o substrato herbáceo é menos abundante. A savana arbustiva de *Phoenix sp.* na zona Sul ocorre em solos areno-argilosos e tem um substrato arbustivos mais abundante. Pelas suas características e volume de pastagem, esta zona deveria albergar um considerável número de herbívoros de pequeno e médio porte.

4.2.2.2. Objectivo de Gestão

- Recuperação de fauna ungulada de pequeno e médio porte e promoção de turismo contemplativo realizado a pé ou de veículo.

4.2.2.3. Orientação de Gestão

As prescrições para esta zona, que se destina à recuperação da fauna de pequeno e médio porte, incide sobre a gestão da vegetação e, particularmente, a gestão das queimadas descontroladas. Assim nesta zona não é permitido:

- Atear fogo sobre a vegetação, com excepção do fogo iniciado como medida de gestão dos pastos para a fauna bravia;
- Caçar qualquer espécie de fauna bravia na Reserva;
- Exploração de estacas e caniço;
- Pastoreio de qualquer espécie de gado doméstico; e,
- Circular na área sem autorização da administração da Reserva.

São permitidas as seguintes actividades:

- Estabelecimento de infra-estruturas turísticas e de gestão da Reserva (edifícios da administração da Reserva, bairro residencial dos funcionários, moradores, área de campismo, vias de acesso, fontes de água e de abeberamento);
- Extracção de plantas medicinais e outros recursos florestais, quando devidamente autorizado pela Administração da Reserva;
- Pesca e recolha de crustáceos e moluscos pelas comunidades residentes em área devidamente designadas; e,
- Estabelecimento de santuário de acolhimento e aclimatização de espécies faunísticas.

4.2.3. Zona Comunitária e Uso de Recursos

4.2.3.1. Descrição

Esta zona ocupa aproximadamente 17% da actual área da Reserva e localiza-se ao Sul do estuário de Pomene estendendo-se até à actual aldeia de Pomene nas imediações da ponta da Barra Falsa. Ela ocupa toda a extensão Norte da Reserva desde o Rio Muducha passando pela savana arbustiva da zona central, incluindo uma pequena porção da floresta de galeria na base da duna frontal nas imediações da ponta da Barra falsa até à aldeia de Pomene (**Figuras 7 e 8**).

Inclui as seguintes áreas: a) áreas de habitação humana e infra-estruturas associadas, b) área de uso de recursos para subsistência (pesca, extracção de mangal e caniço para uso próprio).

4.2.3.2. Objectivo de Gestão

- Garantir condições básicas aos assentamentos humanos e uso sustentável dos recursos naturais para subsistência da comunidade residente.

4.2.3.3. *Orientação de Gestão*

Nesta zona são permitidas as seguintes actividades:

- Assentamentos humanos;
- Actividades de uso sustentável de recursos (pesca, extracção de mangal e caniço, recolha de lenha para fins energéticos) para subsistência;
- Extracção sustentável de plantas medicinais; e,
- Construção de infra-estruturas sociais (escola, fontes de água, posto de saúde).

Nesta zona não serão permitidas as seguintes actividades:

- Queimadas descontroladas;
- Caça de qualquer espécie de fauna e avifauna;
- Extracção de recursos (pesca, extracção de estacas de mangal, caniço, etc.) para fins comerciais fora dos limites da RNP;
- Estabelecimento de plantações comerciais (ex. de cajueiros e coqueiros), sem autorização da Administração da Reserva; e,
- Condução fora das picadas sinalizadas.

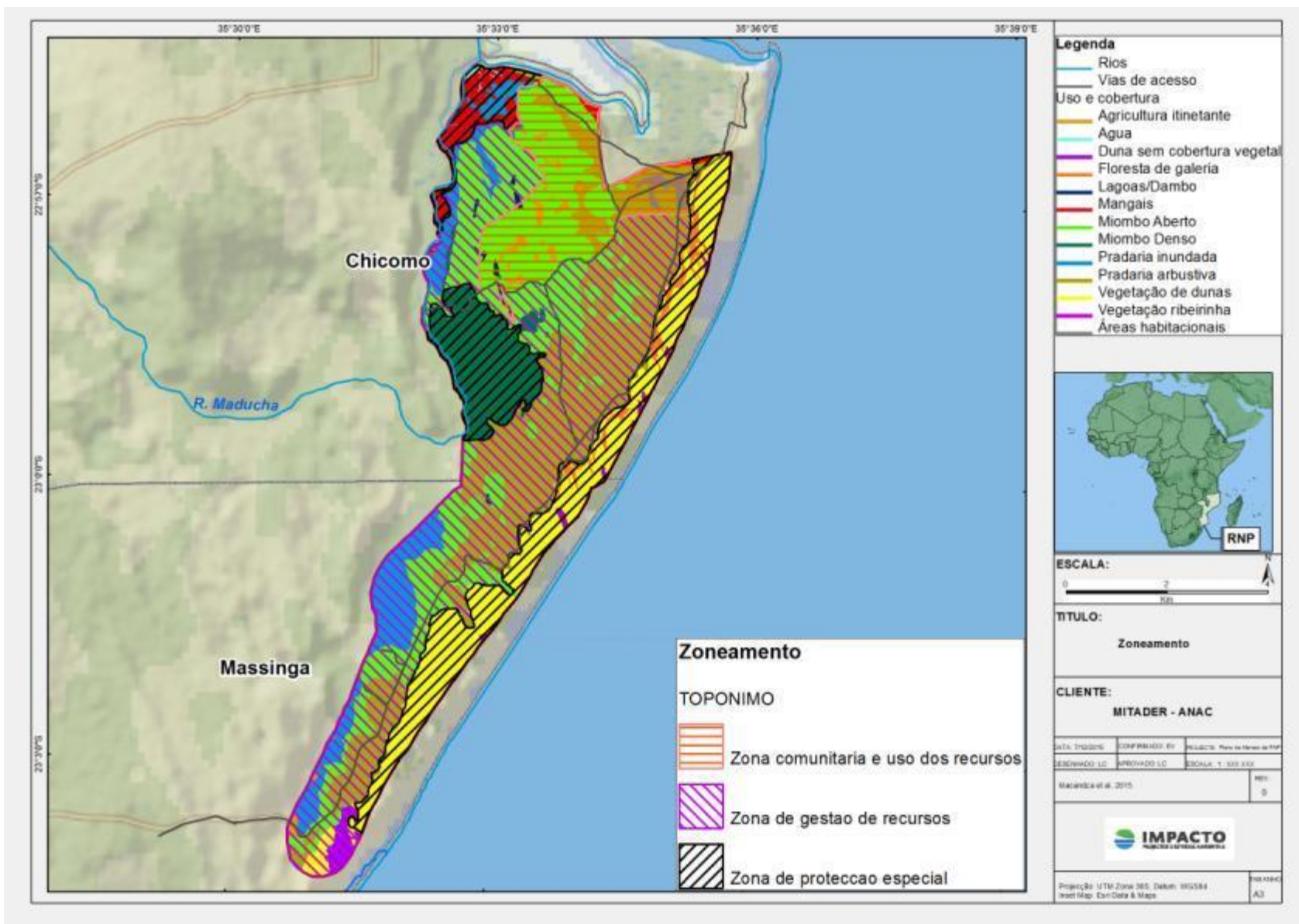


Figura 7: Zoneamento da Reserva Nacional de Pomene de acordo com os seus limites actuais

4.2.4. Modificação das Zonas Considerando os Limites Propostos

A proposta de extensão dos limites da Reserva transporta a Reserva de uma situação de ocupação de cerca de 5055 ha para 14341 ha (ver **Tabela 2** acima) prevendo a abrangência de importantes ecossistemas que ainda se encontram fora dos actuais limites da Reserva, sendo estes o estuário de Pomene e associada floresta de mangais, o sistema de dunas frontais, as pradarias arborizadas da costa e os ricos recifes de corais e habitats de espécies de importância mundial.

Com esta extensão, as três zonas acima mencionadas passarão de igual modo por uma extensão nos seus respectivos limites, de modo a integrar áreas de importância ecológica que não estavam cobertas pelos actuais limites da Reserva. Sendo assim, a Zona Comunitária e de Uso de Recursos passa a estender-se por 1168.35 ha (o que significa aproximadamente 8% da área da Reserva) integrando áreas da Reserva nas quais já existe alguma infra-estrutura social como por exemplo, a pista de aterragem e limitando a área de ocupação de assentamentos humanos dentro da Reserva. A Zona de Gestão de Recursos estende-se para 6643.78 ha, compreendendo 46% da área da Reserva (ver **Tabela 2** acima), integrando o limite marinho proposto ilustrado na **Figura 1**. Esta zona destina-se a recuperação de fauna, tanto terrestre como marinha e a gestão de vegetação, sendo todos os usos dependentes da autorização da Administração da Reserva. Por fim, a Zona de Protecção Especial estende-se para 3180.86 ha (22% da área da Reserva), integrando, dentro da Zona de Gestão de Recursos, os recifes de corais existentes dentro do limite marinho (**Figura 8**).

4.2.5. Zona de Desenvolvimento Turístico

4.2.5.1. Descrição

Esta zona compreende uma faixa estreita ao Sul e Norte da ponta da Barra Falsa principalmente onde actualmente se localizam a maior parte de infra-estruturas turísticas. Com uma área proposta de 498 ha representa 3.5% da área correspondente aos limites propostos de extensão da Reserva conforme ilustra a **Tabela 2** acima. A zona é dividida em duas Subzonas, nomeadamente:

- Desenvolvimento de turismo de Alojamento; e,
- Desenvolvimento de turismo de Casas de Férias.

4.2.5.2. Objectivo de Gestão

- Assegurar áreas de alto valor estético para o investimento de estâncias ecoturísticas.

4.2.5.3. Orientação de Gestão

- Nesta zona a construção das vias de acesso seguirão um padrão recomendado pelo sector de estradas e sempre que possível deverá evitar-se a destruição desnecessária de dunas e sua vegetação;
- O tipo de construção, igualmente seguirá padrões recomendados para zona costeira e sempre que possível deverá ter-se em conta a harmonia com o meio circundante; e,
- As densidades populacionais de visitantes devem ser respeitadas de modo a proporcionar uma experiência única da área.

4.2.6. Zona Tampão

4.2.6.1. Descrição

Esta zona somente existirá se os limites da RNP forem estendidos (**Figura 8**) e corresponderá a uma área de cerca de 2.850 ha, ou seja, aproximadamente 20% do total da área da Reserva com os limites revistos. A zona compreende a região Norte do estuário de Pomene e a área na margem Oeste do Rio Muducha e as planícies de inundação ao longo do limite Oeste da Reserva. Esta zona visa amortecer os impactos das pressões oriundas do exterior e interior da Reserva, onde o uso sustentável dos recursos será permitido mediante um plano de utilização monitorado pela Administração da Reserva.

4.2.6.2. Objectivo de Gestão

- Gestão sustentável e participativa dos recursos naturais.

4.2.6.3. Orientação de Gestão

Esta zona constitui a intersecção entre a Reserva e as áreas comunitárias circundantes onde os recursos naturais nelas existentes são geridos participativamente entre as comunidades locais e Administração da Reserva em coordenação com as autoridades administrativas locais. Aqui será permitido:

- Extracção e exploração de recursos naturais para a subsistência das comunidades locais e desenvolvimento de infra-estruturas turísticas.

Não será permitido:

- A prática de queimadas descontroladas;
- Qualquer actividade que envolva a destruição de habitats;
- Uso de armas como lança e arpão; e,
- Uso de produtos químicos e tóxicos para pescar e caçar.

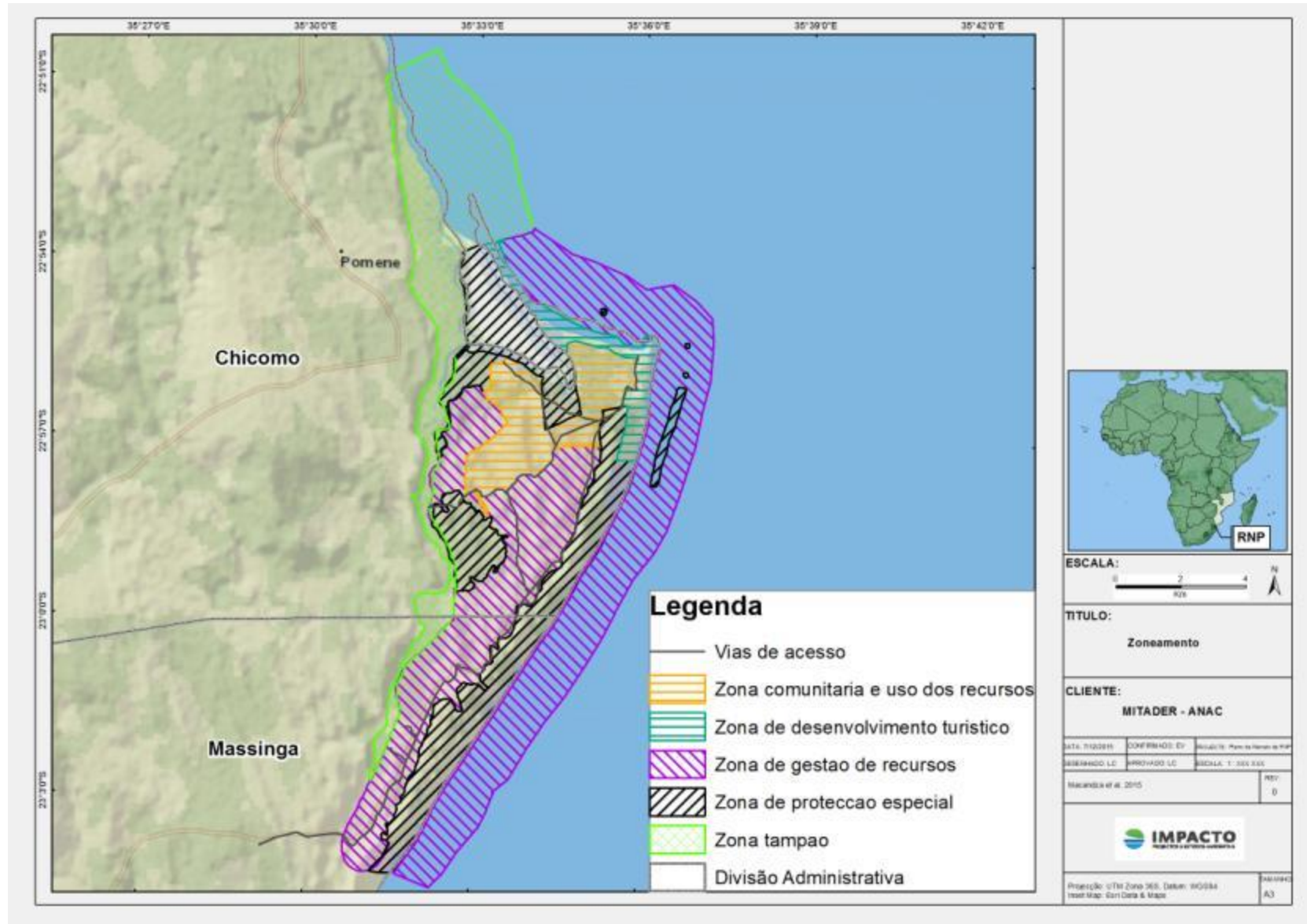


Figura 8: Zoneamento da Reserva Nacional de Pomene considerando o ajustamento dos seus limites actuais

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 5: PROGRAMAS DE GESTÃO

5. PROGRAMAS DE GESTÃO

5.1. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES

O objectivo do programa de conservação de habitats e espécies é garantir que os habitats e espécies críticos da Reserva de Pomene sejam conhecidos e geridos de forma sustentável e as ameaças aos processos ecológicos sejam minimizadas.

Os habitats críticos da Reserva são:

1. Estuário e floresta de mangal associada
2. Recifes de corais
3. Duna frontal e vegetação associada
4. Pradaria arbustiva
5. Espécies de fauna

5.1.1. Estuário e Mangal

5.1.1.1. Situação Actual e Componentes

O estuário de Pomene é um dos mais importantes ecossistemas que a Reserva possui. Com uma extensão de cerca de 2,450 hectares, correspondentes a 17% da proposta extensão da superfície da Reserva e é bordado por uma vegetação de mangal que ocupa cerca de 47% da sua superfície. É caracterizado por águas pouco profundas e possui duas entradas (a foz do rio Muducha e a embocadura de acesso ao mar) que permitem a mistura e a troca de águas e nutrientes terrestres e marinhos. Atendendo a sazonalidade do rio Muducha, o estuário de Pomene pode ser classificado como estuário intermitente onde a água salgada é predominante no estuário durante a época seca. Em qualquer dos casos, a presença do mangal permite uma maior produtividade constituindo habitat preferido de vários organismos marinhos. O estuário e a vegetação associada constituem também habitat de várias espécies de avifauna incluindo espécies migratórias que encontram no estuário o refúgio preferido.

Dado ao elevado nível de produtividade, o estuário de Pomene constitui a principal fonte de proteína animal para as comunidades circunvizinhas. Do estuário e do mangal, as comunidades locais obtêm para seu sustento o peixe, crustáceos e moluscos bem como o mel e material vegetal para construção. Contudo, tratando de uma área de acesso comum e aberto, não existem quaisquer medidas legais ou costumeiras que permitam uma utilização sustentável destes recursos.

5.1.1.2. Ameaças

Sendo parte integrante e um dos mais importantes ecossistemas da Reserva, o estuário ainda se encontra fora dos seus limites o que permite um acesso sem regras aos seus recursos. Permitindo que a utilização dos recursos nele existente seja de acesso comum e aberto. A insuficiência de conhecimento sobre a sua biodiversidade incluindo zooplâncton e macrobentos, a dinâmica da embocadura de acesso ao mar e a variação da salinidade no estuário, estas insuficiências são obstáculos à sua efectiva gestão. As principais ameaças deste ecossistema são:

- Utilização desregulada dos recursos marinhos (peixe, crustáceo e moluscos) incluindo o uso de instrumentos ilegais para a pesca (redes mosquiteiras);
- Exploração desregulada do mangal e outro material vegetal;
- Não conhecimento dos níveis de extracção de cada recurso;
- Falta de conhecimento sobre a biodiversidade do estuário, comportamento de embocadura de acesso ao mar e as variações de salinidade no estuário; e,
- Ausência de monitoria de poluentes resultantes de práticas agrícolas ao longo das maiores linhas de drenagem associada ao estuário (rio Muducha e das planície de inundação).

5.1.1.3. Objectivo de Gestão

O estuário de Pomene está abrangido pela Zona de Protecção Especial que apresenta como objectivos a gestão e protecção da integridade dos ecossistemas especiais da Reserva, manutenção dos processos ecológicos (ciclo hidrológico e de nutrientes, purificação das águas) e preservação de ecossistema de alto valor ecológico. Adicionalmente, a gestão do estuário e a floresta de mangal associada serão orientadas pelo seguinte objectivo:

- Protecção da biodiversidade e dos processos ecológicos do sistema do estuário de Pomene de modo a garantir a manutenção da produtividade do ecossistema.

5.1.1.4. Acções de Maneio

- Estabelecer mecanismos de controlo do acesso e utilização dos recursos marinhos e mangais no estuário de Pomene; e,
- Monitorar o nível de poluição e assoreamento do estuário através do estabelecimento de pontos permanentes de recolha de amostras das águas, medição do perfil e embocadura do estuário.

5.1.2. Gestão de Recifes de Coral

5.1.2.1. Situação Actual

Recifes de corais são considerados os mais diversos ecossistemas submersos em águas marinhas constituídos por colónias de organismos ancorados em substratos rochosos genericamente conhecidos por corais. Informação recolhida no local indica a ocorrência de recifes de corais nas proximidades da barra falsa e a norte da foz do estuário de Pomene. Actividades turísticas de mergulho são conduzidas por mergulhadores profissionais afiliados ao PADI a partir do Pomene Lodge.

Segundo o *website* (http://www.mozambique.co.za/Dive_Destinations-travel/dive-sites-pomene-morrungulo.html), entre a praia de Murrungulo (a Sul da Reserva de Pomene) existem 13 recifes de corais em estado cândido que constituem maravilhas subaquáticas da região e encantam centenas de mergulhadores. A pesquisa realizada no contexto da elaboração deste Plano de Maneio não abrangeu os ecossistemas marinhos, de modo que a informação existente é de fontes secundárias.

5.1.2.2. Ameaças

De forma geral, as maiores ameaças que os recifes de corais enfrentam são associados a exploração insustentável dos recursos marinhos, a poluição urbana, a sedimentação, ao desenvolvimento ao longo da costa e ao turismo. Com a emergência da indústria extractiva de Petróleo e Gás e a rápida urbanização da zona costeira, o nível de ameaça a estes ecossistemas pode aumentar. Outra grande ameaça eminente de nível global está relacionada as alterações climáticas, particularmente o aumento da temperatura superficial da água e a acidificação dos oceanos que causa a lixiviação dos corais.

Na região de Pomene para além das ameaças globais, os recifes de corais são sujeitos às práticas insustentáveis associadas a actividade pesqueira, tais como o uso de redes mosquiteiras, a sobre-pesca e a ancoragem de barcos sobre os recifes.

5.1.2.3. Objectivo de Gestão

Dada importância e valor na manutenção dos processos biológicos que sustentam a vida marinha e terrestre na região de Pomene, o objectivo de maneio destes ecossistemas deve ser:

- Protecção e conservação dos recifes de corais de modo a que este ecossistema continue a providenciar bens e serviços de qualidade e quantidade para as comunidades locais e a indústria turística.

5.1.2.4. Acções de Maneio

- Proceder o levantamento e inventariação dos principais recifes de corais para determinar as suas condições; e,

- Estabelecer mecanismos de interdição de todo o tipo de pesca e extracção de moluscos e outras formas de vida e ancoragem de barcos dentro do perímetro dos recifes de corais.

5.1.3. Dunas Frontais e Vegetação Associada

5.1.3.1. Situação Actual

As dunas constituem importantes elementos naturais do sistema ecológico costeiro. Elas condicionam o sistema hidro-climático facilitando a captura e retenção da humidade e precipitação e providenciando o substrato para uma rica e variada flora e fauna da região.

O sistema de dunas da região de Pomene faz parte do sistema de dunas paralelas com vegetação da costa oriental de África. A área da Reserva de Pomene é composta por duas cordilheira de dunas paralelas sendo a mais importante a duna frontal, pelo seu papel na protecção dos ecossistemas de duna traseiras.

O sistema da duna frontal cobre 17% da superfície da Reserva e é coberta por uma vegetação estratificada em i) vegetação herbácea de praia, ii) brenha costeira densa, iii) floresta de miombo e iv) floresta de galeria na sua face traseira. Dentre estes extratos, salienta-se a floresta de galeria que constitui habitats importantes para uma variada gama de espécies de fauna incluindo répteis e pequenos ungulados que encontram refúgio na densa vegetação arbustiva. A zona da praia e a associada vegetação rastejante constituem a área de nidificação das tartarugas e espécies de avifauna marinha.

5.1.3.2. Ameaças

As principais ameaças ao sistema de duna frontal estão associadas a factores naturais e actividades antropogénicas.

- Os factores naturais que fazem também parte do processo de estabelecimento e dinâmica das dunas (factores climáticos - ventos, humidade e precipitação) têm contribuído para as mudanças geomorfologias e bióticas dos habitats dunares. Na região sul da Reserva são óbvios os impactos de factores naturais (dunas descobertas da vegetação).
- Os factores antropogénicos estão associados com actividades humanas sobre as dunas tais como, i) abertura de vias de acesso (caminhos e acesso veicular), ii) exploração de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros (para vários fins: construção, combustível lenhoso, medicinais tradicional, alimentares), iii) pastoreio de gado, iv) construção de casas e v) queimadas descontroladas. Estas actividades contribuem grandemente para a desestabilização das dunas e sua vegetação e acentuam os impactos dos factores naturais.

5.1.3.3. Objectivo de Maneio

Dada a fragilidades do sistema de dunas, o objectivo de maneio a impor-se de forma a conservar estes ecossistemas será:

- Protecção e reabilitação do sistema de duna frontal de modo a preservar os bens e serviços a ela associados.

5.1.3.4. Acções de Maneio

- Mapear todas vias de acesso veicular e pedestre que atravessa as dunas de acesso a praia e determinar sua manutenção e/ou proibição;
- Estabelecer mecanismos de controlo de todas actividades humanas (pastoreio, exploração florestal, queimadas descontroladas e pisoteio) que ameaça e danifica as áreas de nidificação de aves e tartarugas marinhas; e,
- Estabelecer programas de monitoria das dunas com vista a detectar qualquer impacto negativo.

5.1.4. Pradaria Arbustiva

5.1.4.1. Situação Actual

Para além do sistema de duna frontal, existem outros ecossistemas na RNP considerados sensíveis e importantes para a manutenção das populações de fauna bravia e que merecem atenção particular, nomeadamente, as florestas de miombo, a pradaria/savana arbustiva e a pradaria de inundação que no total ocupam cerca de 77.8% da superfície da Reserva.

Estes ecossistemas, dada a fraca presença de espécies de fauna, têm sido utilizados por parte das comunidades residentes no interior da Reserva para construção de residências, prática de agricultura e exploração de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros e pastoreio de gado. As queimadas têm sido prática regular na Reserva para a renovação dos pastos e limpeza dos campos agrícolas. Estas actividades que ocorrem um pouco por toda a Reserva têm contribuído para o empobrecimento dos solos, a facilitação de transmissão de patologias entre espécies domésticas e de fauna nativa e para a degradação dos habitats.

5.1.4.2. Ameaças

As principais ameaças a estes ecossistemas estão associadas a actividades humanas que incluem:

- Ocupação e uso desordenado de terra;
- Degradação da qualidade e quantidade dos pastos pelo pastoreio de gado e queimadas descontroladas;
- Incremento de focos e intensidade de erosão de solos; e,
- Extracção de material de construção e combustível lenhoso.

5.1.4.3. Objectivo de Maneio

Neste contexto, o objectivo de maneio dos ecossistemas de miombo, savanas arbustivas e pradarias de inundação da Reserva será:

- Protecção destes ecossistemas de modo a garantir a continuidade de provisão de habitat para os pequenos e médios ungulados e outros bens e serviços ecossistémicos.

5.1.4.4. Acções de Gestão

- Estabelecer mecanismos de controlo de acesso e pastoreio de animais domésticos no interior da Reserva;
- Estabelecer sistemas de controlo de queimadas descontroladas nos habitats críticos da Reserva através de abertura, manutenção de aceiros e quebra-fogos; e,
- Interditar a exploração de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros fora da Zona de Uso de Recursos.

5.1.5. Espécies Fauna

5.1.5.1. Situação Actual

Os efectivos da maioria das espécies faunísticos na Reserva de Pomene são bastante reduzidos com tendência a piorar, o que dita uma atenção especial na sua protecção. As principais causas estão associadas ao reduzido tamanho da Reserva, a reduzida capacidade de carga pela natureza dos solos e progressiva invasão de habitações, áreas agrícolas e de pastoreio do gado e ocorrência de queimadas descontroladas.

Recentes estudos indicaram a presença de 17 espécies de fauna de pequeno porte, 115 espécies de aves das quais 21% protegidas pela legislação nacional. Da fauna marinha, destacam-se 4 das 5 espécies de tartaruga marinha que nidificam na costa Moçambicana, golfinhos, baleias e raias que abundam nas águas da Baía de Pomene.

A maior concentração de espécies de fauna terrestre foi observada na floresta de galeria no sopé da duna frontal e na floresta de miombo denso na encosta da duna secundária. Estes

habitats para além de proporcionar melhores condições de forragem encontram-se mais longe da presença humana e de suas actividades.

5.1.5.2. Ameaças

As ameaças que estes ecossistemas enfrentam estão associadas a actividades antropogénicas e incluem:

- Degradação e redução de habitats;
- Caça furtiva e uso de meios proibidos na caça de pequenas espécies no interior da Reserva;
- Transmissão de doenças infecciosas a partir do gado bovino e caprino no interior dos limites da Reserva; e,
- Conflito Homem-Fauna Bravia.

5.1.5.3. Objectivo de Maneio

- Protecção de todas espécies de fauna e avifauna terrestre e marinha no interior dos limites da Reserva garantida;
- Conhecimento dos efectivos das espécies de fauna no interior da Reserva; e,
- Reconstituição dos efectivos de fauna através de protecção e programa de reintrodução de espécies cuja ocorrência histórica é conhecida de modo a incrementar a atractividade da Reserva.

5.1.5.4. Acções de Maneio

- Protecção de todas espécies de fauna e avifauna terrestre e marinha no interior dos limites da Reserva;
- Monitoria da dinâmica das espécies de fauna no interior da Reserva através de censos regulares; e,
- Reintrodução das principais espécies de fauna cuja ocorrência histórica é conhecida para incrementar a atractividade da Reserva.

5.1.6. Espécies Exóticas e Invasoras

5.1.6.1. Situação Actual

A presença de espécies de flora e fauna exóticas e invasoras numa Área de Conservação constitui uma verdadeira ameaça à sua integridade ecológica e ao bem-estar das espécies

autóctones. Na Reserva de Pomene existem várias espécies de fauna e flora exóticas associadas a presença humana no interior dos limites da Reserva.

Das espécies de flora exótica nota-se com destaque a presença de manchas de plantação de Casuarina (*Casuarina equisetifolia*), Escova-de-garrafa (*Callistemon sp.*), Lantana (*Lantana camara*) e outras espécies ligadas a subsistência das populações residentes como o Cajueiros (*Anacardium occidentale*), coqueiros (*Cocos nucifera*) e culturas alimentares como a mandioca, amendoim, ananás e feijões entre outras.

Na componente animália, as espécies mais visíveis no interior dos limites da Reserva são as espécies domésticas tais como o gado bovino (*Bos sp.*), caprino (*Capra sp.*), porcos (*Sus sp.*), gato-doméstico (*Felis sp*) e cães (*Canis sp.*).

5.1.6.2. Ameaças

A grande ameaça da presença de espécies exóticas no interior da Reserva está associada a capacidade destas espécies saírem do controlo humano, proliferarem e dominarem as espécies autóctones no interior da Reserva. As espécies exóticas têm a capacidade de se tornarem dominantes num ambiente exótico e competirem com as espécies nativas no acesso a nutrientes e habitats. Noutros casos, o gato doméstico pode cruzar com espécies selvagens e distorcer a base genética da espécie.

5.1.6.3. Objectivo de Maneio

Dados os riscos associados a presença de espécies de flora e fauna exóticas, o objectivo de maneio será:

- Controlo e prevenção de entrada e estabelecimento de espécies de flora e fauna exóticas e invasoras no interior da Reserva.

5.1.6.4. Acções de Maneio

- Mapeamento e inventariação de todas espécies de fauna e flora exótica e invasora no interior da Reserva.
- Estabelecimento de mecanismos de monitoria, controlo e prevenção de entradas de espécies exóticas e invasoras.

5.1.7. Queimadas Descontroladas

5.1.7.1. Situação Actual

A ocorrência de queimadas descontroladas é um fenómeno anual e nacional que tem impactos negativos na manutenção da fertilidade dos solos, prevenção do processo normal de regeneração da vegetação e emissão de gases de efeito de estufa responsáveis pelo aquecimento global.

A Reserva de Pomene não é excepção dado que anualmente ocorrem queimadas descontroladas oriundas das áreas adjacentes da Reserva ou causadas pelas comunidades locais residentes no interior, durante a preparação das suas machambas e/ou na renovação dos pastos para o seu gado.

Dadas as características do clima regional (tropical seco), dos solos (solos arenosos) e da vegetação (vegetação predominantemente costeira), as queimadas descontroladas da Reserva têm impactos desastrosos para as componentes bióticas e para a integridade dos processos ecológicos. Elas contribuem para a dissecação e redução da fertilidade dos solos facilitando a erosão eólica e hídrica e perda de palatabilidade da forragem. Ao mesmo tempo, modificam e degradam a vegetação com a prevenção da regeneração natural da vegetação e acima de tudo, afectam a integridade dos ecossistemas da Reserva.

Apesar dos impactos negativos que as queimadas descontroladas trazem para os ecossistemas e espécies, elas podem ser um instrumento de gestão dos pastos e pestes útil para os sistemas ecológicos da Reserva.

5.1.7.2. Ameaças

As ameaças da ocorrência anual de queimadas descontroladas estão associadas a:

- Perigo de perda de infra-estruturas e meios de subsistência;
- Empobrecimento dos solos e facilitação de erosão eólica e hídrica; e,
- Degradação de habitats e espécies.

5.1.7.3. Objectivo de Maneio

- Dada as características climo-edáficas da região, as queimadas descontroladas deverão ser totalmente prevenidas. Neste contexto, quebra-fogos devem ser estabelecidas e mantidas.
- Queimadas como ferramenta de gestão da vegetação e de controlo de ectoparasitas deverão ser feitas mediante um plano de gestão de queimadas que inclua as

queimadas frias (controladas de redução de combustível de biomassa) e as queimadas quentes (controle de invasão arbustiva e redução de ectoparasitas).

5.1.7.4. Acções de Maneio

- Estabelecimento de um sistema de controlo de queimadas descontroladas particularmente nos habitats críticos.
- Formulação de um plano de maneio de gestão das queimadas.

5.2. PROGRAMA DA GESTÃO DAS COMUNIDADES RESIDENTES E USO DE RECURSOS

O objectivo do Programa de Gestão das Comunidades Residentes e Uso de Recursos é o de elevar a participação das comunidades residentes na gestão dos recursos naturais e promover o seu empoderamento socioeconómico através de acções de educação ambiental e convivência no interior da Reserva, bem como assegurar o acesso e a utilização sustentável dos recursos base de sua subsistência.

5.2.1. Comunidades Residentes

5.2.1.1. Situação Actual

A Reserva de Pomene conta hoje com cerca 400 a 535 agregados familiares no interior dos seus limites (Macandza et al (2015); ver **Volume II do Plano de Maneio**) concentrados no extremo Norte da Reserva junto do estuário de Pomene e no extremo Sul da Reserva (com número muito limitado). De lembrar que a invasão humana começou nos princípios da década 90 depois de cerca de 20 anos que a Reserva permaneceu sem população no interior dos seus limites.

Dadas as precárias condições edáficas para prática de agricultura, os agregados familiares tendem a viver de forma espaceada nos dois dos três aglomerados populacionais. Estas populações são servidas por uma única estrada e vários carreiros que atravessam a Reserva. Outros serviços sociais disponíveis são uma escola primária (EP1), uma fonte de água potável e alguns serviços de comércio informal.

As principais actividades de subsistência e de geração de rendimento são a pesca e comércio. Para além do comércio de produtos alimentares e sanitários básicos provenientes de fora da Reserva, as populações dedicam-se a exploração de recursos florestais madeireiros (estacas e laca-lacas) e não madeireiros como o capim, folhas de palmeiras, cordas, plantas medicinais e frutos silvestres para comercialização aos empreendimentos turísticos locais e mercados fora da Reserva. A pesca e colheita de moluscos servem para consumo próprio e comercialização

em proporções a serem pesquisadas. O pastoreio de gado bovino e caprino é outra actividade humana praticada no interior da Reserva.

5.2.1.2. Ameaças

Os impactos da presença humana e suas actividades no interior da Reserva têm contribuído para o aumento das seguintes ameaças:

- Degradação dos recursos e ecossistemas da Reserva;
- Redução dos efectivos de fauna terrestre e marinha; e,
- Redução da qualidade dos atractivos turísticos.

5.2.1.3. Objectivo de Maneio

- Aumento da participação das comunidades na tomada de decisões sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva.
- Criação de incentivos económicos tangíveis para a conservação dos recursos da Reserva.
- Redução de custos de viver com a fauna através de implementação de medidas prudentes de contenção dos conflitos homem-fauna bravia.

5.2.1.4. Acções de Maneio

- Criação de mecanismos de interacção permanente entre a Administração da Reserva e as comunidades residentes sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva.
- Estabelecimento de mecanismos de benefício directo e tangível dos proveitos da Reserva.
- Sensibilização as famílias residentes fora da Zona Comunitária e Uso de Recursos para a transferência para esta zona.
- Estabelecimento de mecanismos de defesa de pessoas e bens das comunidades que inclui:
 - Organização de grupos comunitários de defesa de pessoas e bens nas suas áreas de residencia. Estes grupos deverão ser providos com técnicas e meios para levarem a cabo as acções de defesa das suas comunidades;
 - Criação de brigadas especializadas de fiscais da Reserva para proteger pessoas e bens das comunidades residentes;
 - Colocação de dispositivos de afugentamento e defesa contra ataques de animais como por exemplo, barreiras físicas, sonoras, fogueiras; entre outros.

5.2.2. Utilização Sustentável dos Recursos

5.2.2.1. Situação Actual

Os recursos naturais são o principal meio de subsistência das comunidades locais e outras partes interessadas na região da Reserva, pelo que seria contraproducente a sua completa interdição: eles são produtos alimentares e material de construção. É um factor a desencorajar estas práticas o facto de recorrerem a meios proibidos como redes mosquiteiras e laços de aço e sem ter em conta a sua sustentabilidade.

5.2.2.2. Ameaças

As ameaças associadas a utilização dos recursos naturais estão ligadas a insustentabilidade da utilização e uso de meios prejudiciais e proibidos que contribuem para a degradação e/ou extinção dos recursos.

5.2.2.3. Objectivo de Maneio

Dada a importância dos recursos naturais para a subsistência das comunidades locais, o uso consumptivo no interior da Reserva deve ser ordenado de modo a perpetuar os bens e serviços que os ecossistemas produzem. Neste contexto, o objectivo de maneio será:

- Implementar o sistema de zoneamento estabelecido neste Plano de Maneio.
- Regularizar todo tipo de uso de recursos para garantir a sua sustentabilidade.

5.2.2.4. Acções de Maneio

- Concentração das comunidades locais residentes na zona comunitária e de uso de recursos;
- Inventariação dos recursos bases de subsistência das comunidades; e,
- Estabelecimento de procedimentos e acordos sobre a utilização dos recursos de subsistência das comunidades.

5.2.3. Património Histórico e Cultural

5.2.3.1. Situação Actual

As comunidades autóctones africanas raras vezes estão desassociadas dos aspectos espirituais e culturais nas suas áreas de residência. Na Reserva de Pomene foram identificadas 7 áreas de importância cultural e espiritual que pertencem e são utilizadas pelas comunidades residentes no interior e nas zonas periféricas da Reserva (ver Estudo Socioeconómico no **Volume II do Plano de Maneio da RNP**). Três dos 7 locais são pertenças de famílias

fundadoras dos actuais aglomerados populacionais (Nhassengos, Kheha e Mangaze) e outros 4 são pertenças de seitas religiosas. Estes locais são utilizados para realização de cerimónias religiosas e espirituais relacionadas com pedido de chuvas, baptismos, recepção de visitas, e pedidos de curas de doenças prologadas.

Esta é a primeira vez que estes locais foram identificados e mapeados o que significa que alguma atenção deverá ser prestada pelas autoridades de gestão da Reserva de modo a reconhecê-los e criar condições de protecção adequada em parceria com as famílias e líderes religiosos proprietários destes locais.

5.2.3.2. Objectivo de Maneio

Em reconhecimento da importância de preservação do património histórico e cultural locais, o objectivo de maneio será:

- Assegurar a preservação dos locais históricos e culturais das comunidades locais e partilhar seus valores para uma melhor compressão, apreciação e diversão das gerações presente e futura.

5.2.3.3. Acções de Maneio

- Mapeamento, inventariação e descrição participativa dos locais de valor histórico-cultural das comunidades locais;
- Estabelecimento de mecanismos e acordos de acesso turístico dos locais de valor histórico-cultural;
- Estudo da possibilidade de integração dos locais de valor histórico-cultural no leque de atracções turísticos; e,
- Estabelecimento de mecanismos de operação de turismo cultural por parte das comunidades locais na Reserva.

5.3. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO TURISMO

O objectivo do Programa de Desenvolvimento e Gestão do Turismo é o de promover um turismo de alta qualidade e sustentável que optimize os benefícios locais e nacionais dentro dos limites aceitáveis acordados.

Ao implementar o Programa de Desenvolvimento e Gestão do Turismo, a Administração da Reserva envidará esforços para garantir que:

1. O turismo na Reserva seja desenvolvido de forma sustentável de modo a evitar potenciais impactos nos recursos e ambiente da Reserva.
2. O produto turístico seja diversificado de modo a reduzir a pressão da Reserva e elevar a experiência dos visitantes.
3. As comunidades residentes e os mercados locais e distritais beneficiem do turismo.

5.3.1. Situação Actual

O turismo nas áreas de conservação quer na forma contemplativa quer consumptiva, constitui uma das mais importantes fontes de geração de renda para a manutenção das actividades de conservação. Para além do papel ecológico (preservação dos bens e serviços ecossistémicos essenciais a manutenção da vida), as áreas de conservação são hoje mais que nunca, chamados a contribuir para a sua sustentabilidade financeira.

A situação actual do turismo na RNP é desoladora, atendendo ser uma área de conservação com a menor expressão e dimensão no conjunto das Áreas de Conservação que a ANAC tem sob a sua tutela. No entanto, esta AC reúne um conjunto de características físicas e biológicas que podem fazer dela um pólo turístico único no País com condições de atrair nichos de mercado internacionais, desde que o seu desenvolvimento seja devidamente planificado e gerido. As potencialidades turísticas da RNP residem no seu valor estético e sua biodiversidade ecossistémica que reúne todos os requisitos que respondem ao famoso conceito turístico de “*Bush & Beach*” envolvendo uma oferta combinada de produtos turísticos baseados em áreas de conservação e praias.

Em termos de posição geográfica, o Pomene como destino turístico, embora inscrito no *cluster* de Inhambane, sofre algum tipo de limitações pois está situado entre destinos mais bem servidos em termos de acessos e de unidades de alojamento e, provavelmente, em resultado deste factor, regista um número muito reduzido de visitantes ao longo do ano.

De acordo com dados apresentados pela ETI 2013 – 2017 (Governo da Província de Inhambane, 2013), o Distrito de Massinga recebe somente 6% do total de turistas que visitam a Província de Inhambane sendo que estes procuram no destino produtos de lazer de sol e praia. Dos turistas que visitaram o Pomene, a principal atracção foi a pesca de lazer, a observação da fauna marinha, fauna e flora típicas dos mangais, o mergulho e “*snorkelling*”, não

demonstrando praticamente qualquer interesse pelo conjunto de ecossistemas e biodiversidade existentes dentro dos limites actuais da RNP.

Segundo dados da Administração da Reserva, os números de turistas nos três primeiros trimestres de 2015 foi de 174, constituindo uma média mensal de apenas 19 turistas, o que demonstra pouca sustentabilidade quer para a Reserva, quer para os empreendimentos turísticos estabelecidos na sua área de influência.

Em termos dos motivos das visitas afiguram-se as praias e os atractivos marinhos existentes fora dos limites da Reserva sendo que para aceder a estes atractivos os turistas são obrigados a passar pelo portão da Reserva e assim registados como visitantes da Reserva. Por outro lado, as poucas infra-estruturas de serviços de alojamento turístico existentes no Pomene estão estabelecidas fora dos actuais limites da Reserva, concretamente situadas na Península do Pomene junto às praias, com a excepção de uma unidade, o Pomene View Lodge que está localizado junto à extremidade Norte da pista de aterragem (cerca de 500 m do limite da Reserva).

Na zona periférica da Reserva existem dois empreendimentos turísticos de pequena dimensão (Pomene Lodge – operacional) e *Pomene View Lodge* (fechado e em processo de venda). Relativamente próximo da RNP estão também estabelecidas, a Sul da Ponta da Barra falsa ao longo da costa, outras infra-estruturas de alojamento classificadas como empreendimentos turísticos mas que efectivamente são constituídas por algumas casas privadas que ocasionalmente recebem visitantes originários da África do Sul, na sua maioria, e que estabelecem algum tipo de acordos de utilização das casas sem que a sua visita resulte em proveitos legalmente comprovados com documentos ou recibos de aluguer sobre os quais incidam impostos ou outros proveitos legais para o estado.

Aparentemente também alguns membros da comunidade da Aldeia do Pomene e concretamente alguns dos vizinhos do chefe da aldeia alugam espaços para turistas que pretendem acampar, especialmente durante os períodos de época alta. Contudo, não foi possível obter dados concretos e confirmados a esse respeito.

5.3.2. Ameaças

A actual situação do desenvolvimento turístico na RNP é quase inexistente uma vez que os estabelecimentos turísticos encontram-se fora dos actuais limites da Reserva. As maiores ameaças são:

- Degradação dos principais atractivos turísticos por falta de jurisdição da autoridade gestora da Reserva;
- Perda de qualidade da Reserva devido a presença desordenada de assentamentos humanos e suas actividades de subsistência;
- Desenvolvimento de estâncias turísticas sem a devida planificação que compromete a disponibilidade de potências áreas turísticas; e,

- Fraca coordenação entre as estruturas governamentais e autoridades tradicionais responsáveis pelo concessão e licenciamento turístico.

5.3.3. Objectivo de Maneio

O desenvolvimento e gestão do turismo na RNP devem contemplar:

- Desenvolvimento turístico ecológico, social e economicamente sustentável através de mecanismos de coordenação na atribuição das licenças espécies para investimentos turísticos na Reserva;
- Diversificação do produto turístico de modo a aumentar a experiência do visitante;
- Elevação dos benefícios e retornos financeiros às comunidades residentes e aos mercados locais e distritais; e,
- Promoção e “marketing” para atrair investimento de alto nível nacional e internacional.

5.3.4. Acções de Maneio

- Inventariação e regularização dos actuais empreendimentos turísticos da Reserva;
- Diversificação dos atractivos turísticos da Reserva incluindo os atractivos socioculturais com envolvimento das comunidades locais; e,
- Planificação de sítio da zona de desenvolvimento turístico de forma a sua *marketização*.

5.4. PROGRAMA DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA DA RESERVA

O objectivo do Programa de Protecção e Segurança da Reserva é o de elevar a segurança dos recursos e visitantes através de uma colaboração estrita com as partes interessadas da Reserva.

5.4.1. Situação Actual

Este programa refere-se aos serviços de fiscalização e segurança da Reserva. Neste momento, a Reserva conta com 15 agentes de fiscalização (1:82ha) que têm levado a cabo acções de fiscalização dos limites e actividades ilegais no interior da Reserva e a guarnição do único portão da Reserva.

Dada a extensão (123,05 km²), configuração e limites, exceptuando a topografia e natureza dos solos, uma fiscalização efectuada Reserva pode ser alcançada unicamente através de brigadas móveis. As áreas de maior sensibilidade e a actividades ilegais podem ser facilmente identificadas, normalmente nas proximidades dos aglomerados populacionais, fontes de água e

ao longo das vias de acesso. Neste contexto, o corpo de fiscalização da Reserva deverá estar integrado no Departamento de Conservação e Fiscalização (**Figura 9**) e será composto por um Chefe da Fiscalização, duas Brigadas de Fiscalização Móveis e uma Brigada de Fiscalização Fixa cujas funções se descreve a seguir.

5.4.2. Objectivo de Maneio

O objectivo de maneio do corpo de fiscalização será:

- Proteger a integridade ecológica da Reserva através de acções de fiscalização de actividades ilegais de uso de recursos e acesso no interior da Reserva.
- Garantir a segurança das comunidades locais e dos visitantes incluindo a segurança contra ataques de animais no interior da Reserva.

5.4.3. Estrutura dos Serviços de Fiscalização

Conforme referido anteriormente, o corpo de fiscalização da Reserva é composto pelo Fiscal Chefe da Fiscalização que terá sob sua responsabilidade duas Brigadas Móveis e uma Brigada Fixa responsável pelo controlo dos pontos de acesso a Reserva.

O Fiscal Chefe será o coordenador de todas actividades de Fiscalização da Reserva incluindo a planificação das operações, gestão e destacamento dos Fiscais nas várias missões operativas e recolha de inteligência. Este reporta ao Administrador da Reserva e sempre que necessário deverá ter o apoio do Departamento Jurídico da ANAC. Ele será responsável pela manutenção de relações de trabalho com outras forças de lei e ordem no Distrito e Província.

A Brigada Fixa será responsável pela guarnição e controlo dos pontos de acesso a Reserva e será composta por um corpo de 5 Fiscais funcionando em moldes rotativos nos principais pontos de Acesso (Portões da Reserva). Entre suas responsabilidades inclui a colecta das taxas de entrada e outros serviços na Reserva. De lembrar que o pessoal colocado nos pontos de acesso à Reserva representam o espelho organizativo da Reserva e constituem o primeiro contacto do visitante com a Reserva. Neste contexto, devem ser disciplinados, apurados e com conhecimento profundo da Reserva e seus regulamentos. Sempre que possível devem ter conhecimentos de línguas internacionais.

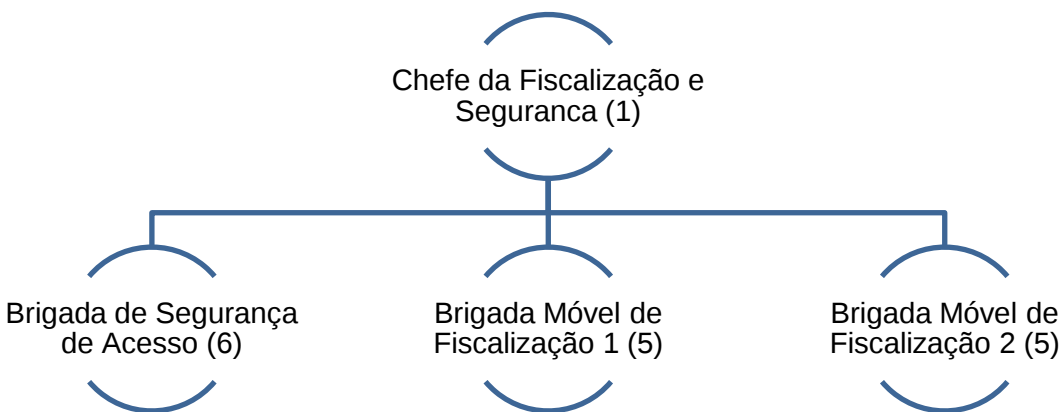


Figura 9: Estrutura orgânica da Fiscalização da Reserva de Pomene

As duas Brigadas Móveis são responsáveis pelo controlo do cumprimento do regulamento do AC e da utilização ilegal dos recursos da Reserva. Terão como base a sede da Reserva a partir da qual farão missões de fiscalização coordenadas em toda Reserva incluindo a parte terrestre e marinha. Dada a extensão e configuração da Reserva é fácil estabelecer as áreas de alta sensibilidade a actividades ilegais para as quais maior atenção deve ser dada.

5.5. PROGRAMA DE PESQUISA

O objectivo do Programa de Pesquisas é o de assegurar o envolvimento das instituições e cientistas nacionais e estrangeiros na condução de pesquisas em várias esferas científicas em apoio a construção de conhecimento da dinâmica dos factores abióticos e bióticos da Reserva.

5.5.1. Situação actual

O corpo bibliográfico sobre a RNP é limitado e bastante disperso o que torna difícil a gestão efectiva e eficiente da mesma. As áreas de conhecimento onde as lacunas são maiores estão relacionadas a biodiversidade, a dinâmica dos elementos biofísicos, aos processos ecológicos que governam a vida na Reserva e a dinâmica demográfica e socioeconómica das populações residentes.

5.5.2. Objectivo de Maneio

Neste contexto, o objectivo de manejo do Programa de Pesquisa deve orientar-se para o seguinte:

- Promover e incentivar pesquisas científicas, particularmente de suporte a gestão da Reserva;
- Estabelecer parcerias com as instituições académicas e de pesquisas ao nível nacional e internacional para usarem a Reserva como laboratório aberto de pesquisas; e,
- Estabelecer uma base de dados em apoio ao sistema de monitoria dos aspectos biofísicos e de gestão da Reserva.

5.5.3. Acções de Maneio

- Inventariação e recolha de todos os estudos realizados sobre a Reserva e região num banco de dados da Reserva;
- Priorização das áreas de pesquisa a serem conduzidas na Reserva e área adjacente;
- Assinatura de acordos com instituições académicas e cientistas nacionais e estrangeiras para a utilização da Reserva como um laboratório aberto de pesquisas; e,
- Mobilização de instituições científicas e doadores para financiar programas de pesquisas.

5.6. PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA RESERVA

O objectivo do Programa de Administração e Finanças é o de assegurar uma conservação e gestão efectiva e eficiente da Reserva através de colaboração com as partes interessadas de modo a racionalizar os processos que promovem um engajamento activo e elevação de parcerias entre a Administração da Reserva e as partes interessadas.

5.6.1. Situação Actual

Até ao momento, a Reserva não possui uma estrutura administrativa e financeira. Estas funções têm sido desempenhadas pelo Administrador da Reserva, auxiliado pelos 15 Fiscais actualmente existentes. Para se garantir uma efectiva administração da Reserva é importante que seja instituída a Estrutura de Administração da Reserva conforme o que a seguir se propõe.

5.6.2. Estrutura de Gestão

A actual gestão da RNP é garantida por uma Administração da Reserva composta por 1 Administrador e 15 Fiscais. O Administrador da Reserva, para além de coordenar as actividades de fiscalização e relacionamento com as comunidades locais, também se encarrega dos aspectos administrativos e gestão financeira da Reserva incluindo as aquisições e o processo de pagamentos de salários. O orçamento da Reserva é atribuído à Direcção

Provincial de Turismo como um centro de custo do SISTAF (a Reserva ainda não é considerada com centro de custo) onde o Administrador encaminha suas necessidades e justificações mensais. Esta forma de gestão financeira infelizmente ainda persiste na maioria das Áreas de Conservação (ACs) sob tutela da ANAC, uma situação que dificulta a planificação e tomada de decisões sobre os gastos a efectuar-se.

Para a melhoria do nível organizacional e de acordo com os preceituados na Lei de Conservação (Lei Nr. 16/2014 de Junho), a Reserva será gerida por uma Administração da Reserva e apoiada por um Conselho de Gestão da Reserva conforme se apresenta na **Figura 10**.

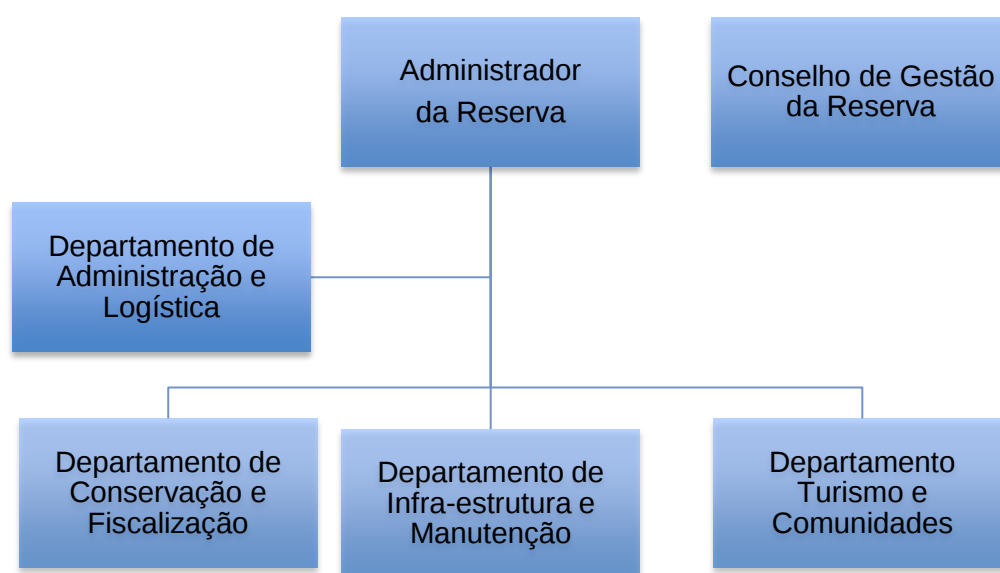


Figura 10: Proposta da Estrutura orgânica da Reserva de Pomene.

5.6.3. Atribuições da Administração da Reserva

O Conselho de Gestão da Reserva é um órgão de consulta e aconselhamento da administração da Reserva em matéria de gestão e desenvolvimento da Reserva. Sua criação é da responsabilidade da Administração da Reserva e será homologada por despacho do Ministro que subentende ANAC.

Ele será composto pelo Administrador da Reserva e pelos representantes do Governo Provincial, Distrital e das Localidades, operadores turísticos da Reserva, comunidades residentes e organizações não-governamentais, sendo a presidência do Conselho rotativa entre os membros.

Dada a extensão da área e a complexidade de gestão, a Administração da Reserva será composta por quatro Departamentos (Departamento de Administração e Logística, Departamento de Conservação e Fiscalização, Departamento de Infra-estruturas e Manutenção e Departamento de Turismo e Comunidades) e uma Secretaria cujas atribuições se apresentam a seguir.

5.6.3.1. Administração da Reserva

A administração da Reserva é dirigida por um Administrador e compreende os Departamentos de (i) Administração e Logística, (ii) Conservação e Fiscalização, (iii) Infra-estruturas e Manutenção e (iv) Turismo e Comunidades. Especificamente, tem como atribuições as seguintes:

- Administrar e gerir a Reserva incluindo as comunidades residentes e operadores turísticos;
- Assegurar a implementação, monitoria e avaliação do presente Plano de Maneio;
- Assegurar a integridade ecológica da Reserva através da manutenção do funcionamento dos ecossistemas e protecção dos recursos naturais;
- Assegurar a participação efectiva das comunidades residentes na conservação e valorização dos recursos naturais protegidos na Reserva;
- Assegurar o desenvolvimento sustentável do turismo;
- Zelar pelo funcionamento pleno dos Departamentos e outros serviços adstritos a administração da Reserva através de gestão efectiva e eficiente do quadro de pessoal e matérias da Reserva; e,
- Articular e coordenar acções tendentes à melhoria da gestão da Reserva com outras instituições do Estado, organizações de sociedade civil, doadores e instituições académicas.

5.6.3.2. Departamento de Administração e Logística (DALO)

O Departamento de Administração e Logística compreende os serviços de administração, secretariados e logística da Reserva. Suas atribuições incluem:

- Garantir os serviços de administração e secretariado da Reserva incluindo servir de ponto focal de interacção entre a Administração da Reserva com outras instituições, organizações de sociedade civil, sector privado, doadores e a academia;
- Garantir todo serviço de logística da Reserva incluído interacção com fornecedores, processos de aquisições e controle dos armazéns;
- Servir de elo de ligação entre as instituições e o público com a administração da Reserva; e,
- Assegurar os serviços e processos relacionados com os recursos humanos.

5.6.3.3. Departamento de Conservação e Fiscalização (DECOFI)

O Departamento de Conservação e Fiscalização é responsável pelos serviços relacionados a conservação dos recursos naturais e serviços de fiscalização. Suas atribuições incluem:

- Assegurar a gestão dos habitats e espécies em conformidade com as recomendações do Plano de Maneio;
- Garantir a protecção dos recursos naturais contra a utilização ilegal;
- Proteger as comunidades locais, seus bens e propriedades contra os ataques e eminência de ataques de animais bravios;
- Zelar pela segurança dos visitantes, seus bens e propriedades enquanto estiverem no interior da Reserva; e,
- Zelar pelo cumprimento do zoneamento da Reserva.

5.6.3.4. Departamento de Infra-estruturas e Manutenção

O Departamento de Infra-estruturas e Manutenção tem como atribuições as seguintes:

- Zelar e orientar o planeamento territorial do espaço em conformidade com o zoneamento da Reserva.
- Planificar e orientar os trabalhos de construção e manutenção de infra-estruturas de gestão e turísticas da Reserva (vias de acesso, áreas de campismo, miradores, *jetty* de lançamento de embarcações, entre outras).

5.6.3.5. Departamento de Turismo e Comunidades

Este Departamento é essencialmente um departamento de relações públicas que procurará estreitar relações harmoniosas entre a administração da Reserva com os operadores turísticos e as comunidades residentes. Suas atribuições incluem:

- Apoiar os investidores turísticos na implementação de seus projectos no interior da Reserva e garantir o cumprimento do zoneamento e demais legislação.
- Promover relações harmoniosas entre a Administração da Reserva e as comunidades residentes através de diálogo permanente, campanhas de educação ambiental e actividades de utilização sustentável dos recursos.

5.6.4. Gestão Financeira

5.6.4.1. Situação Actual

Neste momento, a principal fonte de financiamento é o Orçamento Geral do Estado (OGE) que aloca fundos essencialmente para os custos operacionais da Reserva através do SISTAF, a Direcção Provincial de Turismo. Actualmente, o orçamento é de 3 milhões de Meticais destinados apenas aos custos operacionais da Reserva (salários, combustíveis e manutenção da viatura).

A Reserva beneficia de custos de investimentos, razão pela qual não possui infra-estruturas de gestão de construção convencional. Num passado recente, a Reserva beneficiou de fundos na União Europeia para o programa de emergência que permitiu a construção da administração e portão principal com material local e aquisição dum grupo gerador. Posteriormente, recebeu algum valor através da DANIDA para a elaboração de um Plano de Maneio que não ficou concluído.

A ausência de fundos de investimento faz com que a Reserva não melhore as instalações da Administração, as vias de acesso internas bem como as infra-estruturas de apoio às actividades turísticas que poderiam incrementar a arrecadação de rendas (miradores, carreiros para safaris apeados, entre outras). Os escassos recursos financeiros arrecadados por via de taxas de entradas são encaminhados para a caixa do Tesouro no Ministério das Finanças.

Conforme já mencionado, os actuais limites da Reserva excluem a maior parte dos atractivos e empreendimentos turísticos na Reserva o que faz com que esta seja utilizada apenas como uma via de acesso a estas, condicionando o nível de arrecadação de receitas pelas autoridades administrativas da Reserva. Neste contexto, a questão da extensão dos limites da Reserva de modo a abarcar estas áreas com atractivos e empreendimentos turísticos deve ser considerada como uma acção imperiosa para se inverter a situação actual e garantir a colecta de maiores receitas e contribuição para a sustentabilidade da Reserva e outras Áreas de Conservação em Moçambique.

5.6.4.2. Objectivo de Maneio

Para proporcionar o pleno desenvolvimento da Reserva e atrair investimentos turísticos, o objectivo de maneio será:

- Garantir gestão eficiente dos fundos alocados para as actividades do Plano de Maneio;
- Criar capacidade interna de gestão financeira; e,
- Optimizar a colecta de receitas pelo uso dos atractivos turísticos e aproveitamento de terra sob jurisdição da Administração da Reserva.

5.6.4.3. Acções de Maneio

- Reclassificar a Reserva como um centro de custos no âmbito do SISTAF de forma a permitir uma gestão local e eficaz dos fundos alocados.
- Capacitação da Administração da Reserva em normas e gestão financeira e práticas de Contabilidade Geral do Estado.

5.7. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Objectivo do Programa de Desenvolvimento e Gestão de Infra-estruturas é o de assegurar que o desenvolvimento de infra-estruturas de gestão e de recreação e turísticas obedeçam os padrões ambientais e de segurança.

5.7.1. Situação Actual

A Reserva de Pomene é a área de conservação do sistema nacional com menor número de infra-estruturas, sendo as únicas existentes e sob a responsabilidade da Administração da Reserva o complexo da administração (casa do administrador, armazém e uma *machessa* construídos com material local), 5 tendas, uma pista de aterragem e vias de acesso (estrada principal e picadas internas). As restantes infra-estruturas existentes na região encontram-se fora dos actuais limites da Reserva e/ou da responsabilidade da Administração da Reserva (estâncias turísticas, infra-estruturas sociais e privadas).

Esta situação contribui significativamente na redução de oportunidade das autoridades administrativas da Reserva de colectar receitas. Sendo assim, enfatiza-se a necessidade imperiosa de adopção dos limites propostos neste Plano de Maneio.

De salientar que, apesar do reduzido número de infra-estruturas sob a responsabilidade da Administração da Reserva, a ausência de planificação de alocação de infra-estruturas e de um programa e capacidade de sua manutenção são evidentes na actual administração.

5.7.2. Objectivo de Maneio

Neste contexto, os objectivos de maneio das infra-estruturas são:

- Garantir que todas construções de infra-estrutura no interior da Reserva obedeçam a um processo de planificação e gestão e estejam em conformidade com o Código de Construção Interno.
- Assegurar uma efectiva manutenção de todas infra-estruturas da Reserva.

5.7.3. Acções de Maneio

- Desenvolver um Código de Construções de Infra-estruturas Viárias e Civas a ser aplicado dentro dos limites da Reserva de modo a garantir a segurança estrutural e ambiental;
- Rever e priorizar a rede viária no interior da Reserva de modo a proteger habitats e espécies; e,
- Adoptar procedimentos internos para o sector de manutenção de infra-estruturas de gestão e recreativas da Reserva.

A proposta da localização das principais infra-estruturas de maneio para a Reserva de Pomene encontra-se no **Anexo C**.

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 6: MONITORIA DO PLANO DE MANEIO

6. MONITORIA DO PLANO DE MANEIO

O Plano de Monitoria estabelece as linhas gerais da avaliação dos potenciais impactos resultantes da implementação de cada um dos sete (7) programas de gestão da Reserva. Estabelece também os resultados positivos esperados através de indicadores claros e de fácil medição.

Tabela 3: Monitoria do programa de Conservação de Habitats e Espécies

Programa/Objectivo	Potencial Impacto	Meio de Verificação	Fonte de Verificação
PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES			
Objectivo Geral: garantir que os habitats e espécies críticos da Reserva de Pomene sejam conhecidos e geridos de forma sustentável e as ameaças aos processos ecológicos sejam minimizados.			
Estuário e associada floresta de Mangal			
Objectivo de Maneio: Protecção da biodiversidade e dos processos ecológicos do sistema do estuário de Pomene de forma a garantir a manutenção da produtividade do ecossistema	Controlado o acesso e utilização dos recursos naturais no estuário	Número de utentes dos recursos do estuário	Relatórios de base e relatórios de monitoria trimestrais
		Volume/quantidade de recursos utilizados	
Recifes de Corais			
Objectivo de Maneio: Protecção e conservação dos recifes de corais de forma que este ecossistema continue a providenciar bens e serviços de qualidade e quantidade para as comunidades locais e a indústria turística	Conhecida a localização e condições dos recifes de corais	Recifes de corais identificados e suas condições estabelecidas	Relatório de base e relatórios de monitoria anual
Dunas Frontais e Vegetação associada			
Objectivo de Maneio: Protecção e reabilitação do sistema de duna frontal de modo a preservar os bens e serviços a ela associados	Reduzido o acesso às dunas e utilização dos recursos	Número de vias de acesso	Relatório de base e relatórios de monitoria trimestrais
		Volume/quantidade de recursos	
Pradaria Arbustiva			
Objectivo de Maneio: Protecção das pradarias para garantir a continuidade de provimento de habitat para os pequenos e médios ungulados e outros bens e serviços ecossistémicos	Controlado o pastoreio de gado e queimadas descontroladas	Número de entradas de gado	Relatório de base e relatórios de monitoria trimestrais
		Número de focos de queimadas	
Espécies de Fauna			

Objectivo de Maneio: A protecção de todas espécies de fauna e avifauna terrestre e marinha no interior dos limites da Reserva garantida	Aumento de espécies de fauna	Estimativas de população	Estimativas populacionais de espécies de fauna e avifauna
Objectivo de Maneio: Efectivos das espécies de fauna no interior da Reserva em crescimento	Crescimento das populações de fauna	Estimativas populacionais	Relatórios de censo regulares
Objectivo de Maneio: Reconstituição dos efectivos de fauna através de protecção e programa de reintrodução de espécies cuja ocorrência histórica e conhecida de forma a incrementar a atractividade da Reserva	Estratégia de reintrodução de espécies de fauna autóctone	Número de espécies de fauna autóctone introduzidas	Relatório de reintrodução
<u>Espécies Exóticas e Invasoras</u>			
Objectivo de Maneio: Controlo e prevenção de entrada e estabelecimento de espécies de flora e fauna exóticas e invasoras no interior da Reserva	Conhecimento das espécies exóticas e estratégia de controlo	Espécies exóticas controladas	Relatório de controlo e monitoria de espécies exóticas
<u>Queimadas Descontroladas</u>			
Objectivo de Maneio: Estabelecimento e manutenção de Quebra-fogos	Redução de focos de Queimadas descontroladas	Focos de queimadas descontroladas	Relatório de controlo de queimadas descontroladas

Tabela 4: Monitoria do programa de comunidades residentes e uso dos recursos

Programa/Objectivo	Potencial Impacto	Meio de Verificação	Fonte de Verificação
COMUNIDADES RESIDENTES E USO DE RECURSOS			
Objectivo Geral: Elevar a participação das comunidades residentes na gestão dos recursos naturais e promover o seu empoderamento socioeconómico através de acções de educação ambiental e convivência no interior da Reserva, bem com assegura o acesso e a utilização sustentável dos recursos bases de sua subsistência.			
<u>Gestão das Comunidades Residentes</u>			
Objectivo de Maneio: Aumentar a participação das comunidades na tomada de decisões sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva	Decisões participativas sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva	Número de reuniões de consultas das comunidades residentes	Relatórios das reuniões com as comunidades residentes

Objectivo de Maneio: Criação de incentivos económicos tangíveis para a conservação dos recursos da Reserva	Incremento de renda das comunidades resultantes do seu envolvimento na gestão e desenvolvimento da Reserva	Volume de renda familiar	Dados de monitoria do desenvolvimento humano
Objectivo de Maneio: Redução de custos de viver com a fauna através de implementação de medidas prudentes de contenção dos conflitos homem-fauna bravia	Conflito Homem-Fauna Bravia (CHFB)	Número de incidentes de CHFB controlados na zona comunitária	Dados sobre CHFB
<u>Utilização dos Recursos Naturais</u>			
Objectivo de Maneio: Controlo do acesso e volume de utilização dos recursos naturais (RN)	Controlo do acesso e volume de RN extraídos	Número de Acesso e quantidades	
<u>Património Histórico-Cultural</u>			
Objectivo de Maneio: Assegurar a preservação dos locais históricos e culturais das comunidades locais e partilhar seus valores para uma melhor compressão, apreciação e diversão da geração presente e futuras	Lugares históricos culturais preservados e integrado no leque de atracções turísticas	Preservação dos lugares histórico-culturais Lugares históricos culturais no leque de atracções turísticas	Relatório sobre a situação dos lugares históricos e culturais

Tabela 5: Monitoria do programa de Desenvolvimento e Gestão turística

Programa/Objectivo	Potencial Impacto	Meio de Verificação	Fonte de Verificação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TURÍSTICA			
Objectivo Geral: Promover um turismo de alta qualidade e sustentável que optimiza os benefícios locais e nacionais dentro dos limites aceitáveis acordados			
<u>Turismo Sustentável</u>			
Objectivo de Maneio: Desenvolvimento Turístico ecológico, social e economicamente Sustentável	Ordenamento da zona de desenvolvimento turístico	Plano ordenamento de zona turística	Plano ordenamento de zona turística
<u>Produtos Turísticos</u>			

Objectivo de Maneio: Produto turístico diversificado que aumenta a experiência do visitante	Variados atractivos e actividades turísticas	Número de operadores e visitantes beneficiando da variedade de atractivos turísticos	Dados de monitoria de uso dos atractivos turísticos
<u>Maior benefício e retornos para as comunidades</u>			
Objectivo de Maneio: Elevar os benefícios e retornos financeiros às comunidades residentes e aos mercados locais e distritais	Comunidades residentes envolvidos na gestão de actividades turísticas	Número de iniciativas turísticas comunitárias	
<u>Atracção de investimento turístico</u>			
Objectivo de Maneio: Promover e “marketing” para atrair investimento de alto nível nacional e internacional	Visibilidade das potencialidades e serviços turísticos na Reserva na arena mundial	Número de “Hits” nas páginas meios sociais	Dados de monitorias das páginas e meios sociais

Tabela 6: Monitoria do programa de protecção e segurança da Reserva

Programa/Objectivo	Potencial Impacto	Meio de Verificação	Fonte de Verificação
PROGRAMA DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA DA RESERVA			
Objectivo Geral: Elevar a segurança dos recursos e visitantes através duma colaboração estrita com as partes interessadas da Reserva			
<u>Protecção dos Recursos naturais</u>			
Objectivo de Maneio: Proteger a integridade ecológica da Reserva através de acções de fiscalização de actividades ilegais de uso de recursos e acesso no interior da Reserva	Redução de incidentes de actividades ilegais	Número de patrulhas incidentes actividades ilegais	Dados de monitoria de actividades ilegais
<u>Segurança das comunidades e visitantes</u>			
Objectivo de Maneio: Garantir a segurança das comunidades locais e dos visitantes incluindo a segurança contra ataques de animais no interior da Reserva	Redução de incidentes de CHFB	Número de incidentes CHFB	Relatório sobre CHFB

Tabela 7: Monitoria do programa de Pesquisa

Programa/Objectivo	Potencial Impacto	Meio de Verificação	Fonte de Verificação
--------------------	-------------------	---------------------	----------------------

PROGRAMA DE PESQUISA			
O objectivo Geral: Assegurar o envolvimento das instituições e cientistas nacionais e estrangeiros na condução de pesquisas em várias esferas científicas em apoio a construção de conhecimento da dinâmica dos factores abióticos e bióticos da Reserva			
Objectivo de Maneio: Promover e incentivar pesquisas científicas, particularmente de suporte a gestão da Reserva	Melhoria do conhecimento da biodiversidade e aspectos socioeconómicos da Reserva	Lista de temas de Pesquisa	Relatórios de Pesquisas efectuadas
Objectivo de Maneio: Estabelecer parcerias com as instituições académicas e de pesquisas ao nível nacional e internacional para usarem a Reserva como laboratório aberto de pesquisas	Parcerias com instituições académicas e de pesquisas	Número de parcerias assinadas com instituições de pesquisa e académicas	Memorandos de Entendimentos
Objectivo de Maneio: Estabelecer uma base de dados em apoio ao sistema de monitoria dos aspectos biofísicos e de gestão da Reserva	Banco de dados para monitoria e avaliação	Banco de dados	Banco de dados

Tabela 8: Monitoria de Administração de Finanças

Programa/Objectivo	Potencial Impacto	Meio de Verificação	Fonte de Verificação
PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Objectivo Geral: assegurar uma conservação e gestão efectiva e eficiente da Reserva através de colaboração com as partes interessadas de forma a racionalizar os processos que promovem um engajamento activo e eleva parcerias entre a administração da Reserva e as partes interessadas.			
Objectivo de Maneio: Estabelecer uma estrutura de administração efectiva e eficiente da Reserva	Gestão efectiva e eficiente da Reserva	Estrutura de Administração da Reserva	Estrutura de Administração da Reserva operacional
Objectivo de Maneio: Garantir gestão eficiente dos fundos alocados para as actividades do Plano de Maneio	Maior confiança na atribuição e alocação de fundos para o desenvolvimento da Reserva	Níveis crescentes de atribuições e alocação de fundos para a gestão e desenvolvimento da Reserva	Orçamento e doações anuais
Objectivo de Maneio: Optimização de colecta de receitas pelo uso dos atractivos turísticos e aproveitamento de terra sob jurisdição da	Maior e eficiente colecta de receitas através do aumento de	Fontes de receitas diversificadas	Relatório Financeiros

Administração da Reserva	atractivos turísticos e controlo dos empreendimentos turísticos	Mecanismos eficientes de receitas	Sistema e mecanismo de colecta de receitas
--------------------------	---	--------------------------------------	--

Tabela 9: Monitoria de Desenvolvimento de Gestão de Infra-estruturas

Programa/Objectivo	Potencial Impacto	Meio de Verificação	Fonte de Verificação
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTAO DE INFRAESTRUTURAS			
Objectivo Geral: Assegurar que o desenvolvimento de infra-estruturas de gestão e de recreação e turísticas obedeçam os padrões ambientais e de segurança.			
Objectivo de Maneio: Garantir que todas construções de infra-estrutura no interior da Reserva obedeçam a um processo de planificação e gestão e estejam em conformidade com o Código de Construção Interno	Infra-estruturas edificadas de acordo com o Código de Construção de Infra-estruturas	Código de Construção aprovado Plano de edificação de infra-estruturas	Código de Construção de Infraestruturas
Objectivo de Maneio: Assegurar uma efectiva manutenção de todas infra-estruturas da Reserva.	Infraestruturas mantidas	Infraestruturas mantidas	Relatório de manutenção

6.1 Plano de Implementação e Orçamento

Cada uma das tabelas de monitoria acima apresentada é acompanhada por um Plano de Implementação e por uma proposta de Orçamento detalhado apresentadas nos **Anexos A e B** do presente Plano de Maneio. O sumário do orçamento proposto por cada programa apresenta-se abaixo.

Tabela 10: Resumo do Orçamento Proposto

PROGRAMAS	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total MZN	Total USD (1:60)
Programa de Conservação de Habitats e Espécies	3,585,000.00	7,335,000.00	7,130,000.00	1,680,000.00	1,310,000.00	21,040,000.00	350,666.67
Programa Comunidades Residentes e Uso de Recursos	330,000.00	1,590,000.00	300,000.00	210,000.00	210,000.00	2,640,000.00	44,000.00
Programa de Desenvolvimento e Gestão Turístico	660,000.00	3,180,000.00	520,000.00	230,000.00	80,000.00	4,670,000.00	77,833.33
Programa de Protecção e Segurança da Reserva	760,000.00	100,000.00	40,000.00	280,000.00	40,000.00	1,220,000.00	20,333.33
Programa de Pesquisa e Monitoria Ecológica	180,000.00	210,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	480,000.00	8,000.00
Programa de Administração e Finanças da Reserva	300,000.00	-	-	100,000.00	-	400,000.00	6,666.67
Programa de Desenvolvimento e Gestão de Infraestruturas	1,410,000.00	930,000.00	930,000.00	930,000.00	930,000.00	5,130,000.00	85,500.00
	7,225,000.00	13,345,000.00	8,950,000.00	3,460,000.00	2,600,000.00	35,580,000.00	593,000.00

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 7: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAC (2015). Relatório Balanço das actividades dos 9 meses de 2015, Reserva Nacional de Pomene. Administração Nacional Das Áreas De Conservação (ANAC), Ministério Da Terra, Ambiente E Desenvolvimento Rural (MITADER): Maputo.

Balidy, HJ , A. Siteo, M. Menomussanga e P. L. Pires (2005). Avaliação dos níveis de corte, composição específica e regeneração natural de mangal no Sul de Moçambique. CDS-ZC. 20 pp.

Connell, A. D. (2009). The Genus *Anisomysis* (Crustacea: Mysidae) from the east coast of South Africa – descriptions of three new species, and range extensions of two known species. *African Natural History*, Volume 5: 17 – 30.

Costa, A., H. Motta, M. A. M. Pereira, E. J. S. Videira C. M. M. Louro e J. João (2007). Marine Turtles in Mozambique: Towards an effective conservation and management program. *Marine Turtle Newsletter*, 117: 1-3.

Convention on International Trade of Endangered Species of Flora and Fauna (CITES). 2015. CITES cited species for Mozambique. Consultado em 18 de Dezembro de 2015. <http://www.cites.org/eng/resources/species.html>

Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals (CMS). 2012. List of Common Names, CMS Appendices I and II

Dudley, N. (editor) (2008). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland: IUCN x+86pp.

Farinha, J.L. (1977). *Caça -Legislação: Caça, Parque Nacionais, Coutadas, Reservas, Regimes de Vigilância e outras Disposições*. Imprensa Nacional de Moçambique-L. Marques.

GOVERNO DA PROVINCIA DE INHAMBANE (2013) – Direcção Provincial do Turismo. *ESTRATEGIA DO TURISMO DE INHAMBANE – Plano De Cinco Anos (2013 – 2017)*

INE (2013). *Estatísticas do Distrito de Massinga*, Instituto Nacional de Estatística (INE): Maputo.

INIA (1995). Carta Nacional de Solos, 1:1 m. Série Terra e Água do INIA. Comunicação No. 73. Maputo, Moçambique.

Impacto (2013). Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso Actual da Terra nos Distritos da Zona Costeira de Moçambique – Distrito de Massinga, Avaliação Ambiental Estratégica da Zona Costeira de Moçambique. Maputo.

Kyle, S. e van Wyk, G. 2014. A brief report on the monitoring of marine turtles on the Sao Sebastiao peninsula, Mozambique, from November 2013 to March 2014.

Lillig, M. (2004). New data on zoogeography and taxonomy of the African species of the genus *Sivacrypticus* kaszab (Coleoptera: Archeocrypticidae). Stuttgarter Beiträge zur Naturkunde Serie A (Biologie), No. 663: 1-12.

Macandza et al. (2015). Estudo Das Condições Ecológicas e Socioeconómicas da Reserva Nacional de Pomene – Relatório Final, Projecto de Financiamento Sustentável do Sistema das Áreas Protegidas do Moçambique, Ministério Da Terra, Ambiente E Desenvolvimento Rural (MITADER), Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Maputo. Abril de 2015.

Marshall, A.D., Compagno, L.J.V. and Bennett, M.B. 2009. Redescription of the genus *Manta* with resurrection of *Manta alfredi* (Krefft, 1868) (Chondrichthyes; Myliobatoidei; Mobulidae). Zootaxa 2301: 1-28.

MICOA (2013). Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso Actual da Terra nos Distritos da Zona Costeira de Moçambique – Distrito de Massinga, Avaliação Ambiental Estratégica da Zona Costeira de Moçambique. Maputo.

MINISTÉRIO DO TURISMO (2015) – Indicadores de Referencia na Área do Turismo. Ministério do Turismo, Direcção de Planificação e Cooperação.

Oglethorpe, J., A. Correia e S. Koy (1995). Levantamento da situação actual e recomendações para um futuro programa de manejo, conservação e envolvimento turístico. Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, Departamento de Fauna Bravia. 12 pp.

Parker, V. (2001). Mozambique. In: Fishpool, L. D. C. and Evans, M. I., eds. (2001) Important Bird Areas in Africa and associated islands: Priority sites for conservation. Newbury and Cambridge, UK: Pisces Publications and BirdLife International (BirdLife Conservation Series No. 11).

Randall, J. E. (2014). Three new species of sand lances (Perciformes: Ammodytidae) from the southwest Indian Ocean. *Journal of the Ocean Science Foundation*. 11Pp.

Read, C.; Taroboton, W.R.; Davies, G.B.P.; Anderson, M.D. e Anderson, T.A. 2014. Mozambique. *Ornithological Observations*, 5: 370-408

Redman, G. T.; Hamer, M.L.; Slotow, R. H. & Barraclough, D. A. (2015). Description of two new species of *Zinophora* Chamberlin, 1927 (Diplopoda: Spirostreptida: Harpagophoridae), with discussion of species groups in the genus. *African Invertebrates*, Vol. 15(2): 385-396.

Rohner C.A.; Couturier, L.I.E.; Richardson, A.J.; Pierce, S.J.; Prebble, C.E.M.; Gibbons, M.J.; Nichols, P.D. (2013). Diet of whale sharks *Rhincodon typus* inferred from stomach content and signature fatty acid analyses. *Marine Ecology Progress Series* 493:219–235.

Rohner CA, Weeks SJ, Richardson AJ, Pierce SJ, Magno-Canto MM, Feldman GC, Cliff G, Roberts MJ. (2014) Oceanographic influences on a global whale shark hotspot in southern Mozambique. *PeerJ PrePrints* 2:e661v1 <https://doi.org/10.7287/peerj.preprints.661v1>

Smithers, R.H. e Tello. J.L.P.L. 1976. CheckList and Atlas of the Mammals of Moçambique, Rodésia

Wagner, T. (2011). Description of *Monoleptoides* gen. nov. from the Afrotropical Region, including the revision of nine species (Coleoptera: Chrysomelidae: Galerucinae). *Bonn zoological Bulletin* 60 (2): 169`-199.

Wild, H. & Barbosa, L.A. 1967. Vegetation map of the Flora Zambesiaca area. *Flora Zambesiaca Supplement*. M.O. Collins (Pvt) Ltd, Salisbury. 71pp.

Videira, E. J. S., M. A. M. Pereira, C. M. M. Louro e D. A. Narane (eds.) (2008). Monitoria, marcação e conservação de tartarugas marinhas em Moçambique: dados históricos e relatório anual 2007/08. Grupo de Trabalho Tartarugas Marinhas de Moçambique (GTT), Maputo. 85 pp.

Páginas de Internet:

Mozambique Accommodation – Holidays packages, tours and hotels:
http://www.mozambique.co.za/Dive_Destinations-travel/dive-sites-pomene-morrungulo.html

PLANO DE MANEIO DA RESERVA NACIONAL DE POMENE

Volume I

VERSÃO FINAL

SECÇÃO 8: ANEXOS

ANEXO A

QUADRO 1: PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

	Acções de Maneio e Actividades	Responsabilidade	ANO 1				Marco de alcance	ANO 2				Marco de alcance	ANO 3				Marcos de alcance	ANO 4				Marcos de alcance	ANO 5				Marcos de alcance
			1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4	
1	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES																										
Objectivo Geral: Garantir que os habitats e espécies críticos da Reserva de Pomene sejam conhecidos e geridos de forma sustentável e as ameaças aos processos ecológicos sejam minimizados																											
1.1	Estuário e associada floresta de Mangal																										
1.1.1.1	Objectivo de Maneio: Protecção da biodiversidade e dos processos ecológicos do sistema do estuário de Pomene de forma a garantir a manutenção da produtividade do ecossistema																										
1.1.1.1	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de controlo do acesso e utilização dos recursos marinhos e mangais no estuário de Pomene	Administração da Reserva					Relatório de levantamento dos utentes e recursos utilizados					Consenso alcançado sobre medidas de controlo de acesso e volumes de recursos					Medidas de controlo implementadas e comunidades participando					Avaliadas e ajustadas as medidas de controlo e acesso aos recursos com envolvimento das comunidades residentes					Mantido o uso sustentável de recursos do Estuário de Pomene
1.1.1.2	Acção de Maneio: monitorar o nível de poluição e assoreamento do estuário através do estabelecimento de pontos	Administração da Reserva e instituições académicas					Identificados os pontos de recolha de dados sobre a poluição e instalados os equipamentos de mediação					Recolha, análise de amostras e apresentação de resultados					Recolha, análise de amostras e apresentação de resultados					Substituição de equipamento obsoleto, continuação da monitoria e apresentação dos					Conhecido o nível/fluxo de poluição e assoreamento e dinâmica do estuário de Pomene

[illegible]

resultados

Recifes de Corais

Objetivo de Maneio: Proteção e conservação dos recifes de corais de forma que este ecossistema continue a providenciar bens e serviços de qualidade e quantidade para as comunidades locais e a indústria turística

1.2.1.1

Ação de Maneio:
Proceder o levantamento e inventariação dos principais recifes de corais para se determinar suas condições

Administração da Reserva & instituição académica

Contratação do consultor e identificação dos principais recifes de corais e sua condição

Monitoria
anual das
condições
dos
recifes e
apresenta
ção dos
resultados
e
respectiva
s medidas
de
mitigação

Monitoria anual das condições dos recifes e apresentação dos resultados e respectivas medidas de mitigação

Monitori
a anual
das
condiçõ
es dos
recifes e
apresent
ação
dos
resultad
os e
respecti
vas
medidas
de
mitigaçã
o

Monitoria
anual das
condições
dos
recifes e
apresenta
ção dos
resultados
e
respectiva
s medidas
de
mitigação

1.2.1.2

Acção de Maneio:
estabelecer mecanismos de interdição de todo o tipo de pesca e extracção de

Administração da Reserva

Delimitação dos principais recifes de corais e estabelecer normas de conduta dos utentes

Utentes sensibilizados e medidas de controlo implementadas

Medidas
de
controlo
impleme
ntadas e
ajustada
sMedidas
de
controlo
impleme
ntadas e
ajustada
s

Recifes
de corais
conservad
os e
comunida
des
envolvida
s

[illegible]

	, exploração florestal e queimadas descontroladas e pisoteio) que ameaça e danifica as áreas de nidificação de aves e tartarugas marinhas					niteressadas													
1.3.1.1.3	Ação de Maneio: Estabelecer programa de monitorias das dunas com vista a detectar qualquer impacto negativo.	Administração da Reserva				Identificar e mapear sítios nas dunas vulneráveis a erosão eólica e estabelecer protocolos de monitoria											Monitorar a dinâmica das dunas e apresentar resultados		Conhecer os e monitorar os sítios vulneráveis nas dunas frontais da Reserva
1.4	Pradaria Arbustiva																		
1.4.1	Objectivo de Maneio: Proteção das pradarias para garantir a continuidade de provimento de habitat para os pequenos e médios ungulados e outros bens e serviços ecosistémicos																		

1.4.1.1	Ação de Maneio: Estabelecer mecanismo de controlo de acesso e pastoreio animais domésticos no interior da Reserva	Administração da Reserva				Consultas com os criadores de animais e estabelecimento de normas e procedimentos de acesso as áreas de pasto no interior da Reserva					Implementação das normas de acesso					Implementação das normas de acesso					Controlado o acesso desregulado as áreas de pastos no interior da Reserva
1.4.1.2	Ação de Maneio: Estabelecer sistema de controlo de queimadas descontroladas nos habitats críticos da Reserva através de abertura, manutenção de aceiros quebra-fogos	Administração da Reserva				Ver 1.7.1.1					Ver 1.7.1.1					Ver 1.7.1.1					Ver 1.7.1.1
1.4.1.3	Ação de Maneio: Impor interdição na exploração de recursos	Administração da Reserva				Operações de Fiscalização					Operações de Fiscalização					Operações de Fiscalização					Controlada a exploração florestal no interior da Reserva

[illegible]

1.5.3.1	Acção de Maneio: Assegurar a reintrodução de principais espécies de fauna cuja ocorrência histórica é conhecida de forma a incrementar a atractividade da Reserva	Administração da Reserva					Plano de Reintrodução de espécies de fauna					Espécies reintroduzidas					Espécies reintroduzidas					Monitoria					Efetivos de fauna reintroduzidas
<u>1.6</u>	Espécies Exóticas e Invasoras																										
1.6.1	Objectivo de Maneio: Controlo e prevenção de entrada e estabelecimento de espécies de flora e fauna exóticas e invasoras no interior da Reserva																										
1.6.1.1	Acção de Maneio: Mapeamento e inventariação de todas espécies de fauna e flora exótica e invasora no interior da Reserva	Administração da Reserva					Mapa de localização das principais espécies exóticas																			Conhecida a localização e focos de entrada de espécies de animais e plantas exóticas	

1.6.1.2	Ação de Maneio: Estabelecer mecanismos de monitoria, controle e prevenção de entradas de espécies exóticas e invasoras	Administração da Reserva					Mecanismo de controlo de entrada de espécies de fauna e flora exóticas					Operações de Fiscalização					Operações de Fiscalização					Operações de Fiscalização					Controlados os lugares e entradas de espécies de fauna e flora exóticos
1.7.1	Queimadas Descontroladas																										
1.7.1.1	Objectivo de Maneio: Estabelecimento e manutenção de Quebra-fogos																										
1.7.1.1	Ação de Maneio: Estabelecer sistema de controlo de queimadas descontroladas particularmente nos habitats críticos	Administração da Reserva					Controlar focos de queimadas descontroladas					Controlar focos de queimadas descontroladas					Controlar focos de queimadas descontroladas					Controlar focos de queimadas descontroladas					Controladas as queimadas descontroladas no interior da Reserva
1.7.2	Objectivo de Maneio: Estabelecimento de programa de queimadas para o controlo da vegetação																										
1.7.2.1	Ação de Maneio: Formular um plano de maneio	Administração da Reserva					Formulação do plano de gestão e controlo de					Implementação do plano de combate a queimada					Implementação do plano de combate a					Implementação do plano de combate a					Controladas as queimadas descontroladas no

	de gestão das queimadas					queimadas descontroladas					s descontroladas					queimadas descontroladas					queimadas descontroladas					interior da Reserva	
2	PROGRAMA DE COMUNIDADES RESIDENTES E USO DE RECURSOS																										
Objectivo Geral: Elevar a participação das comunidades residentes na gestão dos recursos naturais e promover o seu empoderamento socioeconómico através de acções de educação ambiental e convivência no interior da Reserva, bem com assegura o acesso e a utilização sustentável dos recursos bases de sua subsistência																											
2.1	Gestão das Comunidades Residentes																										
2.1.1	Objectivo de Maneio: Aumentar a participação das comunidades na tomada de decisões sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva																										
2.1.1.1	Acção de Maneio: Criar mecanismo de interacção permanente entre a administração da reserva e as comunidades residentes sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva	Administração da Reserva					Mecanismo de interacção permanente entre as partes					Reuniões entre a administração e as comunidades residentes					Reuniões entre a administração e as comunidades residentes					Reuniões entre a administração e as comunidades residentes					Estabeleci da relação harmonios a com as comunidades locais
2.1.2	Objectivo de Maneio: Criação de incentivos económicos tangíveis para a conservação dos recursos da Reserva																										
2.1.2.1	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de beneficiaç	Administração da Reserva					Estratégia e Plano de envolvimento das comunidades					Benefícios a fluir para as comunidades residentes					Benefícios a fluir para as comunidades residentes					Benefícios a fluir para as comunidades residentes					Comunidades beneficiados dos proveitos da Reserva

	ão directa e tangível dos proveitos da Reserva					residentes														
2.1.3	Objectivo de Maneio: Redução de custos de viver com a fauna através de implementação de medidas prudentes de contenção dos conflitos homem-fauna bravia																			
2.1.3.1	Acção de Maneio: Sensibilizar as famílias de residem fora da Zona Comunitária e Uso de Recursos a transferir-se para esta zona	Administração da Reserva					Comunidades fora da zona comunitárias sensibilizadas					Comunidades fora da zona comunitárias sensibilizadas					Comunidades fora da zona comunitárias sensibilizadas			Elevada a coincidência das comunidades residentes
2.1.3.2	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de defesa de pessoas e bens das comunidades	Administração da Reserva					Estratégia de defesa de pessoas e bens aprovado					Estratégia implementada					Estratégia implementada			Reduzido o número de conflitos HFB
2.2	Utilização dos Recursos Naturais																			
2.2.1	Objectivo de Maneio: Implementar o sistema de zoneamento estabelecido neste plano de maneio																			

2.2.1.1	Acção de Maneio: Concentrar as comunidades locais residentes na zona comunitária e de uso de recursos	Administração da Reserva						Comunidades fora da zona comunitária sensibilizadas e plano de reassentamento formulado																			Nenhuma família a residir fora na zona comunitária
2.2.2	Objectivo de Maneio: Regularizar todo tipo de uso de recursos de forma a garantir sua sustentabilidade																										
2.2.2.1	Acção de Maneio: Inventariação dos recursos bases de subsistência das comunidades	Administração da Reserva																									
2.2.2.2	Acção de Maneio: Estabelecimento procedimentos e acordos sobre a utilização dos recursos de subsistência das comunidades	Administração da Reserva																									Recursos da Reserva utilizados de forma sustentável
2.3	Património Histórico e Cultural																										

Objetivo de Maneio: Regular todo tipo de uso de recursos de forma a garantir sua sustentabilidade

Ação de Maneio: Estabelecimento de procedimentos e acordos sobre a utilização dos recursos de subsistência das comunidades

2. 3. 1	Objectivo de Maneio: Assegurar a preservação dos locais históricos e culturais das comunidades locais e partilhar seus valores para uma melhor compressão, apreciação e diversão da geração presente e futuras																			
2.3.1.1	Ação de Maneio: Mapeamento, inventariação e descrição participativa dos locais de valor histórico-cultural das comunidades locais	Administração da Reserva & ARPAC																		Condição e localização de lugares sagrados identificados e descritos
2.3.1.2	Ação de Maneio: Estabelecer mecanismos e acordos de acesso turístico dos locais de valor histórico e cultural	Administração da Reserva																		Acordo aprovado entre as partes e implementado
2.3.1.3	Ação de Maneio: Estudar a possibilidade de integração dos locais de valor histórico culturais no leque de	Administração da Reserva																		

[illegible]

3	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TURÍSTICA
---	--

Objectivo Geral: Promover um turismo de alta qualidade e sustentável que optimiza os benefícios locais e nacionais dentro dos limites aceitáveis acordados

3. 1	<u>Turismo Sustentável</u>
---------	----------------------------

3.	
1.	Objectivo de Maneio: Desenvolvimento Turístico ecológico, social e economicamente Sustentável
1	

3.1.1.1	Ação de Maneio: Inventaria ção dos actuais empreend imentos turísticos da Reserva	Administra ção da Reserva					Lista dos empreend imentos turísticos e suas condições															Conhecid a a actual situação dos empreend edores turísticos da reserva
3.1.1.2	Ação de Maneio: Proceder o planeame nto do sítio da zona de	Administra ção da Reserva								Plano de sítio da zona de desenvolv imento turístico												Plano de sítio concluído

	desenvolvimento turístico																			
3.1.1.3	Ação de Maneio: Leiloar as parcelas disponíveis para investimentos turísticos	Administração da Reserva								Leiloados os sítios para empreendimentos turísticos e contractos assinados										Empreendimentos turísticos implantados
3.2	Produtos Turísticos																			
3.2.1	Objectivo de Maneio: Protudo turístico diversificado que aumenta a experiência do visitante																			
3.2.1.1	Ação de Maneio: Inventariação e periodização dos potenciais atractivos turísticos com base nos elementos biofísicos	Administração da Reserva					Ver pela actividade 3.2.1.1													
3.2.1.2	Ação de Maneio: Desenvolver os atractivos turísticos prioritizados	Administração da Reserva										Atractivos turísticos desenvolvidos				Atractivos turísticos desenvolvidos				Atractivos turísticos id. e promovidos
3.3	Maiores benefícios e retorno para as comunidades																			
3.3.1	Objectivo de Maneio: Elevar os benefícios e retornos financeiros às comunidades residentes e aos mercados locais e distritais																			

3.3.1.1	Ação de Maneio: Negociar com os líderes comunitários para a inclusão dos lugares históricos culturais no leque dos atractivos turísticos	Administração da Reserva					Ver actividade 2.3.1.2					Ver actividade 2.3.1.2					Ver actividade 2.3.1.2					Ver actividade 2.3.1.2
3.3.1.2	Ação de Maneio: capacitar as comunidades residentes sobre a gestão dos atractivos turísticos histórico-cultural	Administração da Reserva					Ver actividade 2.3.1.4					Ver actividade 2.3.1.4					Ver actividade 2.3.1.4					Ver actividade 2.3.1.4
3.4.1	Atracção de investimentos turísticos																					
3.4.1.1	Objectivo de Maneio: Promover e “marketing” para atrair investimento de alto nível nacional e internacional																					
3.4.1.1	Ação de Maneio: preparar os cadernos de encargos dos sites de desenvolvimento	Administração da Reserva					Ver actividade 3.1.1.3					Ver actividade 3.1.1.3					Ver actividade 3.1.1.3					Ver actividade 3.1.1.3

[illegible]

[illegible]

5.2.1	Acção de Maneio: Mobilizar instituições científicas e doadores para financiarem programas de pesquisas .	Administração da Reserva					Mobilização de instituições académicas e de pesquisa					Mobilização de fundos					Mobilização de fundos					Mobilização de fundos					Fundos mobilizados para pesquisas	
5.2.2	Acção de Maneio: Assinar acordos com instituições académicas e cientistas nacionais e estrangeiras para a utilização da reserva como um laboratório aberto de pesquisas	Administração da Reserva					Acordos com instituições académicas e de pesquisa																				Acords assinados com instituições de pesquisa	
5.3	Objectivo de Maneio: Estabelecer uma base de dados em apoio ao sistema de monitoria dos aspectos biofísicos e de gestão da Reserva																											
5.3.1	Acção de Maneio: Criar um banco de dados para a	Administração da Reserva					Banco de dados (Bd)					Manutenção do Bd					Manutenção do Bd					Manutenção do Bd					Banco de Dados operacional	

[illegible]

[illegible]

	Reserva para garantir segurança estrutural e ambiental																			
7.1.2	Acção de Maneio: Rever e priorizar a rede viária no interior da Reserva de forma a proteger habitats e espécies.	Administração da Reserva																		
7.1.3	Acção de Maneio: Reparar e manter as vias de acesso a Reserva	Administração da Reserva					Vias de acesso mantidas					Vias de acesso mantidas					Vias de acesso mantidas			Vias de acesso mantidas
7.2	Objectivo de Maneio: Assegurar o uso adequado e uma efectiva manutenção de todas infraestruturas da Reserva.																			
7.2.1	Acção de Maneio: Adoptar e implementar os procedimentos internos para o sector de manutenção das infraestruturas de gestão e recreativa	Administração da Reserva					Procedimentos internos implementados					Procedimentos internos implementados					Procedimentos internos implementados			Procedimentos internos implementados

ANEXO B

QUADRO 2: ORÇAMENTO

Acções de Maneio e Actividades		Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V	Total (MZN)	Total (\$US)	NOTAS
GRAND TOTAL		7,225,000.00	13,345,000.00	8,950,000.00	3,460,000.00	2,600,000.00	35,580,000.00	593,000.00	
1	Programa de Conservação de Habitats e Espécies	3,585,000.00	7,335,000.00	7,130,000.00	1,680,000.00	1,310,000.00	21,040,000.00	350,666.67	
Objectivo Geral: Garantir que os habitats e espécies críticos da Reserva de Pomene sejam conhecidos e geridos de forma sustentável e as ameaças aos processos ecológicos sejam minimizados									
1.1	Estuário e associada floresta de Mangal	295,000.00	195,000.00	210,000.00	280,000.00	150,000.00	1,130,000.00	18,833.33	
1.1.1	Objectivo de Maneio: Protecção da biodiversidade e dos processos ecológicos do sistema do estuário de Pomene de forma a garantir a manutenção da produtividade do ecosistema								
1.1.1.1	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de controlo do acesso e utilização dos recursos marinhos e mangais no estuário de Pomene	45,000.00	75,000.00	90,000.00	60,000.00	30,000.00	300,000.00	5,000.00	
1.1.1.2	Acção de Maneio: Monitorar o nível de poluição e assoreamento do estuário através do estabelecimento de pontos permanentes de recolha de amostras das águas e medição do perfil e embocadura do estuário	250,000.00	120,000.00	120,000.00	220,000.00	120,000.00	830,000.00	13,833.33	
1.2	Recifes de Coral	1,020,000.00	540,000.00	540,000.00	720,000.00	540,000.00	3,360,000.00	56,000.00	
1.2.1	Objectivo de Maneio: Protecção e conservação dos recifes de corais de forma que este ecossistema continue a providenciar bens e serviços de qualidade e quantidade para as comunidades locais e a indústria turística								
1.2.1.1	Acção de Maneio: Proceder o levantamento e inventariação dos principais recifes de corais para se determinar suas condições	600,000.00	480,000.00	480,000.00	480,000.00	480,000.00	2,520,000.00	42,000.00	

1.2.1.2	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de interdição de todo o tipo de pesca e extração de moluscos e outras formas de vida e ancoragem de barcos dentro do perímetro dos recifes de coral	420,000.00	60,000.00	60,000.00	240,000.00	60,000.00	840,000.00	14,000.00	
1.3	Dunas Frontais e Vegetação associada	530,000.00	170,000.00	100,000.00	280,000.00	100,000.00	1,180,000.00	19,666.67	
1.3.1	Objectivo de Maneio: Protecção e reabilitação do sistema de duna frontal de forma a preservar os bens e serviços com elas associadas de forma a suster								
1.3.1.1	Acção de Maneio: Mapear todas vias de acesso veicular e pedestre que atravessa as dunas de acesso a praia e determinar suas manutenção e/ou proibição	300,000.00	120,000.00	50,000.00	50,000.00	50,000.00	570,000.00	9,500.00	
1.3.1.1.2	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismo de controlo de todas actividades humanas (pastoreio, exploração florestal e queimadas descontroladas e pisoteio) que ameaçam e danificam as áreas de nidificação de aves e tartarugas marinhas	50,000.00	50,000.00	50,000.00	50,000.00	50,000.00	250,000.00	4,166.67	
1.3.1.1.3	Acção de Maneio: Estabelecer programas de monitorias das dunas com vista a detectar qualquer impacto negativo.	180,000.00	-	-	180,000.00	-	360,000.00	6,000.00	
1.4	Pradaria Arbustiva	210,000.00	90,000.00	60,000.00	60,000.00	60,000.00	480,000.00	8,000.00	

1.4.1	Objectivo de Maneio: Proteção das pradarias para garantir a continuidade de provimento de habitat para os pequenos e médios ungulados e outros bens e serviços ecossistémicos								
1.4.1.1	Ação de Maneio: Estabelecer mecanismo de controlo de acesso e pastoreio de animais domésticos no interior da Reserva	180,000.00	60,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	330,000.00	5,500.00	
1.4.1.2	Ação de Maneio: Estabelecer sistema de controlo de queimadas descontroladas nos habitats críticos da Reserva através de abertura, manutenção de aceiros quebra-fogos	-	-	-	-	-	-	-	Custos cobertos pela actividade 1.7.1.1
1.4.1.3	Ação de Maneio: Impor interdição na exploração de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros fora da zona de uso de recursos	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	150,000.00	2,500.00	
1.5	Espécies de Fauna	660,000.00	6,180,000.00	6,060,000.00	180,000.00	300,000.00	13,380,000.00	223,000.00	
1.5.1	Objectivo de Maneio: A proteção de todas espécies de fauna e avifauna terrestre e marinha no interior dos limites da Reserva garantida								
1.5.1.1	Ação de Maneio: Protecção de todas espécies de fauna e avifauna terrestre e marinha no interior dos limites da Reserva	60,000.00	60,000.00	60,000.00	60,000.00	60,000.00	300,000.00	5,000.00	
1.5.2	Objectivo de Maneio: Efetivos das espécies de fauna no interior da Reserva conhecidos								
1.5.2.1	Ação de Maneio: Monitorar a dinâmica das espécies de fauna no interior da Reserva através de censos regulares	-	120,000.00	-	-	120,000.00	240,000.00	4,000.00	
1.5.3	Objectivo de Maneio: Reconstituição dos efetivos de fauna através de protecção e programa de reintrodução de espécies cuja ocorrência histórica é conhecida de forma a incrementar a atratividade da Reserva								

1.5.3.1	Acção de Maneio: Assegurar a reintrodução das principais espécies de fauna cuja ocorrência histórica é conhecida de modo a incrementar a atractividade da Reserva	600,000.00	6,000,000.00	6,000,000.00	120,000.00	120,000.00	12,840,000.00	214,000.00	
1.6	Especies Exóticas e Invasoras	240,000.00	60,000.00	60,000.00	60,000.00	60,000.00	480,000.00	8,000.00	
1.6.1	Objectivo de Maneio: Controlo e prevenção de entrada e estabelecimento de espécies de flora e fauna exóticas e invasoras no interior da Reserva								
1.6.1.1	Acção de Maneio: Mapeamento e inventariação de todas espécies de fauna e flora exótica e invasora no interior da Reserva	180,000.00	-	-	-	-	180,000.00	3,000.00	
1.6.1.2	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de monitoria, controlo e prevenção de entradas de espécies exóticas e invasoras	60,000.00	60,000.00	60,000.00	60,000.00	60,000.00	300,000.00	5,000.00	
1.7	Queimanas Descontroladas	630,000.00	100,000.00	100,000.00	100,000.00	100,000.00	1,030,000.00	17,166.67	
1.7.1	Objectivo de Maneio: Estabelecimento e manutenção de quebra-fogos								
1.7.1.1	Acção de Maneio: Estabelecer sistema de controlo de queimadas descontroladas particularmente nos habitats críticos	150,000.00	100,000.00	100,000.00	100,000.00	100,000.00	550,000.00	9,166.67	
1.7.2	Objectivo de Maneio: Estabelecimento de programa de queimadas para o controlo da vegetacao								
1.7.2.1	Acção de Maneio: Formular um plano de manejo de gestão das queimadas	480,000.00	-	-	-	-	480,000.00	8,000.00	
2	Programa Comunidades Residentes e Uso de Recursos	330,000.00	1,590,000.00	300,000.00	210,000.00	210,000.00	2,640,000.00	44,000.00	

Objectivo Geral: Elevar a participação das comunidades residentes na gestão dos recursos naturais e promover o seu empoderamento socioeconómico através de acções de educação ambiental e convivência no interior da Reserva, bem com assegurar o acesso e a utilização sustentável dos recursos base de sua subsistência.									
2.1	Gestão das Comunidades Residentes	180,000.00	150,000.00	120,000.00	120,000.00	120,000.00	690,000.00	11,500.00	
2.1.1	Objectivo de Maneio: Aumentar a participação das comunidades na tomada de decisões sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva								
2.1.1.1	Acção de Maneio: Criar mecanismo de interação permanente entre a administração da reserva e as comunidades residentes sobre a gestão e desenvolvimento da Reserva	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	150,000.00	2,500.00	
2.1.2	Objectivo de Maneio: Criação de incentivos económicos tangíveis para a conservação dos recursos da Reserva								
2.1.2.1	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de beneficiação direta e tangível dos proveitos da Reserva	120,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	240,000.00	4,000.00	
2.1.3	Objectivo de Maneio: Redução de custos de viver com a fauna através de implementação de medidas prudentes de contenção dos conflitos homem-fauna bravia								
2.1.3.1	Acção de Maneio: Sensibilizar as famílias que residem fora da Zona Comunitária e Uso de Recursos a transferirem-se para esta zona	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	150,000.00	2,500.00	
2.1.3.2	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos de defesa de pessoas e bens das comunidades	-	60,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	150,000.00	2,500.00	
2.2	Utilização dos Recursos Naturais	150,000.00	900,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	1,140,000.00	19,000.00	
2.2.1	Objectivo de Maneio: Implementar o sistema de zoneamento estabelecido neste plano de maneio								

2.2.1.1	Ação de Maneio: Concentrar as comunidades locais residentes na zona comunitária e de uso de recursos	150,000.00	300,000.00	-	-	-	450,000.00	7,500.00	
2.2.2	Objectivo de Maneio: Regularizar todo tipo de uso de recursos de forma a garantir sua sustentabilidade								
2.2.2.1	Ação de Maneio: Inventariação dos recursos bases de subsistência das comunidades	-	480,000.00	-	-	-	480,000.00	8,000.00	
2.2.2.2	Ação de Maneio: Estabelecimento de procedimentos e acordos sobre a utilização dos recursos de subsistência das comunidades e garantir sua monitoria	-	120,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	210,000.00	3,500.00	
2.3	Património Histórico Cultural	-	540,000.00	150,000.00	60,000.00	60,000.00	810,000.00	13,500.00	
2.3.1	Objectivo de Maneio: Assegurar a preservação dos locais históricos e culturais das comunidades locais e partilhar seus valores para uma melhor compressão, apreciação e diversão da geração presente e futuras								
2.3.1.1	Ação de Maneio: Mapeamento, inventariação e descrição participativa dos locais de valor histórico-cultural das comunidades locais	-	480,000.00	-	-	-	480,000.00	8,000.00	
2.3.1.2	Ação de Maneio: Estabelecer mecanismos e acordos de acesso turístico dos locais de valor histórico-cultural	-	60,000.00	-	-	-	60,000.00	1,000.00	
2.3.1.3	Ação de Maneio: Estudar a possibilidade de integração dos locais de valor histórico culturais no leque de atracções	-	-	30,000.00	30,000.00	30,000.00	90,000.00	1,500.00	

	turísticas								
2.3.1.4	Acção de Maneio: Estabelecer mecanismos para as comunidades locais operarem o turismo cultural na Reserva	-	-	120,000.00	30,000.00	30,000.00	180,000.00	3,000.00	
3	Programa de Desenvolvimento e Gestão Turístico	660,000.00	3,180,000.00	520,000.00	230,000.00	80,000.00	4,670,000.00	77,833.33	
Objectivo Geral: Promover um turismo de alta qualidade e sustentável que optimiza os benefícios locais e nacionais dentro dos limites aceitáveis acordados									
3.1	Turismo Sustentável	600,000.00	3,120,000.00	-	-	-	3,720,000.00	62,000.00	
3.1.1	Objectivo de Maneio: Desenvolvimento turístico, ecológico, social e economicamente sustentável								
3.1.1.1	Acção de Maneio: Inventariação dos actuais empreendimentos turísticos da Reserva	600,000.00	-	-	-	-	600,000.00	10,000.00	
3.1.1.2	Acção de Maneio: Proceder o planeamento do sítio da zona de desenvolvimento turístico	-	3,000,000.00	-	-	-	3,000,000.00	50,000.00	
3.1.1.3	Acção de Maneio: Leiloar as parcelas disponíveis para investimentos turísticos	-	120,000.00	-	-	-	120,000.00	2,000.00	
3.2	Produtos Turísticos	-	-	400,000.00	200,000.00	50,000.00	650,000.00	10,833.33	
3.2.1	Objectivo de Maneio: Produto turístico diversificado que aumenta a experiência do visitante								
3.2.1.1	Acção de Maneio: Inventariação e priorização dos potenciais atractivos turísticos com base nos elementos biofísicos	-	-	-	-	-	-		Custo coberto pela actividade 3.2.1.1
3.2.1.2	Acção de Maneio: Desenvolver os atractivos turísticos priorizados	-	-	400,000.00	200,000.00	50,000.00	650,000.00	10,833.33	

3.3	Maior benefícios e retornos para as comunidades	-	-	-	-	-	-	-	
3.3.1	Objectivo de Maneio: Elevar os benefícios e retornos financeiros às comunidades residentes e aos mercados locais e distritais								
3.3.1.1	Acção de Maneio: Negociar com os líderes comunitários para a inclusão dos lugares históricos culturais no leque dos atractivos turísticos	-	-	-	-	-	-	-	Custo coberto pela actividade 2.3.1.2
3.3.1.2	Acção de Maneio: Capacitar as comunidades residentes sobre a gestão dos atractivos turísticos histórico-culturais	-	-	-	-	-	-	-	Custo coberto pela actividade 2.3.1.4
3.4	Atracção de investimento turísticos	60,000.00	60,000.00	120,000.00	30,000.00	30,000.00	300,000.00	5,000.00	
3.4.1	Objectivo de Maneio: Promover o “marketing” para atrair investimento de alto nível nacional e internacional								
3.4.1.1	Acção de Maneio: Preparar os cadernos de encargos dos sites de desenvolvimento turísticos	-	-	-	-	-	-	-	Custo coberto pela actividade 3.1.1.3
3.4.1.2	Acção de Maneio: Fazer o marketing dos sites para desenvolvimento turístico	60,000.00	60,000.00	120,000.00	30,000.00	30,000.00	300,000.00	5,000.00	
4	Programa de Protecção e Segurança da Reserva	760,000.00	100,000.00	40,000.00	280,000.00	40,000.00	1,220,000.00	20,333.33	
Objectivo Geral: Elevar a segurança dos recursos e visitantes através duma colaboração estrita com as partes interessadas da Reserva									
4.1	Protecção dos Recursos Naturais	480,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	600,000.00	10,000.00	
4.1.1	Objectivo de Maneio: Proteger a integridade ecológica da Reserva através de acções de fiscalização de actividades ilegais de uso de recursos e acesso no interior da Reserva								
4.1.1	Acção de Maneio: Desenvolver e implementar uma estratégia de	480,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	600,000.00	10,000.00	

	fiscalização da Reserva.								
4.2	Segurança das comunidades e visitantes	280,000.00	70,000.00	10,000.00	250,000.00	10,000.00	620,000.00	10,333.33	
4.2.1	Objectivo de Maneio: Garantir a segurança das comunidades locais e dos visitantes incluindo a segurança contra ataques de animais no interior da Reserva								
4.2.1.1	Acção de Maneio: Inventariação dos Conflitos Homem Fauna Bravia	10,000.00	10,000.00	10,000.00	10,000.00	10,000.00	50,000.00	833.33	
4.2.1.2	Acção de Maneio: Desenvolver e implementar uma estratégia de mitigação do Conflito Homem Fauna Bravia	30,000.00	-	-	-	-	30,000.00	500.00	
4.2.1.3	Acção de Maneio: Desenvolver folhetos com o regulamento sobre a utilização da Reserva de forma a garantir a segurança dos visitantes.	180,000.00	-	-	180,000.00	-	360,000.00	6,000.00	
4.2.1.4	Acção de Maneio: Desenvolver e implementar um sistema de sinalização e numeração das vias de acesso da Reserva.	60,000.00	60,000.00	-	60,000.00	-	180,000.00	3,000.00	
5	Programa de Pesquisa e Monitoria Ecológica	180,000.00	210,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	480,000.00	8,000.00	
O objectivo Geral: Assegurar o envolvimento das instituições e cientistas nacionais e estrangeiros na condução de pesquisas em várias esferas científicas em apoio a construção de conhecimento das dinâmicas dos factores abióticos e bióticos da Reserva									
5.1	Objectivo de Maneio: Promover e incentivar pesquisas científicas, particularmente de suporte a gestão	30,000.00	180,000.00	-	-	-	210,000.00	3,500.00	

	da Reserva								
5.1.1	Ação de Maneio: Inventariar e recolher todos estudos realizados sobre a reserva e região num banco de dados da Reserva	30,000.00	-	-	-	-	30,000.00	500.00	
5.1.2	Ação de Maneio: Priorizar as áreas de pesquisa a serem conduzidas na Reserva e área adjacente	-	180,000.00	-	-	-	180,000.00	3,000.00	
5.2	Objectivo de Maneio: Estabelecer parcerias com as instituições académicas e de pesquisas ao nível nacional e internacional para usarem a Reserva como laboratório aberto de pesquisas	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	150,000.00	2,500.00	
5.2.1	Ação de Maneio: Mobilizar instituições científicas e doadores para financiarem programas de pesquisas.	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	30,000.00	150,000.00	2,500.00	
5.2.2	Ação de Maneio: Assinar acordos com instituições académicas e cientistas nacionais e estrangeiras para a utilização da reserva como um laboratório aberto de pesquisas	-	-	-	-	-	-	-	

5.3	Objectivo de Maneio: Estabelecer uma base de dados em apoio ao sistema de monitoria dos aspectos biofísicos e de gestão da Reserva	120,000.00	-	-	-	-	120,000.00	2,000.00	
5.3.1	Acção de Maneio: Criar um banco de dados para a monitoria e avaliação	120,000.00	-	-	-	-	120,000.00	2,000.00	
6	Programa de Administração e Finanças da Reserva	300,000.00	-	-	100,000.00	-	400,000.00	6,666.67	
Objectivo Geral: é assegurar uma conservação e gestão efectiva e eficiente da Reserva através de colaboração com as partes interessadas de forma a racionalizar os processos que promovem um engajamento activo e eleva parcerias entre a administração da Reserva e as partes interessadas.									
6.1	Objectivo de Maneio: Estabelecer uma estrutura de administração efectiva e eficiente da Reserva	120,000.00	-	-	-	-	120,000.00	2,000.00	
6.1.1	Acção de Maneio: Criar e aprovar a estrutura administrativa e financeira da Reserva	-	-	-	-	-	-	-	
6.1.2	Acção de Maneio: Desenvolver o quadro Pessoal da Reserva	120,000.00	-	-	-	-	120,000.00	2,000.00	
6.2	Objectivo de Maneio: Garantir gestão eficiente dos fundos alocados para as actividades do plano de maneio	-	-	-	-	-	-	-	

6.2.1	Acção de Maneio: Reclassificar a Reserva como um centro de custos no âmbito do SISTAF de forma a permitir uma gestão local e eficaz dos fundos alocados	-	-	-	-	-	-	-	
6.3	Objectivo de Maneio: Optimização de colecta de receitas pelo uso dos atractivos turísticos e aproveitamento de terra sob jurisdição da Administração da Reserva	180,000.00	-	-	100,000.00	-	280,000.00	4,666.67	
6.3.1	Acção de Maneio: Capacitação da Administração da Reserva em normas e gestão financeira e práticas de Contabilidade Geral do Estado.	180,000.00	-	-	100,000.00	-	280,000.00	4,666.67	
7	Programa de Desenvolvimento e Gestão de Infraestruturas	1,410,000.00	930,000.00	930,000.00	930,000.00	930,000.00	5,130,000.00	85,500.00	
Objectivo Geral: Assegurar que o desenvolvimento de infraestruturas quer de gestão quer de recreação e turísticas obedçam os padrões de segurança e ambientais.									
7.1	Objectivo de Maneio: Garantir que todas construções de infraestrutura no interior da Reserva obedeça um processo de planificação e gestão e conforma com o Código de Construção Internas	630,000.00	150,000.00	150,000.00	150,000.00	150,000.00	1,230,000.00	20,500.00	

7.1.1	Acção de Maneio: Desenvolver um Código de Construções de infraestruturas viárias e civis dentro dos limites da Reserva para garantir segurança estrutural e ambiental	480,000.00	-	-	-	-	480,000.00	8,000.00	
7.1.2	Acção de Maneio: Rever e priorizar a rede viária no interior da Reserva de forma a proteger habitats e espécies.	-	-	-	-	-	-	-	
7.1.3	Acção de Maneio: Reparar e Manter as vias de acesso a Reserva	150,000.00	150,000.00	150,000.00	150,000.00	150,000.00	750,000.00	12,500.00	
7.2	Objectivo de Maneio: Assegurar o uso adequado e uma efectiva manutenção de todas infraestruturas da Reserva.	780,000.00	780,000.00	780,000.00	780,000.00	780,000.00	3,900,000.00	65,000.00	
7.2.1	Acção de Maneio: Adoptar e implementar os procedimentos internos para o sector de manutenção das infraestruturas de gestão e recreativas da Reserva	780,000.00	780,000.00	780,000.00	780,000.00	780,000.00	3,900,000.00	65,000.00	

ANEXO C

PROPOSTA DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A RESERVA DE
POMENE



ANEXO D

QUADRO 3: MATRIZ DE ANÁLISE SWOT/FOFA

	Ambiente interno		Ambiente externo	
Aspectos positivos/impulsores	FORÇAS		OPORTUNIDADES	
	Existência de uma biodiversidade rica e variada	4	Reconhecimento e existência de bom relacionamento com os Governos Provincial e Distrital	2
	Localização entre os 2 mais importantes <i>clusters</i> turísticos	3	Existência de quadro legal de criação da Reserva	4
	Única Via de acesso à Reserva	3	Acessibilidades por via marítima, terrestre e aérea	3
	Extensão/tamanho da Reserva facilita sua gestão	3	Ocorrência de espécies de especial importância para a conservação nas proximidades da Reserva (tartarugas marinhas, dugongos, entre outros)	4
	Existência de variados atractivos ecoturísticos	4	Existência de um comité de co-gestão comunitário	2
	Interligação de ecossistemas marinhos, terrestre, costeiro, fluvial e estuarino	3	Isolamento da Reserva no contexto geográfico local que favorece a conservação	3
	Existência de um quadro legal e estrutura administrativa da Reserva	2	Desenvolvimento de um destino turístico baseado em vários atractivos	4
	Atractivos turísticos facilmente acessíveis no interior da Reserva	3	Possibilidade de recuperação de mamíferos de pequeno e médio porte	4
Aspectos negativos/restritivos	FRAQUEZAS		AMEAÇAS	
	Complacência com a existência de famílias e suas actividades económicas no interior da Reserva	3	Existência de gado e cães provenientes da periferia da Reserva	3
	Inexistência de articulação entre a Reserva e operadores turísticos	3	Migração para o interior da Reserva atraído pelos serviços sociais existentes	3
	Relacionamento ineficiente entre administração da Reserva e comunidades locais	4	Grande densidade populacional à volta da área da Reserva com focos eminentes de pressão	4
	Presença de infra-estruturas sociais (escola EPC) dentro da	2	Ocupação desregrada de terras pelos empreendedores turísticos e	4

	Reserva		comunidades locais	
	Limites da Reserva não abrangem componentes de maior importância ecológica e turística	4	Uso da Reserva como zona de trânsito para o desenvolvimento de actividades económicas	3
	Falta de enquadramento legal da categoria/designação da Reserva na nova Lei da Conservação	2	Atribuição desregulada da terra dentro e na periferia da Reserva	3
	Dimensão reduzida da Reserva não permite sustentar grandes populações de fauna	2	Desconhecimento geral dos limites da Reserva	4
	Número limitado de estudos sobre a área (biológicos, socioeconómicos, entre outros)	3	Existência de informação falsa sobre o Pomene nas redes sociais	2
	Falta de infra-estruturas e equipamentos de gestão da Reserva	4		
	Localização da reserva entre dois <i>clusters</i> turísticos	3		
	Estrutura administrativa da Reserva com número insuficiente de funcionários e com fraca qualificação	2		
	Localização afastada dos pólos de desenvolvimento turístico	2		
	Exiguidade de fontes e volume de receita	3		
	Falta de sinalização da Reserva	3		
	Desconhecimento dos limites e fraca disseminação juntos das comunidades residentes	2		
	Falta de informação, publicidade e marketing da Reserva	2		
	Fraca manutenção das vias de acesso e infra-estruturas da Reserva	3		

ANEXO E

QUADRO 4: TABELA DE ACTIVIDADES

FASE/ACTIVIDADE		Nov.	Dez		Fev.	Mar					Abr.
		23-29	30-06	07-13	22-29	01-06	07-13	14-20	21-24	28-01	11-15
Encontro: balanço do trabalho de campo e programação de actividades subsequentes; componentes dos relatórios	TP	24									
Análise e sistematização de dados – Relatórios de especialidade (entrega de relatórios a 04.12)	Cons.		4								
Revisão dos relatórios de especialidade	RZ e TP			7/8/9							
Análise SWOT e abordagem preliminar aos objectivos, estratégias e acções de gestão – (1 encontro de integração e análise de resultados + análise SWOT + visão, etc. a 10.12)	RZ+Cons			10							
Produção da Versão 0 do Plano de Maneio com os primeiros resultados	RZ			10-14							
Revisão da Versão 0	TP			15							
Preparação de uma apresentação em Power Point da Versão 0 do Plano de Maneio	RZ			16-17							
Envio à ANAC da Versão 0 do Plano de Maneio	TP			18							
Envio a ANAC da Versão 1 do Plano de Maneio	YMP				25						
Apresentação dos primeiros resultados à ANAC	RZ+Cons.+YMP					04					
Envio de comentários a Versão 1 do Plano de Maneio	ANAC						08				
Integração dos subsídios, Estrutura de gestão e Plano de Monitoria e Avaliação; Revisão do zoneamento preliminar	RZ+YMP							09/10			
Formulação das estratégias de manejo	RZ							11			
Preparação do Primeiro Draft do Plano de Maneio	RZ+YMP							14/15			
Envio à ANAC da Versão 2 do Plano de Maneio	YMP							16			
Envio da lista de participantes do Seminário em Massinga	ANAC								18		
Viagem para Massinga	RZ+YMP								20		
Realização de seminário alargado de planificação participativa (apresentação do Draft do Plano de Maneio)	RZ+YMP								21		
Orçamentação e formulação da estrutura de gestão	RZ								22		
Integração dos inputs do Seminário	RZ+YMP								23-25		
Produção do Relatório do Seminário de Planificação Participativa	YMP								23-25		
Consolidação do Plano de Maneio de acordo com os inputs do seminário	RZ+YMP									28/29	
Revisão final do Plano de Maneio – Plano de Maneio Final	RZ+YMP									30	
Submissão do Plano de Maneio a ANAC	YMP									31	
Seminário de Apresentação da Versão Final	RZ+YMP										12

FASE/ACTIVIDADE		Abr.		Mai. e Jun.		Ago.					
		18 - 22	25 - 29	02 - 06	30 - 03	1 - 5	8 - 12				
Integração dos inputs do Seminário	RZ+EV+YMP	18-22									
Consolidação do Plano de Maneio de acordo com os inputs do seminário	YMP		25-29								
Revisão final do Plano de Maneio – Plano de Maneio Final	YMP			2/3/4							
Submissão do Plano de Maneio a ANAC	YMP			05							
Envio de comentários do Plano de Maneio	ANAC				30						
Encontro Técnico com ANAC	RZ+EV					5					
Integração dos inputs do Seminário	RZ+EV						8/9				
Consolidação do Plano de Maneio de acordo com os inputs do seminário	YMP						10				
Revisão final do Plano de Maneio – Plano de Maneio Final	YMP						10				
Submissão do Plano de Maneio a ANAC	YMP						10				

ANEXO F

ACTAS DOS ENCONTROS E APRESENTAÇÕES REALIZADAS A ANAC

CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEIO DA RESERVA DE POMENE

ACTA DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO RELATÓRIO INICIAL À ANAC

Código interno do projecto na Impacto Lda.: Proj 15.20 MITADER_ANAC_Plano de manejo_Reserva do Pomene

Identificação do projecto (ID): GEF/PNUD 00076184_ Sustentabilidade Financeira do Sistema das Áreas Protegidas de Moçambique

Data: 09 de Novembro de 2015

Hora: 13:30 h às 15:30 h

Local: sala de reuniões da ANAC

No dia 09 de Novembro do ano em curso foi realizado um encontro técnico para apresentação da proposta do Relatório Inicial referente à Elaboração do Plano de Maneio da Reserva de Pomene, contendo as metodologias específicas de trabalho e de colecta de dados e informações, assim como a proposta do plano de trabalho para implementação da referida abordagem metodológica. A apresentação foi feita à equipa técnica da ANAC cujos presentes foram os seguintes (conforme lista de presenças assinada e anexa à presente acta):

Raimundo Matusse – Gestor do projecto ProFin

Lyzi Matos – DSLP

Armindo Araman – CDGRN

Sansão Mabulambe – Administrador da Reserva de Pomene

Felismina Langa – Directora de Serviços

Estiveram presentes da equipa técnica por parte da Impacto Lda, os seguintes consultores:

Tânia Pereira – Gestora do projecto

Roberto Zolho – Planificador de áreas protegidas e team leader

Luis Sarmento – Especialista de turismo

Eduardo Videira – Especialista em ecologia

Joyce Ana Maguivanhane – Especialista em socioeconomia

A sessão foi presidida pelo Gestor do Projecto ProFin (Projecto de Financiamento Sustentável do Sistema das Áreas Protegidas de Moçambique) da ANAC, que deu início à sessão mediante a apresentação da ordem de trabalhos durante a mesma, nomeadamente a apresentação da proposta do Relatório Inicial e plano de acção, levantamento de questões, pedidos de esclarecimento e discussão entre os presentes.

A apresentação da proposta do Relatório Inicial e plano de acção foi efectuada pelo Sr. Roberto Zolho, Planificador e Líder da Equipa, tendo sido feita com base numa projecção resumida de slides em power point que consta em anexo a esta acta.

A apresentação consistiu numa breve nota introdutória sobre os objectivos da mesma e os conteúdos a serem abordados seguida de: (i) abordagem sobre o entendimento dos Termos de Referência da consultoria (incluindo objectivos, escopo, resultados esperados e principais beneficiários do Plano de Maneio); (ii) breve contextualização da Reserva incluindo a sua localização e limites, ponto no qual foi sublinhada a necessidade de clarificação por parte da ANAC sobre a localização e limites da Reserva Nacional de Pomene; (iii) abordagem metodológica, onde foram apresentadas as etapas de trabalho previstas, as lacunas identificadas aquando da breve pesquisa bibliográfica efectuada e as metodologias específicas das diferentes especialidades e questões a serem abordadas elaboradas com base na análise de lacunas; (iv) estrutura proposta do plano de maneio; e, (v) plano de trabalho previsto.

Após a apresentação da proposta do Relatório Inicial seguiu-se a apresentação de questões e respectiva discussão, as quais se resumem conforme apresentado abaixo:

- Intervenção por parte da Sra. Lizy Matos, referindo que a dúvida sobre os limites e localização da Reserva de Pomene é um problema que é sempre referenciado por equipas que desenvolvem trabalhos relacionados com esta Reserva e que, neste sentido, seria necessário que o assunto fosse devidamente esclarecido.

- Intervenção por parte da Sra. Felismina Langa, que recomendou no que refere à componente de Monitoria & Avaliação a aplicação dos indicadores usados internamente pelo Projecto MozBio; a recomendação foi no sentido de se usarem estes indicadores mas não de forma restrita.

- Intervenção por parte da Sra. Lyzi Matos, considerando a metodologia apresentada de forma geral positiva e questionando o levantamento de informação da componente de turismo ao redor da Reserva quando, no seu entender, o que interessa saber é quais são os potenciais turísticos da Reserva de Pomene, assunto que achou não ter sido abordado. Foi esclarecido pela Sra. Tânia Pereira e pelo Sr. Armindo Araman que há necessidade de um diagnóstico de base, a partir do qual as intervenções a nível de turismo serão sugeridas e, por outro lado, efectivamente a metodologia prevê uma recolha de informações para determinação do potencial turístico (foi lido trecho da metodologia referente a esta componente).

- Intervenção por parte do Sr. Armindo Araman, que de forma geral manifestou que a metodologia e plano apresentado foram satisfatórios e que se espera a produção de um plano de maneio que garanta, a longo prazo, a sustentabilidade ecológica e financeira da Reserva de Pomene, com medidas tendentes à sua restauração, engajamento das comunidades e institucional e catapultando a componente turística que poderá ser uma fonte de receitas para a Reserva. Quanto à estrutura e conteúdos propostos, recomendou que embora se pretenda usar como modelo a estrutura do Plano de Maneio do Limpopo, a mesma deve ser ajustada à

realidade da Reserva de Pomene, tendo igualmente recomendado que o Plano de Maneio seja essencialmente um documento orientador, que possa ser de fácil uso pelos implementadores.

- Intervenção por parte do Sr. Sansão Mabulambe, que manifestou opinião positiva quanto ao plano de trabalho apresentado e recomendou que o Plano de Maneio tenha uma estrutura bem elaborada traduzível em actividades para uma fácil implementação uma vez que se trata do primeiro Plano de Maneio da Reserva de Pomene e, portanto, associado a muitos desafios. Na sua intervenção abordou a questão dos limites da Reserva tendo afirmado que se baseava no Diploma Legislativo No. 2496, de 4 de Julho de 1964 e que a área representada a amarelo, na apresentação feita, correspondia à área da Reserva de Pomene.

- Intervenção do Sr. Raimundo Matusse, que reconheceu a área a amarelo do mapa apresentado como a efectivamente referente à Reserva de Pomene e que a mesma, é referida dentro da ANAC, como tendo 200 km². No entanto, mencionou que não conhece nenhum instrumento legal que faça referência às outras diferentes áreas que têm sido apontadas em relação à Reserva de Pomene (50 km², etc.). Na sua intervenção manifestou também que seria tarefa da presente consultoria avaliar, recomendar, demarcar e indicar claramente a extensão dos limites da Reserva de Pomene tendo em conta ecossistemas importantes de mangal, corais, dunas, etc.

- Intervenção do Sr. Armindo Araman, que em análise à intervenção do Sr. Raimundo Matusse, explicou que em primeiro lugar há um exercício interno de recategorização das reservas e que a demarcação de limites e extensão da Reserva de Pomene não fazem parte do escopo da consultoria, constituindo um trabalho à parte. Referiu que deve ser feita sim uma avaliação macro da Reserva de Pomene e suas zonas circunvizinhas e que o Plano de Maneio se deve cingir apenas à área identificada a amarelo, desejando-se apenas que os consultores façam recomendações sobre a possível extensão dos limites, consolidando as propostas feitas em Macandza et al. (2015) e que, evidentemente, conduzirão a estudos subsequentes. Ainda na sequência da sua intervenção, o Sr. Armindo Araman, teceu recomendações relativas à componente de turismo no sentido de que seja feita uma análise comparativa em relação às experiências em outras regiões e quais as melhores intervenções, actividades e nível de turismo adequado à localização e características da Reserva de Pomene.

- Intervenção do Sr. Raimundo Matusse, recomendando a adopção de dois volumes de documentos para o Plano de Maneio, um com abordagem descritiva (o diagnóstico da Reserva) e outro técnico (o plano em si).

Seguiu-se uma análise de um mapa do Distrito de Massinga e dos dispositivos legais relativos à criação da Reserva de Pomene (no Diploma Legislativo No. 2496, de 4 de Julho de 1964 e Diploma Legislativo No 109/72, de 16 de Novembro de 1972). A análise foi apoiada pelos Srs Lourenço Covane e Roberto Zolho, tendo-se concluído da mesma que:

- O Diploma Legislativo No. 2496 não cria nenhuma reserva mas sim trata-se daquilo que poderia ser considerada a Lei da Conservação na altura, apresentando os princípios a observar;

- A Reserva de Pomene é criada pelo Diploma Legislativo No.109/72 e, efectivamente, os limites dispostos neste instrumento foram verificados no mapa do Distrito de Massinga, correspondendo à área a amarelo apresentada no mapa mostrado durante a apresentação.

Intervenções e recomendações finais efectuadas foram referentes às seguintes questões:

- Há necessidade de envolvimento de pessoal técnico da ANAC que acompanhe o processo de elaboração do Plano de Maneio que sirva como apropriação do processo e como formação e criação de conhecimento interno (intervenção do Sr. Armindo Araman).

- Será apontado um Ponto Focal a nível da ANAC que deverá seguir para o trabalho de campo com a equipa técnica; as despesas referentes à deslocação deste Ponto Focal serão da responsabilidade da ANAC/Reserva de Pomene (intervenção do Sr. Raimundo Matusse).

- Em termos de protocolo a ser seguido pela equipa no trabalho de campo, foi referido pelo Sr. Raimundo Matusse que:

- A ANAC irá fornecer credenciais aos membros da equipa técnica, devendo-se para tal enviar-lhe por email os nomes, posições ocupadas e datas de trabalho;
- A apresentação da equipa às estruturas governativas a nível distrital é obrigatória e o Sr. Sansão Mabulambe irá facilitar a organização dos encontros em princípio para o dia 16 de Novembro de 2015 de manhã;
- Não há necessidade de uma apresentação a nível das estruturas provinciais sendo que o Sr. Sansão Mabulambe irá apenas efectuar um informe às mesmas.

O Sr. Raimundo Matusse encerrou a reunião informando a equipa técnica da Impacto Lda. que serão enviados formalmente comentários escritos à proposta do Relatório Inicial, devendo o documento ser corrigido e produzida uma versão final. Posto isto, agradeceu-se a presença de todos e as contribuições feitas.

Não havendo mais assuntos a abordar, foi lavrada a presente acta que assinam:

Maputo, 09 de Novembro de 2015

CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEIO DA RESERVA DE POMENE

ACTA DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO RELATÓRIO INICIAL À ANAC

Código interno do projecto na Impacto Lda.: Proj 15.20 MITADER_ANAC_Plano de Maneio_Reserva do Pomene

Identificação do projecto (ID): GEF/PNUD 00076184_ Sustentabilidade Financeira do Sistema das Áreas Protegidas de Moçambique

Data: 04 de Março de 2016

Hora: 09:30 h às 12:00 h

Local: sala de reuniões da ANAC

No dia 04 de Março do ano em curso foi realizado um encontro técnico para apresentação do Draft Semi-final do Plano de Maneio da Reserva de Pomene, contendo dois volumes, nomeadamente, os Estudos Especialistas e o Plano de Maneio em si. A apresentação foi feita à equipa técnica da ANAC cujos presentes foram os seguintes (conforme lista de presenças assinada e anexa à presente acta):

- Raimundo Matusse – Gestor do projecto ProFin
- Andrew Rylance – ProFin PNUD
- Armindo Araman – CDGRN
- Sansão Mabulambe – Administrador da Reserva de Pomene
- Julieta Sumbana – DIDC – ANAC
- Vasco Acha – MOZBIO – ANAC
- Valério Macandza – UEM FAEF
- Rezia Cumbi – ANAC
- Oraca Cuambe – ANAC
- Iván Pelegrin – Geopesquisas Moçambique, E.I.

Estiveram presentes da equipa técnica por parte da Impacto Lda, os seguintes consultores:

- Yarina Martins Pereira – Gestora do projecto e Especialista em Socioeconomia

- Roberto Zolho – Planificador de áreas protegidas e team leader
- Luis Sarmento – Especialista de turismo
- Eduardo Videira – Especialista em ecologia
- Joyce Ana Maguivanhane – Especialista em socioeconomia

A sessão foi presidida pelo Gestor do Projecto ProFin (Projecto de Financiamento Sustentável do Sistema das Áreas Protegidas de Moçambique) da ANAC, que deu início à sessão mediante a apresentação dos participantes e da ordem de trabalhos durante a mesma, nomeadamente a apresentação do volume II de Estudos Especialistas e a apresentação do volume I do Plano de Maneio, definindo sessões de esclarecimentos entre as duas apresentações.

Após definida a ordem das apresentações, Roberto Zolho fez uma breve nota introdutória às apresentações dos Estudos Especialistas, passando a palavra aos consultores presentes. Yarina Martins Pereira, Gestora do projecto e Especialista em Socioeconomia procedeu a apresentação do Estudo das Características Socioeconómicas e Culturais da Reserva de Pomene, cingindo a sua apresentação a caracterização da área da Reserva e sua relação com as comunidades ao redor, destacando propostas de acções e medidas de gestão específicas para os pontos discutidos no relatório. De seguida, Eduardo Videira procedeu com a apresentação do Estudo Especialista de Ecologia comparando os pontos levantados no Relatório de Macandza de Abril de 2015 com o que foi observado durante o trabalho de campo dos consultores, propondo acções e medidas para a gestão da Reserva. Por fim, Luís Sarmento procedeu a apresentação do Estudo Especialista de Turismo, destacando os pontos fortes e fraquezas da Reserva e potenciais acções para o desenvolvimento do turismo dentro da área da Reserva de Pomene.

Após a apresentação da proposta do Relatório Inicial seguiu-se a apresentação de questões e respectiva discussão, as quais se resumem conforme apresentado abaixo:

- Intervenção por parte do Sr. Armindo Araman que de forma geral manifestou que as propostas de acções apresentadas no Estudo das Características Socioeconómicas e Culturais tendem a alinhar-se com o maneio e que no entanto não se recomendam medidas para a fauna bravia e recursos florestais. Disse ainda perceber que o estudo retratou a relação da população com o meio ambiente, não se focalizando na situação económica da população e fazendo uma abordagem genérica dos recursos naturais. O Sr. Armindo Araman questionou ainda sobre a reposição da vegetação, repisando a necessidade de se destacar o tipo de vegetação de que se fala. Pediu também um esclarecimento adicional a questão da monitoria, procurando perceber como seria feita a monitoria do envolvimento da das comunidades. Relativamente a componente de turismo, referiu que a área da Reserva tem limites geográficos definidos e a gestão deve focalizar essa área, sendo que a mesma não tem turismo e o pacote de turismo apresentado vem ligado a essa possibilidade de extensão da Reserva. Sendo assim, questionou sobre as recomendações no estudo para o desenvolvimento do turismo na área actual, caso não seja possível a extensão da área da Reserva.

- Intervenção por parte do Sr. Vasco Acha que destacou a necessidade dos técnicos em se cingirem somente a descrição do que está dentro dos limites da Reserva, questionando ainda sobre o número exacto de famílias/casas dentro da área da Reserva, o tipo de estrutura familiar vigente e a renda das famílias residentes na área de Pomene. Em relação a componente ecológica, o Sr. Vasco referiu que o consultor reteve relatos do Macandza faltando explicitar a opinião do consultor relativamente a esses relatos, sobre o que foi observado em campo. Para

a componente de turismo, descreveu o turismo em Pomene como não sendo para todas as classes e muito caro e acrescentou o facto de ser preciso desenhar estratégias de turismo considerando esse ponto. Questionou ainda sobre como capitalizar o turismo em Pomene tendo em conta sua posição geográfica entre Inhambane e Vilanculos.

- Intervenção por parte do Sr. Sansão Mabulambe que manifestou uma opinião positiva a apresentação relativa ao turismo na Reserva e questionou sobre as medidas a adoptar para retenção dos visitantes que passam por Pomene a caminhos das estâncias turísticas e da praia.

- Intervenção por parte da Sra. Rezia Cumbi que questionou sobre as acções necessárias para que se tenha um população de fauna viável na Reserva. Perguntou ainda sobre as medidas a adoptar para conservação dos Dugongos. Para este ponto, a Sra. Julieta Sumbana interveio, clarificando que a Reserva actualmente não abrange a área marinha, sendo pequena e não possuindo fauna de grande expressão.

- Continuando a sua intervenção, a Sra. Julieta Sumbana reiterou a ideia avançada pelo Sr. Luís Sarmiento de se mudar a sede da Reserva para um lugar mais apropriado. Concordou ainda que o marketing constitui uma componente muito forte e que deve ser explorada a nível da Reserva de modo a mostrar a sua qualidade e variedade e manifestou satisfação relativamente a ideia do uso da AMETRAMO para criação de um turismo cultural.

- Intervenção por parte do Sr. Armindo Araman respondendo a intervenção do Sr. Vasco Acha relativamente ao estudo de áreas fora da Reserva explicando que a localização da Reserva não permite que grande parte dos estudos não sejam relacionados com o exterior. Sobre este ponto, o Sr. Vasco Acha defendeu ainda que não se pode perder o foco do Plano de Maneio que neste momento são os actuais limites da Reserva. Sobre este ponto, o Sr. Roberto Zolho explicou que não se pode falar da Reserva sem se fale do exterior

Colocadas as questões relativas as apresentações dos Estudos Especialistas, foi passada a palavra aos consultores que prosseguiram com as respectivas respostas:

- A Sra. Joyce Ana Maguivanhane começou por responder a algumas questões levantadas pelos Srs. Armindo Araman e Vasco Acha explicando que esteve no campo e foi responsável pelo levantamento social. Explicou ainda que o estudo feito não foi só concentrado na população que vive dentro da Reserva uma vez que maior parte das pessoas que usam os recursos da Reserva estão fora desta, sendo por isso que o estudo focalizou as comunidades de dentro e dos arredores da Reserva. Explicou também que relativamente aos recursos naturais usados pelas comunidades, existe um capítulo no Estudo Socioeconómico dedicado a isso. Relativamente a pergunta do Sr. Vasco Acha, explicou que não houve tempo para se efectuar um censo na área e que os números da população estão constantemente a mudar, sendo que o número identificado por Macandza é agora diferente uma vez que grande parte da população da zona Sul está a sair da Reserva. Terminou dizendo que, sendo muita a informação recolhida não foi possível colocar tudo na apresentação mas que consta no estudo.

- A Sra. Yarina Martins Pereira, em resposta a alguns pontos levantados pelo Sr. Armindo Araman explicou que relativamente a proposta de revegetação, está estaria muito ligada ao uso que é feito dos mangais pela comunidade local para o corte de caniço e estacas e que no estudo é possível ver as áreas usadas na Região Sul para esse tipo de actividade através do mapeamento participativo. Explicou também que em relação a monitoria do envolvimento das comunidades locais, a questão levantada pelo Sr. Armindo Araman trata-se de uma má percepção e que o que se quis dizer na apresentação foi que os Planos de Monitoria e Fiscalização que forem traçados para a Reserva não irão monitorar o envolvimento das comunidades mas sim devem contemplar o envolvimento das comunidades locais e do Comité

de Co-gestão actualmente existente na área de Pomene como forma de passar responsabilidades as comunidades residentes no interior da Reserva, uma vez que o Comité de co-gestão já mostrou a sua disponibilidade em participar nas acções de conservação e gestão da Reserva.

- O Sr. Eduardo Videira teceu também alguns comentários relativos as questões levantadas na componente de Ecologia, clarificando, em primeiro lugar, que houve um encontro anterior em que ficou acordado que os consultores deveriam se basear no estudo de Macandza e tentar analisar o que está dentro da Reserva. Mas também se falou em abordar a extensão da Reserva e que para isso teriam que ter uma ideia da área envolvente da Reserva. Explicou ainda que foi pedido aos consultores que usassem o estudo de Macandza como referência e que não houve possibilidade para se fazer um estudo de base uma vez que já havia um estudo recentemente elaborado. No que concerne aos animais, o Sr. Eduardo Videira explicou que foi usado o que Macandza propôs das espécies e olhou-se para isso e vendo quais outros estudos que abrangiam a região e foi referido no estudo. Para além disso conversou-se durante os trabalhos de socioeconomia e turismo com os operadores turísticos e comunidades que lá vivem. No estudo referiu-se os animais que ocorrem na área e na envolvente, no estuário e na parte marinha. Por fim, e relativamente a pergunta da Sra. Rezia Cumbi, explicou que, conforme detectado e já explicado pela Sra. Julieta Sumbana, a Reserva de Pomene nunca foi uma área com grandes mamíferos terrestres sendo que no estudo aponta-se para um repovoamento das espécies pequenas.

- O Sr. Roberto Zolho acrescentou dizendo que houve alguns estudos sobre isto, sobre o potencial de cada área e que devia-se primeiro olhar para o plano para depois se fazer as recomendações de manejo. Houve um trabalho e discussões em torno disto.

- Relativamente as questões levantadas na componente do turismo, o Sr. Luís Sarmento explicou que era preciso entender que os relatórios de especialidade são subsídios para o Plano de Maneio e apresentam acções propostas como um passo para o coordenador do Plano de Maneio auscultar todas as recomendações e os especialistas se acomodarem para se caminhar para o Plano de Maneio. Explicou ainda que, conforme disse o senhor Araman, os limites actuais da Reserva não permitem enquadrar o turismo como uma das componentes do Plano de Maneio e isso é efectivo no entanto, deve-se entender que a ANAC é uma instituição do estado com a incumbência de gerir 25% do território nacional com um interesse político relativamente grande e que se decidir que há um interesse naquele ponto para se ampliar os limites da Reserva é capaz de chegar lá. Disse ainda que tudo dependia dos aconselhamentos do relatório que estão a ser produzidos acompanhado pelo de Macadza. Deve-se que pensar que se isso acontecer pode-se fazer um Plano de Maneio muito mais estruturado com as outras áreas que estão a volta e que são importantes naquela zona. Relativamente ao portão de acesso a Reserva, o Sr. Luis Sarmento considera importante que a ANAC determine uma serie de comportamentos de controlo que possam ocorrer nesse portão que visem já contribuir para acautelar algumas situações de sobrelotação, entre outros. Tudo isto pode enquadrar-se nas acções de manejo. Explicou ainda que a questão do turismo é muito importante de modo a que algo deve ser feito para evitar que no futuro os atractivos que ali estão sejam degradados e percam o seu interesse. Na componente de biodiversidade é necessário que algo seja feito para evitar uma degradação irreversível, tendo em conta as actuais acções naquela área. Agradeceu ao Sr. Vasco Acha pela observação feita relativa ao conhecimento do passado que temos, contudo explicou que a sua proposta para Pomene é um bocado diferente do turismo que actualmente se observa, tratando-se dos curandeiros não como centro de atracção para turistas, mas sim centro de medicina tradicional virado para os moçambicanos dentro de Pomene.

- Intervenção por parte do Sr. Armindo Araman repisando no facto de que a proposta de revegetação deverá sair da componente socioeconómica para a componente ecológica.
- Intervenção por parte do Sr. Raimundo Matusse que explicou a todos presentes que a Reserva nunca teve um Plano de Maneio e que o objectivo deste plano é o de ver não só o que existe na Reserva mas também ao redor uma vez que a ANAC pretende alargar os limites da mesma de modo a cobrir uma parte marinha. Acrescentou ainda que as propostas serão avançadas pelo Plano de Maneio e se a ANAC achar que assim deva ser, levará a proposto ao Conselho de Ministros.

Após as intervenções e respostas dadas pelos consultores, o Sr. Roberto Zolho procedeu a apresentação do Volume I do Plano de Maneio em que foram abordados os seguintes conteúdos: (i) abordagem do processo de planificação, historial da Reserva e estatuto legal; (ii) contextualização regional; (iii) análise SWOT e principais ameaças; (iv) visão e objectivo de gestão da Reserva; (v) zoneamento actual da Reserva e proposta de zoneamento considerando a extensão dos limites da mesma; (vi) programas de gestão; e, (vii) monitoria e avaliação do Plano de Maneio. Explicou ainda que as duas últimas componentes do Plano de Maneio estão a ser produzidas neste momento.

Após a apresentação do Plano de Maneio seguiu-se a apresentação de questões e respectiva discussão, as quais se resumem conforme apresentado abaixo:

- Intervenção por parte do Sr. Armindo Araman que, lamentando não ter estado presente no encontro anterior para definição do zoneamento, aconselhou a equipa técnica a repensar o zoneamento específico para a zona comunitária e de uso dos recursos naturais sendo que esta poderá criar pressões sobre as áreas de grande biodiversidade. Explicou que o nível de diversidade biológica vai se estendendo ate chegar ao estuário, área onde há maior concentração de organismo e que por isso assume-se um grande risco ao se considerar a área proposta para zona comunitária e de uso de recursos porque o efeito desta zona vai provocar assoreamentos na área onde há maior biodiversidade e sedimentações onde há maior diversidade biologia.

- Intervenção por parte do Sr. Vasco Acha que explica que no seu entender, o consultor apresentou dois planos de maneio diferentes, um para os actuais limites da Reserva de acordo com os decretos e diplomas legais e outro fictício com áreas que legalmente ainda não existem. Explicou que no processo de aprovação serão requisitados documentos legais e que não se pode empurrar os consultores para uma área que não existe. Sobre este ponto, o Sr. Roberto Zolho explicou que os termos de referência atribuídos ao consultor especificavam as questões da extensão dos limites. Seguindo ainda o mesmo raciocínio, o Sr. Vasco Acha aconselhou a colocação do novo zoneamento como parte das recomendações do Plano de Maneio.

Ainda ligada a esta intervenção por parte do Sr. Vasco Acha, o Sr. Raimundo Matusse explicou que a apresentação separa os zoneamentos para a área actual e para a proposta extensão. Acrescentando, o Sr. Araman explicou que o Plano de Maneio mostra zonas e como elas devem ser geridas, e especifica as que pertencem ao figurino actual e o futuro sugerido. Na eminência de se chegar ao figurino sugerido, ai estão as recomendações propostas.

- Intervenção por parte do Sr. Eduardo Videira que, em resposta ao comentário técnico feito pelo Sr. Armindo Araman relativamente a zona comunitária, explicou que os consultores estão

cientes disso, com entanto a área de Pomene já é bastante ocupada sendo por isso que optou-se por sacrificar uma área já usada pela população.

Em resposta, o Sr. Armino Araman explicou que por questões e interesses ecológicos, a melhor solução seria passar a zona comunitária para outro lado. Voltou a explicar o efeito da zona comunitária sobre as áreas de diversidade biológica acrescentando que o que deve ser reduzido para o manejo são as ameaças e que no caso, concentrando a população na área proposta estar-se-ia a aumentar as ameaças. Considera que as Reservas são criadas com base ecológica e não para proteger as comunidades.

Sobre este ponto, o Sr. Vasco Acha lembrou que conforme explicado na apresentação, o reassentamento das comunidades de Pomene é impensável. A Sra. Joyce Ana interveio acrescentando o facto de a Reserva já ser bastante povoada e os recursos existentes serem usados também pelas pessoas de fora da Reserva. Explicou ainda que todas as infra-estruturas sociais da comunidade de Pomene encontram-se na área proposta para zona comunitária. O Sr. Sansão Mabulambe, explicou ainda que já houve uma tentativa de reassentamento da comunidade de Pomene e que o resultado desta foi negativo.

O Sr. Roberto Zolho, acrescentando aos comentários anteriores, explicou que a solução para o problema passa pela criação de regras de uso e convivência na zona comunitária e de uso dos recursos. A isto, a Sra. Julieta Sumbana acrescentou o facto de ser preciso envolver as comunidades na gestão como foi, por exemplo, o caso dos santuários do Ibo, em que as comunidades é que eram responsáveis pela gestão. O Sr. Eduardo Videira explicou ainda que esta é uma das razões pelas quais sugere-se a re-categorização para Área de Protecção Ambiental pois já considera as actividades socioeconómicas existentes. Concordando com as explicações dadas, o Sr. Raimundo Matusse lembrou a todos que os consultores já ajudaram com algumas acções, e que já se viu que vai ser difícil reassentar as comunidades, principalmente porque em Moçambique não existem reassentamentos forçados.

Após discussão de ambos volumes do Plano de Maneio da Reserva de Pomene, chegou-se as seguintes conclusões:

- O zoneamento considerando a extensão dos limites da Reserva deverá constar no documento como uma proposta de acção.
- O Plano de Maneio da Reserva de Pomene manterá a estrutura aprovada no Inception Report, actualmente usada no Plano de Maneio.

No que concerne aos passos seguintes a serem dados, ficou decidido que:

- Os técnicos da ANAC terão uma semana para envio dos comentários ao Plano de Maneio (até ao dia 11 de Março de 2016).
- Os Consultores terão depois disso mais uma semana para integração dos comentários (até ao dia 18 de Março de 2016).
- Após integração dos comentários e produção da Versão 2 do Plano de Maneio será realizado o Seminário de Planificação Participativa no Distrito de Massinga.
- Após o seminário será produzida a Versão Final do Plano de Maneio que será apresentada em Workshop a nível central.
- Os consultores deverão rever o Plano de Trabalho de modo a adequar os passos seguintes a dar e os prazos.

Não havendo mais intervenções por parte dos presentes, o Sr. Raimundo Matusse encerrou a reunião manifestando a sua satisfação pela apresentação do Plano de Maneio e pelo trabalho feito até agora pelos consultores. Posto isto, agradeceu-se a presença de todos e as contribuições feitas.

Não havendo mais assuntos a abordar, foi lavrada a presente acta que assinam:

Maputo, 04 de Março de 2016

ANEXO G

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE PLANIFICAÇÃO PARTICIPATIVA
- APRESENTAÇÃO DA VERSÃO SEMI-FINAL DO PLANO DE MANEIO EM
MASSINGA -

CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEIO DA RESERVA DE POMENE

SUMÁRIO DO SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO RASCUNHO DO PLANO DE MANEIO DA RESERVA DE POMENE NO DISTRITO DE MASSINGA

Código do projecto na Impacto Lda.: Proj 15.20 MITADER_ANAC_Plano de Maneio_Reserva de Pomene

Identificação do projecto (ID): GEF/PNUD 00076184_ Sustentabilidade Financeira do Sistema das Áreas Protegidas de Moçambique

Data: 28 de Março de 2016

Hora: 09:30 h às 12:00 h

Local: sala de reuniões da Administração do Distrito de Massinga

No dia 28 de Março do ano em curso foi realizado um seminário para apresentação do Rascunho do Plano de Maneio da Reserva de Pomene, no Distrito de Massinga. Para este Seminário foram convidadas as principais partes interessadas e afectadas (PIA), como representantes do Governo Provincial e Distrital, autoridades locais e representantes da comunidade, representantes da Administração da Reserva de Pomene e organizações não-governamentais. As seguintes PIA participaram do referido seminário (conforme a lista de presenças anexa à presente acta):

- Acácio Francisco Madeu Gogo – Secretário Permanente do Distrito de Massinga;
- Avene Eduardo Uetimane – Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas – Inhambane;
- Sansão Mabulambe – Administrador da Reserva de Pomene;
- João Valeriano João – Director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) – Massinga;
- Manuel Guente – Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) – Massinga;
- Ilídio Simão Wamusse – Técnico do SDAE – Massinga;
- Chadrique Pinto Jeremias – Membro do Conselho Técnico do SDPI – Massinga;
- Isabel Chichogui – Técnica de Planificação da Secretária Distrital - Massinga;
- Julião Balate – Técnico de Planificação da Secretária Distrital - Massinga;
- Justino Martinho Truzone – Chefe do Posto Administrativo de Pomene;
- Luis Judas – Membro do Comité Comunitário de Pomene;
- João F. Pacule – residente do Comité de Co-gestão dos Recursos Naturais de Pomene;
- Edson Abdul Anzamia – Fiscal da Reserva Nacional de Pomene;
- Aquiles Fernando Nhangave – Fiscal da Reserva Nacional de Pomene;

Estiveram presentes da equipa técnica por parte da Impacto Lda, os seguintes consultores:

- Roberto Zolho – Planificador de áreas protegidas e *team leader*
- Eduardo Videira – Especialista em ecologia

O seminário foi presidido pelo Secretário Permanente do Distrito de Massinga, que deu início à sessão e procedeu depois a apresentação dos representantes do Governo Distrital. De seguida, apresentou-se a equipa técnica da Impacto Lda. E os restantes participantes. O *team Leader* da equipa técnica apresentou agenda do encontro e efectuou a apresentação do rascunho do Plano de Maneio, que foi depois precedida pela sessão de comentários e esclarecimentos. Esta sessão foi também aberta pelo Secretário Permanente e o sumário das questões apresentadas e respectiva discussão é apresentado abaixo:

- Intervenção por parte do Sr. Avene Uetimane que começou por parabenizar a equipa pela elaboração deste plano e, depois, manifestou a sua preocupação para com as comunidades pesqueiras da área de Pomene. Pois, ele acredita que, com as mudanças impostas pelo Plano e a possibilidade de extensão dos limites da Reserva, estes venham a ser afectados. Principalmente porque, apesar de ter pouco conhecimento sobre a actividade pesqueira da área, acredita que estes usem barcos e equipamento rudimentares, que por razões de segurança não lhes permite pescarem em alto mar. Portanto, questionou sobre quais serão as alternativas providenciadas, em troca, às comunidades para a sua subsistência.

- Intervenção por parte do Sr. Ilídio Wamusse que de forma geral reiterou a mesma preocupação do Sr. Avene. E, também, questionou sobre quais são as recomendações para a actividade agrícola de subsistência, visto que esta tem o risco de introdução de espécies exóticas, algo que, de acordo com o Plano apresentado, pretende-se evitar. Adicionalmente, e porque ouviu falar sobre dois *clusters* turísticos na apresentação, pediu que fosse clarificado quais são os *clusters*.

- Intervenção por parte do Sr. Justino Martinho que perguntou o que está sendo feito ou quais são as recomendações para que seja ultrapassado o aspecto da disseminação falsa sobre a Reserva na internet, mencionada na apresentação. Pediu também para clarificar no mapa onde está o Rio das Pedras mencionado na apresentação, questionou se será possível e como será efectuada a movimentação da população toda da zona comercial do Rio das Pedras para norte da Reserva, caso seja este o entendimento.

- Intervenção por parte do Sr. João Valeriano que apela aos consultores que apresentem uma política que indica como deverá ser feita a operacionalização do reassentamento das pessoas para a zona comunitária e de uso dos recursos, cuja criação é proposta por este Plano.

- Intervenção por parte do Sr. Acácio Gogo que manifestou o seu interesse em ver um orçamento para a implementação deste Plano. Desta forma, o Governo Distrital terá uma melhor ideia dos custos associados a implementação deste Plano.

- Intervenção por parte do Sr. Sansão Mabulambe que propôs que os consultores apresentassem a proposta prevista no Plano, mas que não constou da apresentação, de impulsionar o turismo comunitário na Reserva, como a criação de um centro turístico em conjunto com o curandeiro de Pomene.

Colocadas as questões acima referidas, foi passada a palavra aos consultores que prosseguiram com as respectivas respostas:

- O Sr. Roberto Zolho começou por responder a algumas questões levantadas pelos Srs. Avene Uetimane, Ilídio Wamusse e João Valeriano referentes ao reassentamento e zoneamento. Ele explicou que a equipa mostrou-se sensível à questão das comunidades residentes nesta área de conservação, algo que não é novo no país porque todas áreas de conservação possuem comunidades a residir no seu interior, e Pomene não é excepção.

Apesar de ser uma área pouco populosa, que até a década de 80 possuía apenas 3 famílias no seu interior, actualmente ocorrem mais de 400 famílias. A gestão de áreas de conservação que possuem populações a residir no seu interior é sempre um desafio enorme, pois deve-se proteger o recurso e, ao mesmo tempo, garantir uma vida digna à essas comunidades. Esta integração foi acomodada neste Plano, onde o Zoneamento proposto foi definido com base nos estudos efectuados (que serão anexos ao Plano de Maneio) e, por sabermos que o reassentamento não é uma medida fácil, preferiu-se sacrificar a área mais populosa, considerada de grande relevância ecológica, para ser a área comunitária. Nesta área, as comunidades terão acesso aos recursos, mas os usos deverá ser feitos de forma integrada. Explicou ainda que na parte indicada para a extensão dos limites marinhos ocorre a pesca, não tanto na zona do alto mar, mas principalmente junto ao estuário. E o que se propõe não é o banimento da pesca, mas sim a aplicação de medidas efectivas de gestão das pescarias, de forma a preservar os recursos garantindo o seu uso sustentável (ex. criação de santuários e práticas de pesca pouco nocivas).

- O Sr. Roberto Zolho, em resposta a questão do Sr. Ilídio Wamusse sobre os *clusters* turísticos, apresentou o mapa constante do estudo de especialidade de turismo representando os três *clusters* da província de Inhambane: Inharrime no sul, Inhambane no centro (onde Pomene está inserido) e Vilanculos no norte. Os *clusters* de Vilanculos e Inhambane são os mais desenvolvidos.

- O Sr. Eduardo Videira secundou o Sr. Roberto Zolho que Pomene, apesar de se encontrar no *cluster* de Inhambane, está praticamente situado entre os clusters de Vilanculos e Inhambane.

- O Sr. Avene Uetimane informou que, devido a escassez de recursos, é prioridade da Província de Inhambane que se concentrem os investimentos turísticos em Vilanculos.

- Aproveitando o mapa do zoneamento que estava sendo projectado, o Sr. Roberto Zolho indicou a área junto ao estuário que está sendo proposta para ser a zona comunitária e de uso dos recursos, que é a área onde actualmente ocorre a maior parte da população, a escola e a pista de aterragem. Portanto, será apenas necessário movimentar poucas famílias para esta área ou então para fora da reserva (caso assim o prefiram).

- O Sr. R. Zolho respondendo a questão do Sr. Justino Martinho mostrou o Rio das Pedras no mapa, situado no limite sul da Reserva. E explicou que não será necessário remover a população da zona comercial do Rio das Pedras, apenas as cerca de 3 famílias que ocorrem na zona sul da Reserva.

- O Sr. R. Zolho, comentando o aspecto abordado pelo Sr. Sansão Mabulambe, referiu que o estudo realizado pelo especialista de turismo identificou como importante o potencial para turismo cultural que representa o curandeiro de Pomene e sua actividade (em coordenação com a AMETRAMO – Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique), uma vez que o interior da Reserva (com os actuais limites) apresenta muito baixo potencial turístico. Informou ainda que o estudo socioeconómico identificou também algumas áreas sagradas de interesse cultural, pertencentes a algumas famílias e religiões. O mesmo reforçou que um estudo mais aprofundado deverá analisar como deverá ser aproveitado estes aspectos culturais para fins turísticos.

- O Sr. R. Zolho respondeu a questão do Sr. João Valeriano informando que, caso ocorra o reassentamento das famílias que estão fora da zona comunitária, deverá seguir-se a legislação recente que rege o reassentamento. Ele comentou que esta legislação, e a política do banco Mundial, garantem que as pessoas reassentadas deverão receber condições iguais ou melhores as que tinham antes. Em adição, comentou que, porque se prevê que seja apenas necessário reassentar poucas famílias, que poderá ser um processo pacífico.

- O Sr. R. Zolho, em relação a questão do Sr. Acácio Gogo, respondeu que o orçamento é um dos aspectos mais complicados deste exercício e que a equipa pretende apresentar um

orçamento indicativo para os cinco anos de implementação do Plano. Este irá indicar o custo das principais actividades previstas no Plano (como reassentamento, infra-estruturas, reintrodução de fauna, fiscalização, etc.). Ele explicou ainda que a Reserva irá beneficiar de financiamento do novo projecto MozBio que tem apoio do Banco Mundial que apoia as áreas de conservação.

- O Sr. Zolho aproveitou para referir que está prevista a reintrodução de mamíferos de pequeno porte. E, que para este efeito, terá que ser criada uma área vedada para servir de santuário., área onde os animais ficam durante alguns meses para habituar a área.

- Relativamente a questão sobre informações falsas, o Sr. R. Zolho comentou que alguns dos operadores ou donos de casas de férias é que fazem uso da internet e divulgam informações que nem sempre são verdadeiras. Ele adiantou também que deve-se fazer uso desse meio para divulgar mais a Reserva de Pomene, aspecto muito importante na promoção de áreas de conservação (apresentou como exemplo o Parque da Gorongosa). O Sr. Sansão Mabulambe secundou que já estão a trabalhar na criação da página da Reserva na internet. Mas, acrescentou, que a grande dificuldade é na quantidade de informação para alimentar esta página e que o apoio da Administração de Massinga neste aspecto poderia ser de grande importância.

- O Sr. Acácio Gogo apresentou a disponibilidade em apoiar a Reserva na divulgação, inclusivamente disponibilizou espaço na página do Governo. Para fazer-se a divulgação da Reserva de Pomene.

- Intervenção por parte do Sr. Eduardo Videira em resposta a questão inicial do Sr. Avene Uetimane que explicou que não foi feito um estudo de especialidade de pescas, porque este não estava contemplado pelo facto dos actuais limites da Reserva não abrangerem a parte marinha. Mas, que o estudo socioeconómico, sugere que seja efectuado um estudo específico de pescas que deverá analisar as questões como as artes usadas, tipo de embarcações, zonas de pesca e outras para apoiar a gestão desta actividade. Em adição, e mostrando os mapas de zoneamento referentes aos limites actuais e aos limites propostos, o Sr. Eduardo Videira referiu que a extensão dos limites é ainda uma proposta (que poderá ou não ser aprovada) mas que caso seja efectivada o zoneamento que propomos não prevê o banimento da pesca na Baía de Pomene, e sim é proposta uma Zona tampão para quase toda a “boca da Baía” onde deverá ocorrer uma melhor gestão (co-gestão) das pescarias. Este explicou também que os ecologistas, pela enorme riqueza em biodiversidade, sugeriram que a área deveria ser totalmente protegida, mas porque é realmente a área mais importante para a pesca chegou-se a conclusão que não seria viável interditar a pesca, mas sim devemos garantir uma melhor gestão desta actividade. E, porque de acordo com a informação obtida no campo, a zona do alto mar é pouco usada para a pesca artesanal, portanto propõe-se que os recifes nesta área sejam protegidos (caso a extensão dos limites seja aprovado).

- Intervenção por parte do Sr. R. Zolho que explicou que a extensão dos limites é um processo que não é simples, que deve obter aprovações e pareceres a todos níveis (que incluirá o Distrito de Massinga), que deverá culminar com a aprovação do conselho de ministros.

- Intervenção por parte do Sr. Eduardo Videira para ilustrar, mostrando no mapa, que as áreas onde as comunidades desenvolvem a actividade agrícola, fora da área da zona comunitária e de uso dos recursos, que são muito pequenas e portanto não requererá muito esforço para mover a estas famílias para a referida zona.

- Intervenção por parte do Sr. R. Zolho que mostrou no mapa a zona onde ocorre uma plantação grande de cajueiros. O Sr. João Pacule afirmou que a plantação de coqueiros pertence a ele desde 2011 e que possui cerca de 6 ha e já tem cerca de 654 cajueiros adultos.

Após as intervenções e respostas dadas pelos consultores, prosseguiu-se a recolha de mais questões, as quais se resumem conforme apresentado abaixo:

- Intervenção por parte do Sr. Avene Uetimane que sugeriu que as áreas de conservação da Província de Inhambane devem unir esforços e coordenar, e com esta interligação melhorar a gestão das suas áreas. E, também, apresentar pacotes combinados e mais atractivos que impulsionem o turismo nas áreas com menor número de visitantes (como a Reserva de Pomene). O Sr. R. Zolho acrescentou que, na altura da criação da reserva, o senhor que era dono do hotel em Pomene era também dono das coutadas 5 e 4 para combinar o turismo de mar e de caça. O Sr. Sansão Mabulambe lembrou que normalmente, nas áreas de conservação a gestão da actividade turística é privada e que, por essa razão, a administração áreas de conservação devem coordenar com os operadores turísticos.

- Intervenção por parte do Sr. E. Videira, que concordando com a sugestão do Sr. A. Uetimane, referiu que um dos aspectos de grande importância em termos de biodiversidade e potencial turístico em Pomene é a avifauna. E, algumas áreas de conservação da província, como o Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto e Zona de Protecção Total do Cabo de São Sebastião, são muito importantes em avifauna e poderá explorar-se pacotes combinados para os turistas interessados na observação de aves visitarem estas áreas.

- O Sr. João Pacule referiu que dentro da área da Reserva na zona próximo a casa do curandeiro, que teriam que ser movimentados para a zona comunitária, vivem cerca de 23 pessoas. Adicionalmente, referiu que na zona do curandeiro existem apenas poucas casas e distantes entre si. Ele afirmou também que está disponível para trabalhar com a Reserva, de forma a gerir a sua plantação de coqueiros de acordo com o previsto no Plano de Maneio que virá a ser aprovado (principalmente a parte que está for da zona comunitária e de uso comunitária).

- O Sr. Ilídio Wamusse explicou que houve um trabalho de delimitação de terras comunitárias que incluiu partes da reserva de Pomene. Nesse exercício foram definidos talhões e marcos para essas terras, o que poderá criar alguns conflitos. O Sr. Sansão Mabulambe comentou que, por essa razão, é realmente acertada a proposta de criar a zona comunitária na área junto ao estuário, como é proposto neste Plano. Disse também que o Sr. J. Pacule pode ser uma pessoa chave na relação com as comunidades de Pomene, visto que ele é o Presidente de Comité de Co-Gestão dos Recursos Naturais

- O Sr. R. Zolho comentou com o Sr. J. Pacule que a Reserva é da comunidade também e que eles devem apoiar e fazer parte da gestão desta.

- Intervenção do Sr. A. Uatimane, relativamente a possibilidade de se criarem santuários, explicou que os pescadores entendem a função e importância destas áreas, pois sabem que estas trazem melhorias nas capturas. No entanto, sugeriu que as comunidades e os devem estar bem informadas e as áreas devem estar devidamente sinalizadas. Pois em muitas áreas como no Bazaruto não há demarcação das reservas marinhas. O Sr. Uatimane acrescentou que um dos grandes problemas que se observa nas áreas de conservação é a aplicação das medidas de gestão.

Não havendo mais intervenções por parte dos presentes, o Sr. Zolho agradeceu a presença e as contribuições de todos participantes e informou que o documento final terá que ser apresentado a ANAC no dia 31 de Março e que depois está agendada a apresentação final deste Plano de Maneio para o dia 12 de Abril.

Por fim, o Sr. Acácio Gogo encerrou a reunião manifestando a sua satisfação pela apresentação do Plano de Maneio e afirmou que a Administração do Distrito está disponível para contribuições futuras, caso se julguem necessárias. Posto isto, agradeceu também a presença de todos os participantes.